

Tomaz Espósito Neto

**A Política Externa Brasileira frente ao conflito das
Falklands/Malvinas (1982).**

Mestrado em História

Dissertação de Mestrado, com vistas à
obtenção de título de Mestre, sob orientação
do Professor Doutor Maurício Broinizi Pereira.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2006

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e Data: _____

Resumo

Em 04 de abril de 1982, as forças armadas argentinas empreenderam uma ação militar para a (re)conquista das ilhas Falklands/Malvinas, iniciando um conflito bélico entre a Grã Bretanha e a Argentina, que durou 74 dias, com a vitória das tropas reais britânicas. A ação argentina surpreendeu a comunidade internacional, e, colocou fim as negociações entre o Reino Unido e a Argentina sobre a soberania do arquipélago, realizadas sob os auspícios da ONU.

A evolução do conflito anglo-argentino colocou a diplomacia brasileira em uma posição delicada, pois a guerra envolvia dois países importantes nas relações exteriores brasileiras. De um lado, a economia brasileira dependia do mercado, em especial o financeiro, do Reino Unido. Por outro, a Argentina, desde a resolução da questão hidroelétrica de Itaipu-Corpus em 1979, era um país considerado “chave” nas relações exteriores brasileiras.

Diante deste quadro, o objetivo do presente trabalho é contextualizar e analisar a atuação internacional do Brasil frente ao conflito das Falklands/Malvinas de 1982. Analisando, através do conflito, alguns elementos da política externa brasileira do Governo Figueiredo (1979-1984).

Abstract

On April 4th 1982, the argentinean armed forces invaded the Falklands/Malvinas islands. An international conflict between United Kingdom and Argentina began. After 74 days of battles, the United Kingdom royal armed forces won the war. The argentinean invasion surprised the international community, and, put a end in sovereignty negotiation between United Kingdom and Argentina on UN.

The conflict evolution puts brazilian diplomacy in a uncomfortable position because both countries, involved in the Falklands/Malvinas war, are important in the brazilian international relations. On one hand, the brazilian economy depended on the UK's financial market. On the other hand, Argentina is a key country for brazilian foreign policy.

So ahead of this international conjuncture, the objective of this dissertation is to context and analysis the Brazilian international action front of the Falklands/Malvinas war on 1982 by using the conflict analysis to understand some Brazilian foreign policy aspects of President Figueiredo administration (1979 – 1984).

Sumário

<u>Agradecimentos</u>	p. 07
<u>Introdução</u>	p. 08

Parte I – Reflexões sobre a Política Externa Brasileira do Governo Figueiredo (1979 – 1985)

<u>Capítulo I: Reflexões sobre a Política Externa Brasileira</u>	p. 15
Considerações sobre as Tradições da Política Externa Brasileira	p. 15
O Governo Figueiredo	p. 18
<u>Capítulo II: A Política Exterior do Governo Figueiredo</u>	p. 24
As Relações entre o Brasil e a Argentina (1979 – 1982)	p. 34
A Questão de Itaipu - Corpus	p. 36
Os Passos de uma Aproximação	p. 44
As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos (1979 – 1982)	p. 49
As Relações entre o Brasil e a Grã Bretanha (1979 – 1982)	p. 52

Parte II – O histórico do conflito das Falklands/Malvinas

<u>Capítulo III: O Contexto Internacional do Início dos Anos 80</u>	p. 56
<u>Capítulo IV: As Raízes do Conflito</u>	p. 62
<u>Capítulo V: Argentina e o Reino Unido na época do Conflito;</u>	p. 72
Argentina dos militares (1976 a 1982)	p. 72
A Grã Bretanha de Margaret Thatcher (1979 – 1982)	p. 85

Parte III O Brasil e o Conflito das Falklands/Malvinas

<u>Capítulo VI: O Conflito Militar</u>	p. 92
Antecedentes ao 02 de Abril de 1982	p. 92
Os Preparativos Militares e a Invasão	p. 97
As Tentativas de Evitar o Conflito	p.119
<u>Capítulo VII: O Brasil frente ao Conflito das Falklands/Malvinas</u>	p.125
Desdobramento do conflito das Falklands/Malvinas	p.162
<u>Considerações Finais</u>	p.165
<u>Bibliografia</u>	p.167
<u>Anexos</u>	p.184

Agradecimentos

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Doutor Maurício Broinizi Pereira pela orientação e pelo apoio recebido no decorrer do mestrado.

Agradeço imensamente à Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP, por ter subsidiado meus estudos de Graduação em Relações Internacionais e de Pós-Graduação *stricto sensu* em História Social.

Tenho uma eterna dívida com a SEPC (Sociedade Espósito para o Progresso da Ciência) que *“patrocinou”* muitas das minhas atividades acadêmicas, acreditando nos meus sonhos. Não tenho meios de expressar a minha eterna gratidão ao auxílio, material e espiritual, da minha família, principalmente dos meus pais, foi de suma importância para a efetivação deste trabalho.

Aos meus amigos (Carol Pizzi, Silvia Paverchi, Ana Gasonato, Daniela Montenegro, Paola Venceslau, Tatiana Barreto Cicarelli, Ivy Brasil, André Almeida Chaves, Áureo Toledo, Eduardo Lobo, Marcelo Fabiano, Marcos Leon, Gustavo Bastos, Luis Carranza, Luiz Carlos Botta), e, a todos integrantes da família Espósito, família Rodrigues da Cunha, Família Borges, Família Peiró, Família Cicarelli, entre tantos outros amigos da História, dos Dantas, do Centro, do Tiro de Guerra e da Vida; Meu muito obrigado pelo seu incentivo, pela sua dedicação, pelo seu carinho e pela sua amizade.

Não posso esquecer de ser grato aos meus amigos do grupo 444 pelo auxílio que me foi dado. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, no decorrer deste importante período da minha vida me ajudaram a palmilhar o caminho da Academia, que é árduo, mas, sem dúvida, recompensador.

A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas de 1982.

Introdução

No dia 2 (dois) de abril de 1982, as Forças Armadas argentinas invadiram as ilhas Falklands/Malvinas¹, localizadas no oceano Atlântico Sul. Iniciou-se um conflito internacional, uma guerra² sem precedentes na História Contemporânea, entre Argentina e Grã-Bretanha, pela soberania³ do arquipélago.

O conflito bélico anglo-argentino foi mais um dos marcos da conturbada história das ilhas Falklands/Malvinas, que remonta às disputas territoriais pelos impérios europeus no século XIX. O arquipélago foi palco de diversos e violentos embates bélicos entre diversas potências européias (Espanha, Inglaterra, França, Holanda, entre outros). As batalhas pela posse das ilhas Falklands/Malvinas foram travadas, também, nas arenas do Direito Internacional.

Até o momento, não existe consenso sobre a história do arquipélago das Falklands/Malvinas pré-1833. A razão disto é a existência de inúmeros documentos alocados em diversos locais do mundo, muitos deles não fidedignos aos acontecimentos históricos; ou seja, foram produzidos, artificialmente, para apoiar posições de determinados Estados em fóruns internacionais⁴. Os laudos arbitrais são inconclusivos, permitindo, conforme interesses variados, múltiplas

¹Nesta pesquisa, utilizaremos a nomenclatura “Falklands/Malvinas” para ilhas, em razão do uso do termo presente nos documentos oficiais das Organizações das Nações Unidas.

²Neste texto, o sentido de “guerra” segue a definição de Clausewitz: “A Guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” (CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, p. 3.)

³Por “soberania” utilizaremos a definição de Bobbio: “Em sentido lato, o conceito político-jurídico de soberania indica o poder de mando em última instância numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas, em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado.” (BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola. & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo, IOSP, 2000, p. 1179.)

⁴MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004p. 27-28

interpretações dos acordos e das leis⁵. Ademais, diversos elementos (construções, os documentos, os marcos, entre outros) que permitiriam a reconstituição da história do arquipélago foram destruídos nos combates travados no século XIX⁶.

O litígio anglo – argentino sobre as ilhas Falklands/Malvinas remonta a 1833, ano em que as forças armadas do Reino Unido invadiram o arquipélago, até então sob soberania argentina, expulsando os moradores locais. A Coroa britânica deteve a soberania sobre as Falklands/Malvinas de 1833 a 1982, quando ocorreu a invasão argentina, pouco meses depois, após intensos conflitos a Grã Bretanha retomou as ilhas , reinstalando a sua soberania, a qual se mantém até os dias atuais.

O conflito militar anglo-argentino de 1982 marcou a história sul-americana, além de provocar uma profunda mudança no regime político argentino. Ele não passou despercebido pelas autoridades brasileiras, que se encontravam em uma posição muito delicada, pois, por um lado, a diplomacia brasileira esforça-se em manter um ambiente de cooperação com a Argentina , principalmente após a resolução do impasse da questão de Itaipú-Corpus⁷, a qual nas palavras do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro⁸, envenenou as relações entre Brasília e Buenos Aires.

⁵ DE SOUZA, Ielbo Marcus. A questão das ilhas Falkalnds/Malvinas, o conflito de 1982 e as repercussões no sistema interamericano. Brasília. Universidade de Brasília. 1988; QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982; WALSH, Marcelo Vieira *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.& JAGUARIBE, Hélio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e o Brasil Ante a Desarticulação do Sistema Interamericano*. Paz e Terra: IPES: Rio de Janeiro, 1985.

⁶ Ver: QUELLET, Ricardo Luis. *Op. Cit.*. 1982.

⁷ A questão da compatibilização dos projetos de aproveitamento hidroelétrico de Itaipu, empreendimento brasileiro-paraguaio, e da represa de Corpus, construção argentino-paraguaia, foi o cerne das relações políticas internacionais dos países da Bacia do Rio da Prata durante anos, colocando em lados opostos os dois maiores países da região, Brasil e Argentina, conforme veremos rapidamente ao longo desta dissertação. A questão foi finalmente resolvida, após anos de duras e intensas negociações, com a celebração do Acordo Tripartite em 1979.

⁸ Entrevista realizada pelo autor com o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro no Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 2005. A intermediação desta entrevista foi realizada pelos diplomatas Hélio Franchini Neto e Antônio José Valim Guerreiro.

“...refiro-me a um episódio que poderia destruir todo o esforço que se vinha fazendo para criar confiança entre os dois países: a Guerra das Malvinas.” (GUERREIRO, R. S. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Editora Siciliano, 1992, p. 99.)

A diplomacia brasileira, por outro lado, via sua margem de manobra restringida pela deterioração das condições do cenário internacional (Segundo choque do petróleo em 1979, aumento das taxas de juros e do protecionismo comercial nas economias mais avançadas, entre outros), que foram agravadas pelo início da guerra anglo-argentina⁹. Acrescenta-se a necessidade do país de obter créditos internacionais, dificultando a recuperação econômica brasileira no início dos anos 80, cujos reflexos erodiam as bases de apoio político interno ao regime militar. Além disso, o Palácio do Planalto estava envolvido nas campanhas políticas para as eleições diretas para os governos estaduais em novembro de 1982¹⁰.

Esta dissertação objetiva contextualizar e apresentar a atuação internacional brasileira no decorrer deste conflito das Falklands/Malvinas (1982), o qual nas palavras do ex-chanceler Saraiva Guerreiro foi “discreta”¹¹, apontando suas raízes e suas desdobramentos das ações, que só podem ser entendidas observando num quadro maior a política exterior brasileira¹².

Trabalhamos com a hipótese de que o Brasil se posicionou de forma dúbia, pois, por um lado, o Itamaraty apregoou a neutralidade, a posição foi difundida nos meios diplomáticos e acadêmicos sob diversos “rótulos” e denominações, como: “neutralidade ativa”¹³, “omissão pragmática”¹⁴ e “neutralidade imperfeita”¹⁵.

⁹ Sugerimos a leitura: BRASIL, Banco Central do Brasil. *Economia Brasileira*. Relatório do Banco Central do Brasil. Brasília. Ed. Departamento Econômico. Vol. 19. Fevereiro de 1983. n. 2

¹⁰ LAFER, Celso. *As Eleições de Novembro e a Política Exterior Brasileira*. UFMG: Belo Horizonte, jul. 1983. & STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985.

¹¹ Entrevista realizada pelo autor com o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro no Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 2005.

¹² Entrevista realizada pelo autor com o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro no Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 2005.

¹³ LAFER, Celso. *A Política Externa Brasileira e a Crise no Atlântico Sul. Reflexões sobre as Malvinas*. São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, nov. 1982.

¹⁴ PINHEIRO, Letícia. *A Omissão Pragmática. A Diplomacia Brasileira na Guerra das Malvinas*. São Paulo: Revista Política e Estratégia, volume out./dez. 1986.

¹⁵ WALSH, Marcelo Vieira. *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

Por outro lado, os fatos, como, por exemplo: a venda de armas, o auxílio econômico e comercial ao país vizinho, o apoio discreto as posições argentinas nas instâncias multilaterais, entre outros; demonstram que o Brasil se posicionou favoravelmente à Argentina. Isso, apesar de condenar, mas, sem a devida veemência, o meio (a violência) empregado pela Casa Rosada¹⁶, o que correspondeu a uma quebra nas tradições de resolução pacífica de controvérsia, à luz do Direito e da Arbitragem Internacionais¹⁷.

O apoio brasileiro à Argentina encontrava limites na dependência brasileira dos créditos fornecidos¹⁸ pelas instituições da “city londrina”¹⁹. A suspensão, ou a simples redução do volume dos empréstimos internacionais ao Brasil, poderia criar sérios obstáculos e mesmo inviabilizar o crescimento da economia nacional, o que poderia fortalecer as oposições no ano das eleições diretas para governador. Dessa forma, as autoridades brasileiras, aparentemente, não estavam dispostas a enfrentar os riscos e os desgastes de natureza política, econômica e social de um auxílio mais ostensivo a Argentina frente às potências ocidentais, em especial os Estados Unidos e a Grã Bretanha.

Uma das principais razões do apoio de Brasília a Buenos Aires era a tentativa de solidificar as bases das boas relações econômicas e políticas entre os dois países, que foi assumida após a resolução das pendências de Itaipu – Corpus, com a assinatura do Acordo Tripartite (Argentina – Brasil – Paraguai).

No intuito de entender melhor a movimentação da política internacional brasileira ao longo do conflito, adentraremos um pouco mais na gestão dos negócios exteriores do Estado brasileiro durante a administração do governo Figueiredo (1979 – 1984).

¹⁶ A Casa Rosada é a sede do poder executivo argentino.

¹⁷ O Professor Amado Cervo, em seu livro “O desafio internacional”, aponta três principais princípios que fundamentam a política externa pós Guerra do Paraguai, são eles o juridicismo, o pacifismo e o pragmatismo.

¹⁸ JAGUARIBE, Hélio. Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e o Brasil Ante a Desarticulação do Sistema Interamericano. Paz e Terra: IPES: Rio de Janeiro, 1985. p. 20 & *Jornal o Globo do dia 4 de abril de 1982*, citado em Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a de Embaixada de Londres, no dia 04 de maio de 1982, Classificação 900 (F27) (B22) 690.4 (B46) (F27) n°. 779, caráter Confidencial p. 1.

¹⁹ A cidade de Londres é sede de um dos mais importantes mercados internacionais de capitais do mundo, o qual é conhecido como “city de Londres”, cujo um dos principais negócios é composto pelas transações com títulos das dívidas públicas dos países.

Cabe a esta introdução apontar, também, alguns dos aspectos motivadores dessa inquirição. O primeiro é o interesse do autor pela história da política externa brasileira, em especial do período da abertura política²⁰, a qual não se encontra devidamente estudada nos meios acadêmicos²¹. Logo, a vontade de enfrentar o desafio de estudar um período, Governo Figueiredo, e um tema, a Guerra das Falklands/Malvinas, pouco explorados no Brasil, despontam como as principais razões desta pesquisa.

As fontes primárias utilizadas para a realização deste trabalho foram documentos oficiais brasileiros não classificados, muitos deles reproduzidos nos periódicos da Resenha de Política Exterior Brasileira, entre outros pesquisados no Arquivo do Itamaraty, em Brasília, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e no CPDOC-FGV, especialmente na pasta dos embaixadores Roberto Campos, então representante diplomático brasileiro em Londres, e Antônio Azeredo da Silveira, então embaixador em Washington.

Jornais, diários e revistas semanais da época constituíram, também, um valioso banco de informações, permitindo o registro de algumas das percepções da sociedade civil organizada no Brasil, em processo de abertura política. Ressalta-se aqui a grande dimensão dada pelos meios de comunicação brasileiros, em especial a imprensa escrita, aos acontecimentos no teatro de operações do Atlântico Sul.

Os documentos oficiais britânicos e americanos desclassificados, e disponíveis em sites oficiais, como os da Margaret Thatcher Foundation (www.thatcherfoundation.com), do National Archives (<http://www.archives.gov>) e da CIA (www.cia.gov), foram importantes para obtermos uma visão diferenciada da

²⁰ Considera-se que a emenda constitucional número 11, aprovada em 13 de outubro de 1978, durante o governo do Presidente general Ernesto Geisel, iniciou o retorno do país ao regime democrático, pois no artigo 3º afirma:

“ Art. 3.º São revogados os Atos Institucionais e Complementares, no que contrariem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos que contrariem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial.” (BARRETO, Carlos Eduardo (org.). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Editora Max Limonad Ltda., 1984. p. 104)

²¹ Apesar dos esforços de alguns acadêmicos como, por exemplo, Paulo Fagundes Vizentini, Clodoaldo Bueno, Amado Cervo e Sérgio Danese, acreditamos que, ainda, se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre o período da abertura, pois os autores, acima citados, destinam um capítulo de suas obras para a questão, e, não raro, encontramos em suas obras notas de rodapé sugerindo a futuros pesquisadores o aprofundamento do estudo da política externa da administração Figueiredo.

dinâmica dos acontecimentos. A entrevista realizada com o ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro constitui-se numa importante peça para o atual trabalho.

É relevante destacarmos, também, algumas das inúmeras dificuldades para a realização desta dissertação de mestrado. A primeira é a dificuldade de acesso às fontes primárias, tais como documentos e atas de reuniões dos diversos departamentos dos Estados, os quais se encontram em lugares fisicamente distantes da cidade de São Paulo e são, por muitas vezes, classificados e inacessíveis ao público. Por isso, se fez necessário, nesse trabalho, a utilização da imprensa, como forma de captar as percepções das autoridades brasileiras e de personalidades sobre os acontecimentos, durante o conflito de 1982.

Outra dificuldade foi, e é, conseguir entrevistas com pessoas que foram autoridades de Estado na época, cujas atribuições e responsabilidades vão ao encontro dos objetivos e da temática desenvolvida ao longo dessa dissertação.

Esta obra, para possibilitar melhor compreensão das dimensões e da relevância do objeto de pesquisa, está dividida nas seguintes partes: O primeiro bloco de análise, composto por um grande capítulo, tem como escopo esmiuçar a situação política do Brasil, principalmente as relações internacionais brasileiras do período, para que consigamos compreender melhor a dimensão do desafio que o conflito anglo-argentino representou para o Estado brasileiro.

A segunda parte trata da história do conflito das Falklands/Malvinas, abrangendo três capítulos: O contexto internacional do início dos anos 80; As raízes do conflito anglo-argentino; E, a Argentina e o Reino Unido na época do conflito. Esse segmento da dissertação tem como objetivo introduzir o contexto internacional do período em que se desfechou o embate entre Reino Unido e Argentina, bem como apresentar algumas das possíveis causas de o ambiente internacional ter se tornado instável, cuja resultante foi o embate bélico entre as duas potências.

No terceiro segmento da dissertação apresentamos a dinâmica do conflito e suas múltiplas facetas, e, a atuação dos órgãos do Estado brasileiro, enfatizando o Itamaraty, no decorrer do embate militar anglo-argentino. Analisamos, também, de forma sucinta, as repercussões da postura internacional. Por fim, apresentamos

uma guisa da síntese, que amarra rapidamente as outras partes do texto, as considerações finais do autor.

Parte I Reflexões sobre a Política Externa Brasileira

Capítulo I: Reflexões sobre a Política Externa Brasileira

É necessário, antes de adentrarmos na discussão sobre a atuação da brasileira no conflito das Falklands/Malvinas, refletirmos sobre a condução da política externa brasileira, em especial do período Figueiredo, bem como, é importante ter presente o delicado quadro político e econômico do país se encontrava; para entendermos os desafios, os riscos e as possibilidades da ação diplomática brasileira.

Este capítulo está dividido em três partes: A primeira, Considerações sobre as tradições da política externa brasileira, aborda alguns nortes da diplomacia do país; A segunda, O governo Figueiredo (1979-1985), trata de maneira concisa a dinâmica política e econômica interna do Brasil. Por fim, a terceira, A política externa do Governo Figueiredo, trata de alguns aspectos da política externa brasileira do período (1979-1982)²², especialmente, as relações entre Brasil e Argentina, Estados Unidos e Grã Bretanha.

Considerações sobre as tradições da Política Externa Brasileira

Muito das questões sobre a condução dos negócios internacionais, durante o governo do Presidente general João Baptista Figueiredo, foram alicerçadas nas tradições da política internacional do Brasil republicano, por isso, nos trabalhamos um pouco esses aspectos.

A política externa brasileira, segundo Amado Cervo, tradicionalmente, pautou-se pelo “judicialismo”, ou seja, pelo respeito ao direito internacional, pelo pacifismo, ou seja, pela solução pacífica de controvérsias, e pelo pragmatismo, ou

²² Não adentrarmos no estudo da política externa brasileira do período posterior ao conflito das Falklands/Malvinas de 1982, em razão do recorte escolhido pelo trabalho.

seja, afinar as relações externas brasileiras, ora com a política internacional das grandes potências, ora com dos outros Estados.²³

Por sua vez, José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, ressaltam como elementos basilares da política internacional do Brasil o respeito ao direito internacional e o equilíbrio de poder na região da Bacia do Prata²⁴.

As relações internacionais brasileiras, segundo Rubens Ricupero, se alterna, conforme o período, entre uma maior aproximação entre Brasília e Washington, em detrimento das relações entre o Brasil e os demais Estados americanos (e vice-versa)²⁵.

Pela análise da bibliografia existente, percebemos, portanto, que a política externa do Brasil, utilizou, sempre que possível, os fóruns multilaterais para a solução pacífica e negociada de controvérsias e para a defesa e promoção dos interesses nacionais. Assim, muitas vezes, na política multilateral encontra-se concentrado os principais esforços da política internacional brasileira²⁶.

Um dos principais feitos da política externa do Brasil foi a resolução pacífica dos impasses fronteiriços nacionais com países contíguos, por meio da negociação e do Direito Internacional. O princípio jurídico utilizado e reconhecido pelos países vizinhos para o estabelecimento de fronteiras foi o *utis possedetis*.²⁷, que foi inaugurado por Alexandre Gusmão²⁸, e, depois, amplamente utilizado pelo Barão de Rio Branco²⁹.

Frisamos, também, um outro aspecto geográfico, a distância do Brasil em relação aos principais pólos de poder³⁰ o que limita, em larga medida, a capacidade

²³ CERVO, Amado. *Relações Internacionais do Brasil*. In CERVO, Amado (org). *O Desafio Internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 26-27.

²⁴ RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil, 1531 – 1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

²⁵ RICUPERO, Rubens. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma Relação Triangular*. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Crescimento e Modernização e Política Externa, Setenta Anos de Política Externa Brasileira*, volume 1. Cultura/USP: São Paulo, 1996.

²⁶ BUENO, Clodoaldo. *A Política Multilateral Brasileira*. In CERVO, Amado (org). *O Desafio Internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 59..

²⁷ A soberania é definida pela posse do território.

²⁸ Diplomata luso brasileiro, destacou-se nas negociações entre Portugal e Espanha no Tratado de Madri (1750), que definia os limites do território colonial do Brasil e América Espanhola.

²⁹ O Barão de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, conhecido por ter resolvido os principais problemas de fronteiras entre o Brasil e seus vizinhos.

³⁰ Para maiores informações ver:

do Estado brasileiro de influir na Sociedade Internacional. Entretanto, ressaltamos que a inserção brasileira, devido às características do país (dependente de fluxos de capitais internacionais, entre outros), sofre grande ascendência da dinâmica das relações dos principais pólos de poder. Além do que, a grande potência do continente americano, os Estados Unidos, determina, em larga medida, as relações internacionais nas Américas.

Sublinhamos, a existência, tanto no Itamaraty, como em outras esferas da administração pública, um “insulamento burocrático”,³¹ oriundo de uma certa apatia da sociedade brasileira sobre a problemática internacional reflete-se, também, na fraca atuação dos poderes Legislativo e Judiciário no que tange a condução dos negócios internacionais brasileiros, permitindo, ao poder Executivo, uma grande autonomia. Além do mais, a falta de consonância entre o Itamaraty e os demais ministérios limita a efetividade nas ações internacionais brasileiras.

Assim, a política externa brasileira, segundo Amado Cervo, devido à conjunção dos diversos fatores supra citados, produziu as seguintes conseqüências:

“Aliado aos elementos anteriores, o pragmatismo da política exterior do Brasil produziu dois resultados históricos: o abandono da idéia de construção e uso da potência para obter ganhos externos e a despolitização, depois desideologização, enfim a moralização da conduta. Esses resultados, por sua vez, também tiveram conseqüências importantes: a preocupação em reforçar por outras vias o poder nacional, sem o que nada se obtém externamente, e a orientação para uma diplomacia econômica. Em outros termos, baixa densidade política e alta densidade econômica nas relações internacionais do Brasil...” (CERVO, Amado Luis. *O Desafio Internacional*. Brasília: Ed. UNB, 1994, p. 27-28)

Os trabalhos de outros pensadores, como do Oliveiros S. Ferreira, seguem a mesma linha, enfatizando a falta de coordenação da política externa e de defesa nacional:

FERREIRA, Oliveiros S.. *A Geopolítica do Brasil revisitada*. Revista Política e Estratégia, São Paulo, 1984. vol. II n.1

³¹BARROS, Alexandre. *A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores*. In: MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.

“...há um erro de base: o Brasil não tem manobra. Ou, se possui, ela está desconectada com a política externa, que se orientava por uma estrada real que, a rigor, não exige manobra alguma e, por isso (apoiando-se no triunfalismo da retórica terceiro-mundista), serve de álibi inconsciente aos que, no campo militar, rejeitam a manobra associada, recusando não só os engajamentos automáticos, como também pensar nas necessidades da defesa.” (FERREIRA, O. S. *Forças Armadas, para quê?* São Paulo: Edições GRD, 1988, p. 143.)

Mesmo sem grandes excedentes de poder³², o Brasil almejou, e almeja, ser reconhecido internacionalmente como líder da América do Sul, buscando ser o elo de ligação entre os países centrais e os países da periferia.

O Governo Figueiredo (1979 – 1985)

O general João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil, em 15 de março de 1979, mantendo-se no posto até 14 de março de 1985. Quando, após, aproximadamente, 21 anos de regime militar Figueiredo entregou o cargo a um civil, Sr. José Sarney.

Neste texto, analisamos alguns aspectos (política interna, externa e econômica) da administração Figueiredo, entre 1979 e 1982. A relevância dessa ponderação estar em buscar e explicitar o jogo político interno e externo no qual se encontrava o país no momento em que eclodiu o conflito das Falklands/Malvinas.

No âmbito da política interna, nessa época, o Brasil vivia os estágios intermediários do processo “lento, gradual e seguro” de redemocratização do sistema político nacional, iniciado pelo governo Geisel.³³

“Um estudo detalhado da ação governamental brasileira desde 1974 não pode levar senão à conclusão de que Geisel, Golbery e os oficiais que os apoiavam agiram a partir da crença pessoal de que o Brasil devia mudar para um regime mais democrático. A questão de como continuar esse trabalho após 1981 foi deixada para Figueiredo e uma nova geração de oficiais do Exército”. (SKIDMORE, Thomas E.. *A abertura do autoritarismo: origens e dinâmica*. In. STEPHAN, Alfred

³² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Conferência na Escola Superior de Guerra*. Resenha de Política Exterior do Brasil no. 34. 1982.p. 82

³³SKIDMORE, Thomas E. . *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

(org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985.p.70)

Desde o primeiro discurso, o presidente Figueiredo declarou sua intenção de criar condições para que o país retornasse à normalidade do Estado de Direito Democrático.

“Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro daqueles princípios – fazer deste país uma democracia”.

(BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A posse do Presidente João Figueiredo*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 21. 1979, p. 5).

No entanto, o governo vislumbrava uma transição pacífica e controlada, na intenção de passar o poder a grupos políticos aliados dos militares, para que não houvesse a possibilidade de um “revanchismo” por parte das oposições e dissidentes políticos, em especial dos que tiveram seus direitos básicos violados por membros ligados aos aparelhos de repressão política e ideológica.

Na historiografia, nomes como Thomas Skidmore, Maria Helena Moreira Alves, entre outros já demonstraram que esse espaço não foi simplesmente dado pelos burocratas e pelos militares. Os grupos da sociedade civil -Igreja, Ordem dos Advogados do Brasil, sindicatos, entre outros - lutaram bastante para “reconquistar” um “espaço público” e as liberdades civis.

A mobilização social demonstrou que havia na sociedade brasileira um forte e crescente sentimento de insatisfação com o regime militar, apresentando aos governantes o forte desejo popular de mudanças nos rumos políticos, econômicos e sociais do país. Os exemplos mais claros da insatisfação de grupos políticos e sociais com o regime militar foram as greves dos metalúrgicos do ABC, que afrontavam à Lei de Segurança Nacional.³⁴ Destacamos alguns dos marcos da transição política brasileira, como a Lei da Anistia 1978, as greves dos metalúrgicos no ABC paulista (1978-1981), entre outros que apresentaram e permitiram o retorno à vida pública de notórios líderes político-sociais.

Na arena econômica, o conhecido “milagre econômico” brasileiro³⁵, um dos principais pilares do regime militar, pôs-se a ruir, por causa da crise econômica internacional, a ser comentada posteriormente nesta obra..

No início do governo Figueiredo, com a crise econômica, membros do Executivo destacavam a percepção da necessidade de alterar alguns elementos da política econômica, enfatizando um desenvolvimento mais auto-sustentável.

“Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos, os custos do nosso desenvolvimento”. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. A posse do Presidente João Figueiredo. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 21. 1979, p.5.)

No início do Governo Figueiredo, a substituição no ministério do Planejamento com a saída de Mário Henrique Simonsen para a entrada de Delfim Neto, mudou esse norte reforçando a idéia de parte dos integrantes do governo brasileiro de utilizar a via do endividamento externo para expansão da economia nacional³⁶. Cabe aqui, recordarmos que na década de 70 a estratégia brasileira de desenvolvimento econômico implementada, baseava-se no investimento público em setores de infra-estrutura (rodovias, portos etc.) e em áreas estratégicas (siderurgia, mineração etc.), no investimento privado nacional em produtos não-duráveis (alimentos e vestuário, por exemplo) e no investimento estrangeiro nos setores de bens duráveis (automóveis, por exemplo). O combustível do desenvolvimento econômico era o investimento do Estado brasileiro, financiado pelo capital internacional (bancos, agências internacionais de desenvolvimento, governos, entre outros), principalmente os denominados “petrodólares”³⁷, obtidos nas praças financeiras internacionais.

³⁴Para maiores informações ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

³⁵ A economia nacional, de 1968 a 1973, cresceu de forma expressiva e contínua. Esse período ficou sendo conhecido como “milagre econômico” brasileiro.

³⁶ MOREIRA, Marcílio Marques. *Marcílio Marques Moreira; entrevista à Fundação Getúlio Vargas*. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2001. p. 131-132.

³⁷ Uma boa parte dos lucros obtidos, pelos países árabes, com as vendas internacionais de petróleo a preços favoráveis aos produtores foram reinvestidos nas praças financeiras européias, as quais financiavam diversos

“...Mas em 1980, depois de sete anos de milagre mais cinco de ponte financiados externamente, ele põe de novo o pé no acelerador, expande brutalmente a massa monetária do Brasil, faz uma desvalorização sim, mas ao mesmo tempo introduz limitações, com uma taxa de cambio prefixada, uma taxa de juros pré fixada, um teto para correção monetária, tudo isso num momento em que a taxa de juros externos chegavam a 21%, 21,5%A inflação pulou para 100% e a dívida, que era de 40 bilhões de dólares em 1979, passou para 80 bilhões de dólares em 1981, sem nenhum novo investimento, apenas para pagar juros e comprar dólares. Foi realmente um equívoco...”. (MOREIRA, Marcílio Marques. Marcílio Marques Moreira; entrevista à Fundação Getúlio Vargas. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2001. p. 132)

Assim, no início do governo Figueiredo, a continuidade de uma conjuntura internacional adversa afetou a estratégia de crescimento econômico brasileiro de três formas: primeiramente, em 1979, o aumento súbito dos valores referenciais internacionais do barril de petróleo, que conseqüentemente elevou de forma considerável os custos de importação de um bem de primeira necessidade, do qual o país não era auto-suficiente.

“Tolhido pelo maior endividamento existente em 1978 e pela persistência de um elevado volume de importação de petróleo, o Brasil tinha menos flexibilidade para enfrentar o segundo choque do petróleo do que tivera para enfrentar o primeiro...”.(FISHOW, Albert. *Uma história de dois presidentes: A economia política da Gestão da Crise*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 176).

Por sua vez, a alta dos juros norte-americanos e das principais economias mundiais, que balizavam o mercado financeiro internacional, afetou o Brasil de duas formas: aumento dos encargos da dívida externa e escassez de crédito internacional.

“Os choques reais, associados com a segunda elevação no petróleo em 1979 e o aperto na política monetária norte-americana depois de outubro daquele ano, levaram a uma propagação internacional da recessão que foi agravada pela indiferença norte-americana quanto às conseqüências externas de suas políticas econômicas internas. O elevadíssimo grau de integração dos mercados financeiros mundiais forçou um aperto geral nas políticas monetárias na Europa Ocidental e no Japão. Seguiu-se uma elevação generalizada nas taxas reais de juros...” (FISHOW, Albert. *Uma história de dois presidentes: A economia política*

projetos em todo mundo, em especial nos países do Terceiro Mundo, criando, assim, o chamado mercado de “Petrodólares”.

da *Gestão da Crise*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 213)

O aumento dos encargos com o financiamento, alongamento e o pagamento da dívida externa agravou o déficit na balança de pagamentos, tornando mais árduo para governo brasileiro “alimentar” o motor da economia brasileira com investimentos estatais, financiados por empréstimos internacionais.

A escassez de créditos internacionais dificultou ao governo brasileiro a obtenção de empréstimos capazes de cobrir adequadamente o déficit da balança de pagamento, resultando em uma grave crise econômica interna, que afetou a capacidade do Estado de executar políticas públicas, aumentando ainda mais o desgaste da imagem do regime militar.

“A ironia culminante foi a deterioração econômica precipitou a transição ao governo civil e a democratização sob possivelmente a escolha de um moderado por fusão de antigos apoiadores do governo e a oposição...” (BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. *A dívida externa brasileira do milagre ao fundo*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 189)

Por fim, a recessão econômica internacional, principalmente nos países centrais, e uma série de medidas governamentais protecionistas nos campos comercial, tecnológico e financeiro reduziram em larga medida a rentabilidade das exportações dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, para os países ricos, limitando o ingresso de dólares, o que agravou a questão da balança de pagamentos.

“No final de 1981, era claro que os antigos indicadores de capacidade de serviço da dívida estavam perdendo seu significado tradicional - no Brasil e por toda parte. A recessão mundial e o comércio mundial estagnado, os níveis surpreendentemente elevados das taxas reais de juros, a conseqüente queda nos preços do commodities e o neoprotecionismo nos países avançados estavam transformando o que eram problemas de ajuste de divisas conversíveis e à incapacidade de pagar obrigações contratuais, numa série de países em desenvolvimento e da Europa Oriental...” (BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. *A dívida externa brasileira do milagre ao fundo*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 212)

Percebemos, na tabela 4, o avanço da economia durante a gestão Figueiredo. Também, observamos que o triênio (1981, 1982 e 1983) foi ruim para o país em termos de crescimento econômico.

Tabela 4
Evolução do PIB à Preços Constantes

PIB a Preços Constantes								
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Brasil	5,7	5,0	6,4	7,2	-1,6	0,9	-3,2	4,5

Fonte: FMI, Anuário 1986.

Cabe-nos destacar, ainda, que apesar da recessão internacional, as exportações brasileiras cresceram graças a uma política de Estado voltada para o comércio com países em desenvolvimento; mesmo assim, insuficiente para equilibrar a balança de pagamentos³⁸.

³⁸ FISHOW, Albert. *Uma história de dois presidentes: A economia política da Gestão da Crise*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 176.

Capítulo II: A Política Externa do Governo Figueiredo

Em 1979, Ramiro Saraiva Guerreiro, diplomata de carreira, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, inaugurando a fase da política externa brasileira, que foi denominada posteriormente de Diplomacia do Universalismo, que em muitos aspectos continuou a política externa do governo anterior.

Os objetivos principais declarados pelo Ministro das Relações Exteriores dessa política brasileira, no intuito de fazer frente a uma conjuntura externa desfavorável e dentro desta concepção de mundo, eram o desenvolvimento e a preservação da paz³⁹. O chanceler brasileiro, já no discurso de posse, delineou as principais diretrizes da organização da Diplomacia brasileira:

“...de acordo com três vetores fundamentais: o universalismo, a dignidade nacional e a vocação brasileira para a boa convivência...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro anuncia as metas do Itamaraty*. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 21. 1979. p. 9.)

O ministro de Estado, Saraiva Guerreiro, fez questão de reiterar o respeito da política externa brasileira a alguns valores e princípios.

“A política externa se guiará por princípios cardeais entre os quais sobressaem a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a solução pacífica de controvérsias e a cooperação para o bem-estar.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1979, p. 9.)

A política internacional brasileira estava assentada na percepção das autoridades de que a realidade internacional é polimórfica e dinâmica⁴⁰, permitindo ao Brasil ser, ao mesmo tempo, participante ativo do Ocidente Capitalista e do Terceiro Mundo⁴¹

³⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Saraiva Guerreiro anuncia as metas do Itamaraty*. Resenha de Política Exterior do Brasil n. 21. 1979, p.9.

⁴⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Saraiva Guerreiro, na Argentina, fala sobre “a atitude externa do Brasil”*. Resenha de Política Exterior do Brasil n. 27. 1980. p.72

⁴¹ FIGUEIREDO, João Baptista. *Ramalho Eanes a Figueiredo: olhamos o Brasil como potência emergente*. Resenha de Política Exterior do Brasil n. 28. 1981. p.43).

“...pertencemos, simultaneamente, a ambos os conjuntos. Pela maneira como nos inserimos nas estruturas econômicas globais, somos claramente parte do Terceiro Mundo, pela intensidade de nossas relações com o Ocidente e pelas ligações culturais, somos nitidamente vinculados aos países ocidentais.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro, na Argentina, fala sobre “a atitude externa do Brasil”* Resenha de Política Exterior do Brasil n°. 27. 1980, p. 72.)

Entendeu-se por “universalismo” a igualdade soberana e não discriminatória de interesses, em razão do diferencial de projetar poder, entre os diversos Estados Nacionais. Compreende-se por “dignidade nacional” a defesa dos interesses, das aspirações e dos valores nacionais no campo internacional. A “boa convivência”, por fim, significa a restrita obediência ao Direito Internacional Público e aos princípios e propósitos expressos na Carta das Nações Unidas⁴². Em suma:

“O universalismo não é uma aposta na quantidade de contactos e de números de intercâmbios. Ao contrário, implica na tomada de posição sobre a substância do relacionamento internacional. Implica a admissão de que a variedade de tendências e propostas deve fundar o que tenho chamado de ‘estrutura democrática de convivência’ internacional. O universalismo, bem aceito e compreendido, é anti-intervencionista. É promotor da dignidade nacional, porque propõe o pleno respeito às individualidades nacionais, ou seja, a ampla aceitação da igualdade soberana dos Estados como modelo de organização da vida internacional” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro, na esg: diplomacia exige cuidadoso realismo*” Resenha de Política Exterior do Brasil n°. 26. 1980, p. 47.)

Ademais, a ação internacional do país foi intensamente pautada pela visão dos governantes de que a identidade nacional era coincidente com uma identidade latino-americana, com traços da cultura africana.

“O Brasil assume integralmente sua condição de país latino americano...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Figueiredo: política externa visa à paz, à independência, e ao desenvolvimento*. Resenha de Política Exterior do Brasil n°. 24. 1980, p. 3.)

“Recebo com especial contentamento a presença de representantes de nações africanas de recente independência. Toca-me profundamente o significado histórico de tal fato. Considero-o marco importante de um relacionamento, cujas perspectivas são tão amplas quanto entrelaçadas nossas raízes étnicas, lingüísticas e culturais.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *A posse do Presidente*

⁴² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1979, p.09.

João Figueiredo. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 21. 1979, p.4.)

“ O dado fundamental é nossa identidade como país latino-americano. Na verdade, a intensificação é seqüência natural de um modo de ser do Brasil. Somos latino-americanos, o que faltava era explorar a fundo as conseqüências de nossa identidade.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 26. 1980, p. 47)

Este reconhecimento e a incorporação das identidades latina e africana nos negócios externos do Brasil, no entanto, não implicavam na negação completa do legado histórico e cultural dos povos europeus e asiáticos.

“Aos países desenvolvidos, da Europa Ocidental, das Américas e do Pacífico, aos quais nos ligam um precioso acervo de laços históricos e tantas identidades culturais, desejo expressar o constante empenho do Brasil numa aproximação crescente para ainda maior benefício de nossos povos e engrandecimento dos valores comuns.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1979, p.4)

Então, se a admissão dos valores latinos e africanos pelas as autoridades de política internacional brasileiras não implicavam na negação, ou pelo menos na contradição, da herança cultural européia e asiática, para que serviram essas afirmações do chefe de Estado do Brasil?

Podemos responder que essas afirmações, propositadamente colocadas nos discursos oficiais brasileiros, serviram para alardear, mesmo que apenas no campo da retórica, a existência de um arcabouço de identidade cultural mínimo, o qual permitia a cooperação, sem contradição, com os mais diversos sistemas políticos e sociais.

“Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na esperança de um caminho de Paz.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1979, p.4.)

No discurso de posse, um pouco à frente, o Presidente reitera esse desejo de se relacionar com todos os povos.

“A mensagem deste Brasil generoso e hospitaleiro – que peço levar de volta a seus povos – é de otimismo e confiança em nosso futuro comum.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1979, p.4.)

O chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, vai um pouco mais além do Presidente na questão da identidade comum e afirma que nossa segurança, felicidade e prosperidade estão ligadas à questão da identidade.

“Até mesmo nossa região não escapa de controvérsias, que passam às vezes por fases agudas. Mas nela, por felicidade, está presente um autêntico sentimento de identidade comum que alimenta a visão do futuro e tende a superar episódios. Além disso, do outro lado do Atlântico, na África, a que nos ligam tantos laços, permanecem sem solução questões relativas à autodeterminação e soberania dos povos, bem como subsistem inaceitáveis políticas e práticas racistas, que se constituem em verdadeiras ameaças à paz e a segurança internacional.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro anuncia as metas do Itamaraty*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 21 1979, p.8.)

O Ministro das Relações, por vezes, expressou publicamente que o Brasil não tinha “excedente de poder”, estando o país em uma posição vulnerável no Sistema Internacional.

“O Brasil vive no Sistema Internacional uma situação que é dada. As nossas possibilidades de modificar traços básicos do sistema são limitadas.” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1980, p.46)

“A primeira condição para o êxito da política externa é de que desperte confiança. Não temos excedente de poder, nem excedente de atração cultural, econômica ou política, e temos que construir nossa presença na base da confiança, que se expresse pela coerência, pelo escrúpulo em ser autêntico e veraz no diálogo com os demais países.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro expõe, na ESG, as linhas da Política Externa Brasileira*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 34. 1982, p. 82)

Conquanto, a percepção do Executivo partia do pressuposto de que o país encontrava-se distante dos centros de poder do Sistema Internacional, isto não implicava numa postura passiva e defensiva em termos diplomáticos⁴³. As autoridades brasileiras acreditavam que o Estado brasileiro munido de sua

⁴³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1980, p. 46

“incansável disposição de negociar”⁴⁴ e atuando sem preconceitos tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral⁴⁵, poderia atravessar o conturbado período internacional.

Em uma ocasião em que os membros do Poder Executivo discursavam, o chanceler Guerreiro afirmou que o Brasil, devidos às suas características únicas, poderia ser o interlocutor ideal para solução de litígios políticos entre os diversos países.

“Temos de estar preparados, com segurança para conduzir um diálogo permanente e simultâneo, em diferentes níveis, com países em variadas situações. Aí estará talvez o maior desafio da política externa de um país-ponte, sob muitos aspectos intermédio, como é o Brasil.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980, p.48).

Por trás da difusão da percepção do Brasil como “país-ponte”, havia interesses concretos bem palpáveis na arena internacional, como nos apontam Gelson Moura e Maria Regina Soares de Lima.

“...apresentando-se assim, ora como integrante do Terceiro Mundo, que deveria receber benefícios e vantagens que lhe permitissem mais crescimento econômico, e ora como país industrializado, que deveria ser tratado como interlocutor à altura pelos países do Primeiro Mundo...” (LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gelson. *A Trajetória do Pragmatismo – Uma Análise da Política Externa Brasileira*. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 25, nº 3, 1982, p. 352 – 353.)

Um outro aspecto geral da condução dos negócios exteriores da administração Figueiredo foi a tentativa de criar canais de interlocução entre a Casa de Rio Branco e outros órgãos da administração federal e, também, com a sociedade brasileira, no intuito de tornar mais sólida as ações da Diplomacia.

“Em estreita cooperação com órgãos estatais ou entidades e empresas privadas, o serviço diplomático brasileiro empenhar-se-á, cada vez mais, na identificação e aproveitamento das oportunidades para ampliar e racionalizar as do Brasil com os países amigos.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores *Op. Cit.* 1979, p.10).

⁴⁴ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1979, p. 10.

⁴⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1979, p. 09.

Dessa forma, ainda que na conjuntura política interna de transição de regime, a política internacional brasileira conduzida pelo Itamaraty foi utilizada como elemento de convergência dos diferentes setores políticos nacionais:

“...a questão da ‘crise de legitimidade’ e a versão explanatória ‘liberal democrática’, embora presentes em outros setores da vida nacional, não se fez sentir no campo das relações internacionais do Brasil.” (HIST, Monica. *Transição Democrática e Política Externa: A Experiência do Brasil*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986., p. 209.)

O Itamaraty, segundo o professor Celso Lafer, fez um esforço nesta época para compatibilizar o processo de transição democrática e a condução da política externa brasileiras, dando, segundo Lafer, às propostas do Estado brasileiro de democratização das estruturas das relações internacionais, uma maior solidez e coerência⁴⁶. Entretanto, consideramos esta proposição de difícil apuração. Ademais, o ministro Ramiro Saraiva Guerreiro possuía uma grande autonomia na condução dos negócios exteriores⁴⁷, sendo quase mínima a ingerência do Presidente Figueiredo, o que, na visão de Maria Regina Soares de Lima, era caso de omissão ou de completa delegação de poder⁴⁸.

Contudo, a condução dos negócios internacionais brasileiros, em especial, do “Pragmatismo Responsável”⁴⁹ em maior medida e da “Diplomacia do Universalismo” em menor medida, não foi uma unanimidade nacional. Os diversos críticos atacaram duramente a forma com que o Itamaraty lidava com dois dos eixos centrais da política externa brasileira: as relações entre Brasília e Washington e os contatos entre Brasília e Buenos Aires. Um dos mais renomados críticos foi o professor e embaixador Roberto Campos:

⁴⁶ LAFER, Celso. *As Eleições de Novembro e a Política Exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Políticos n 57 . UFMG. Belo Horizonte. Julho de 1983. p. 18-19.

⁴⁷ Autonomia confirmada em entrevista do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro para o autor em 13 de dezembro de 2005.

⁴⁸ DE LIMA, Maria Regina de. *Ejes Analíticos y Conflicto de Paradgmas em la Política Exterior Brasileña*. América Latina / Internacional.FLACSO. Argentina. Volumén 1 N 2 Otoño - Invierno. 1994. p. 32-33.

“O problema é que o revisionismo do governo Geisel no tocante à política externa não foi nem pragmático nem responsável. Nada menos pragmático, por exemplo, do que hostilizarmos os dois fulcros de nosso relacionamento externo – Argentina, ao Sul, e os Estados Unidos, ao Norte – em relação aos quais se multiplicaram as áreas de atrito durante a gestão de Silveira no Itamaraty. E nada mais irresponsável do que embarcarmos num terceiro-mundismo ingênuo e estéril, com uma retórica acariciante para os subdesenvolvidos, quando nossos reais interesses, que são a obtenção de capitais, tecnologia e mercados, recomendariam priorizarmos nossas relações com o Primeiro Mundo.” (CAMPOS, R. *Prefácio*. In BANDEIRA, M. *Relações Brasil – EUA no Contexto da Globalização: II – Rivalidade Emergente*. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 15.)

As críticas ao Itamaraty, não partiam, apenas, do ressentido professor Campos, o qual teve o seu sonho de ministro das relações exteriores frustrada por Azeredo da Silveira e por Saraiva Guerreiro⁵⁰. Alguns setores da imprensa e da academia, também, teciam, comentários desfavoráveis à política internacional brasileira do período, como veremos posteriormente.

Ao longo do estudo de uma vasta bibliografia, percebemos, em diversos textos acadêmicos, a recorrência da afirmação de que a “Diplomacia do Universalismo” era uma variação do “Pragmatismo Responsável”, política externa da Gestão Geisel, adaptada a uma nova realidade internacional

Outros pesquisadores, como o professor Vizentini, afirmam que as políticas externas dos governos militares possuíam o mesmo objetivo final:

“O objetivo final declarado desta política era a construção de uma potência média, por meio da multilateralização e da mundialização das relações políticas e econômicas do Brasil.” (VIZENTINI, P. F. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 9 – 10).

Diversos estudiosos, como o professor Shiguenolli Myamoto e o professor Williams da Silva Gonçalves, também, abordam o regime militar nessa perspectiva. Entretanto, ambos ressaltam que a estratégia militar teve de se adaptar as transformações internas e do sistema internacional.

⁴⁹ A política externa do Governo Geisel (de 1974 a 1979) ficou conhecida como “Pragmatismo Responsável”.

⁵⁰ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* 1994. p.1013-1016.

“No concernente aos governos militares, o objetivo perseguido foi rigorosamente o mesmo: fazer do Brasil uma grande potência mundial. As mudanças internas e aquelas por que passou o sistema internacional, porém, determinaram que o governo Geisel rompesse com a estratégia aplicada desde o governo Castello Branco.” (GONÇALVES, Williams da Silva. & MYAMOTO, Shiguenolli. *Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n° 12, 1993. p. 243)

Outros trabalhos, como do professor Broinizi⁵¹ e dos professores Brigadão e Proença Junior⁵², apontam elementos de continuidade nos investimentos na área da indústria bélica e de segurança.

A constatação da proposição do professor Vizentini, que não é objeto desta inquirição, demandaria um extenso e intenso estudo, porém, podemos tecer algumas considerações. No que tange a política internacional brasileira, é muito difícil acreditar que os objetivos da política externa da administração de Castello Branco e da gestão Figueiredo sejam idênticos. Primeiramente, as conjunturas internas e externas eram diversas ao longo dos diferentes governos militares⁵³. Além do mais, no mesmo período, o Brasil viveu profundas transformações na economia, na política e na sociedade⁵⁴.

Outro ponto a se destacar é a questão das variadas denominações da política externa brasileira ao longo dos governos fardados. Ora, se havia um grande elemento de continuidade nas políticas internacionais dos governos militares, porque essa diversidade de designações? Não acreditamos que seja apenas questão de marketing.

À indagação referente, se a Diplomacia do Universalismo seria apenas a continuação da política internacional da gestão anterior, cabe-nos fazer uma série de considerações e comentários.

⁵¹ PEREIRA, Maurício Broinizi. *O Complexo Industrial-Militar Brasileiro: O Projeto Brasil Potência e os Programas de Construção da Autonomia Tecnológica e Estratégica das Forças Armadas (1964/1994)*. Tese de Doutorado em História Econômica, USP, São Paulo, 1996.

⁵² BRIGADÃO, Clóvis & PROENÇA JR., Domício. *A Projeção da Política Externa do Brasil: a Questão da Segurança*. Revista Contexto Internacional, IRI e PUC-Rio: Rio de Janeiro, jan/jun 1988.

⁵³ GONÇALVES, Williams da Silva. & MYAMOTO, Shiguenolli. *Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n° 12, 1993. p. 243

⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática*. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985 p. 446-449.

O Presidente Figueiredo determinou ao seu ministro das relações exteriores, Saraiva Guerreiro, que continuasse em linhas gerais a política externa do governo Geisel, fazendo, somente, uma consideração sobre a direção da política internacional brasileira, que se resolvesse o impasse político com a Argentina⁵⁵. Assim, percebemos um elemento de continuidade da política internacional brasileira, muito facilitada pelos por laços de amizade⁵⁶ de Guerreiro e Azeredo da Silveira, e, pelo fato de pertencerem à mesma “igrejinha”⁵⁷, ou seja, o mesmo grupo político. Logo, suas concepções sobre a condução das relações internacionais brasileiras fossem parecidas, porém não idênticas.

Desta forma, Saraiva Guerreiro no comando do Itamaraty prosseguiu no caminho iniciado pelo antecessor, aprofundando os laços diplomáticos com os países do Terceiro Mundo, nos quais se priorizavam a África Negra, principalmente os países de colonização portuguesa, e os países da América Latina, sendo a busca por boas relações com a Argentina primordial.

A aproximação com o Continente Negro deu-se pelo interesse brasileiro em colocar os produtos manufaturados brasileiros nesses mercados, aproveitando os ressentimentos existentes entre as ex-colônias e as ex-metrópoles para ocupar mercados anteriormente cativos às potências européias.

“Em prosseguimento à política de aproximação com os países vizinhos do outro lado do Atlântico, o Brasil intensificou seu relacionamento com o Continente africano, sobretudo com as nações de língua comum.

O desenvolvimento da cooperação econômica, comercial, técnica e cultural com o Continente consolidou a posição do Brasil entre as nações africanas como parceiro comercial de peso e como importante fornecedor de bens, serviços tecnologia e assistência técnica.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Mensagem do presidente João Figueiredo ao Congresso Nacional*. Resenha de Política Exterior do Brasil n^o 32. 1982, p.24 -25.)

⁵⁵ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1992. p. 91. & Entrevista concedida pelo ex-chanceler ao autor, em 13 de Dezembro de 2005.

⁵⁶ SILVEIRA, Antônio Azeredo. *Ao deixar o cargo, Silveira analisa política externa do governo Geisel*. Resenha de Política Exterior do Brasil n 20. 1979. p. 43. & GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1979. p. 07.

⁵⁷ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* 1994. p. 1013.

Na América Latina, a Diplomacia brasileira procurou intensificar as boas relações com os países vizinhos, intentando minimizar e superar as tensões políticas vividas. Assim, para superar as desconfianças e as suspeitas mútuas, a Diplomacia brasileira palmilhou, para tanto, a via da cooperação entre os países com a “incansável” disposição para negociar⁵⁸. Como afirmou o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro em entrevista à “EBN”(Empresa Brasileira de Notícias), em 10 de maio de 1980 :

“...é evidente que os nossos vizinhos da América do Sul, em particular os do Prata, em termos de volume de contratos, têm uma significação para muito especial para nós, são muito relevantes. O que nós podemos dizer sobre o atual estágio dessas relações é que, sendo elas muito boas, acontece que houve talvez um esforço muito maior para criar um grau de confiança mais acentuado, um clima de desinibição e de descontraimento que não diria que sempre existiu...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro explica a visita do presidente Figueiredo à Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n°. 25 .1980, p.47).

Neste período, destacamos a participação brasileira na construção de organismos internacionais de cooperação regional, como ALADI (Associação Latino Americana de Integração), e nos esforços de negociação bilaterais, que resultaram em inúmero tratados firmados e ratificados entre Brasil e os demais Estados da região. Dentre os acordos firmados e ratificados, ressaltamos a importância de três deles: o acordo sobre a ALADI (1980), o Tratado de Cooperação Amazônica (1979) e o Acordo Tripartite (1979).

A ALADI, firmada em 1980, ajudou os países latino-americanos a superarem as desconfianças comerciais e econômicas mútuas, constituindo uma importante base jurídica do Direito Internacional Regional, sendo a pedra angular de sustentação de todo o processo de integração na América do Sul, inclusive do Mercosul.

O Tratado de Cooperação Amazônica, de 1979, também veio neste sentido de construir laços de confiança entre o Brasil e os demais países amazônicos. Salta aos olhos a velocidade, de poucos meses, com que esse tratado foi elaborado, negociado e ratificado.

⁵⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1979. p. 10.

O Acordo Tripartite (1979), assinado entre Brasil, Argentina e Paraguai, teve a importância histórica de pôr um ponto final nas tensões levantadas pela questão do aproveitamento hidroelétrico dos rios da Bacia do Paraná e da compatibilização dos projetos das represas de Itaipu, projeto brasileiro-paraguaio, e de Corpus, projeto argentino-paraguaio. Ater-nos-emos um pouco mais sobre este tema específico mais à frente⁵⁹.

Um fator inovador da política externa da administração Figueiredo foi a aproximação política e econômica entre Brasília e Buenos Aires. Salienta-se a velocidade e a profundidade das relações bilaterais realizadas neste período. Aprofundaremos, agora, um pouco mais na temática das relações bilaterais brasileiras com alguns países (Argentina, Inglaterra e Estados Unidos), que nos subsidiam para tratar do tema desta dissertação.

As Relações Brasil – Argentina de 1979 – 1982

A região do Rio da Prata⁶⁰ foi, historicamente, até finais da década de 1970, identificada e envolta pelas questões do equilíbrio de poder⁶¹ e de rivalidade entre as duas principais potências da região (Brasil e Argentina).⁶² Seus contenciosos estavam ligados às questões referentes ao equilíbrio de poder, aos limites territoriais e aos recursos naturais⁶³ ou seja, questões geopolíticas.⁶⁴

⁵⁹ Para um maior aprofundamento sobre a questão de Itaipu/Corpus, sugerimos a leitura de: FERRES, Virginia Perez. *Rivalidade, Tensão, Integração. Análise da Política Externa Argentino-Brasileira no contexto da Bacia do Prata (1974-1979)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2004.

⁶⁰ A região do Rio da Prata, ou Bacia do Rio da Prata, é constituída pelos países Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, que se situam geograficamente ao longo do Rio da Prata e de seus afluentes: Rio Paraná, Rio Paraguai e Rio Uruguai.

⁶¹ MORGENTHAU, Hans J. *Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Editora UnB e IPRI: Brasília, IOSP: São Paulo, 2002.. p.321.

⁶² Para maiores informações, sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos acadêmicos: MELLO, Leonel Itaussu Almeida . *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. São Paulo, ANNABLUME, 1996.

_____. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PUC – SP, São Paulo, 1987.

SELCHER, Wayne. *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.

⁶³ Idem, p. 101.

⁶⁴ Para maiores informações: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PUC – SP, São Paulo, 1987.

Ambos os Estados Nacionais (Brasil e Argentina) intentaram exercer uma liderança internacional sobre os demais países da sociedade e do sistema sul-americano. Entretanto, nem o Brasil nem a Argentina foram suficientemente capazes de impor plenamente suas vontades um sobre o outro⁶⁵.

Ao longo dos anos, o Brasil e a Argentina, envolvendo terceiros países (Uruguai, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Estados Unidos, entre outros), construíram um delicado “equilíbrio” de poder na Bacia do Prata.

As pretensões da Chancelaria brasileira e da Diplomacia argentina eram baseadas na notória assimetria de poder de ambos os Estados (Brasil e Argentina) em relação aos terceiros países da região e na perspectiva de ambos em serem percebidos pelas grandes potências mundiais como atores internacionais de primeira grandeza.

É importante notar que alguns grupos (militares, diplomatas, entre outros) dentro das sociedades nacionais brasileira e argentina construíram, historicamente, uma imagem mental e política coletiva de que o outro país era uma ameaça iminente à integridade territorial do Estado-Nação e aos interesses nacionais, alicerçando políticas estatais competitivas e de viés conflituoso, o que afetou profundamente as relações brasileiro-argentinas.

Essas perspectivas, que privilegiavam a visão do conflito no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, foram alicerçadas em acontecimentos ao longo da história na América do Sul, que remontam desde o Império brasileiro, quando os dois países interferiram militarmente na região. Assim, em toda a América do Sul, difundiram-se idéias e construíram-se percepções negativas entre os países vizinhos, sendo uma das expressões a tese sobre o sub-imperialismo brasileiro⁶⁶.

Ao longo da década de 1970, questões como o aproveitamento hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Prata, as iniciativas de políticas de desenvolvimento nuclear, o aumento da influência brasileira na América do Sul, entre outros, deterioraram as relações entre o Itamaraty e o Palácio de San Martín; cujo ápice das tensões foi a questão Itaipu – Corpus, marcada pela dificuldade dos

⁶⁵ Para maiores informações ver: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Op. Cit. .São Paulo, 1996.

⁶⁶ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F. Siglo Veintiuno Editores México.1969.citado por MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Op. Cit. .São Paulo. 1987. p. 296.

diplomatas de ambos os países de chegarem a um termo sobre o litígio. Discutiremos, um pouco mais sobre a temática de Itaipu – Corpus.

A questão de Itaipu – Corpus.

A questão do aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio da Prata, especialmente de Itaipu- Corpus , foi um grande obstáculo nas relações entre Brasília e Buenos Aires, pois, no cerne da disputa envolvia as relações de poder no Cone Sul.

Para situar o leitor, primeiramente, contextualizamos as circunstâncias que levaram a decisão de construir a hidroelétrica entre as autoridades paraguaias e brasileiros. A seguir , explicamos sucintamente o andamento das negociações entre o Palácio do Planalto e a Casa Rosada. Por fim, analisamos o Acordo Tripartite (1979).

Desde a ascensão do general Alfredo Stroessner, por meio de um golpe de Estado, à presidência do Paraguai em 1954, ocorreu uma aproximação deliberada entre Brasil e Paraguai, com vistas a diminuir a influência argentina nos assuntos internos do país “Guarany”, através da criação a leste de um novo “pulmão” econômico para o Paraguai, libertando Assunção da dependência do Porto de Buenos Aires para a realização do seu comércio internacional, o que lhe permitira a realizar plenamente uma política externa pendular⁶⁷. Ademais, os opositores do ditador paraguaio instalaram sua base de operações políticas na Argentina⁶⁸.

“A aproximação Brasil-Paraguai acontecia, assim os fatos mostram não por motivos ideológicos, mas sim por motivos econômicos e políticos. Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho Paraguaio, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para leste via Brasil...” (MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil- Paraguai, 1955 – 1980*. Campinas – SP. Ed. Papirus, 1987. p. 64.)

⁶⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil- Paraguai, 1955 – 1980*. Campinas – SP. Ed. Papirus, 1987. p. 50 -51.

⁶⁸ *Id. Ibid.* p. 54.

O Brasil, por sua vez, possuía interesses econômicos e políticos no Paraguai. O Itamaraty vislumbrava o país “Guarany”, como um mercado para os seus produtos de maior valor agregado e como uma ponta de lança para romper as desconfianças dos países vizinhos, e minimizando a influência argentina na região⁶⁹.

Outro fator motivador da construção de Itaipú foi à pendência territorial, a questão da região de Guaíra, trazida a tona pelos paraguaios em 1963, quando o ministério de Minas e Energia do Brasil estudava pontos na Bacia do Rio da Prata para construções de futuras hidroelétricas⁷⁰. O Paraguai, para tanto, utilizava-se de uma interpretação do Tratado de 1872, que definia a fronteira dos dois países. O Brasil, por seu turno, acreditava que a questão já havia sido resolvida anteriormente pelo Barão de Cotegipe, sendo a região na visão do Itamaraty de soberania brasileira.

A questão de Guaíra tomou um vulto maior no Governo do Presidente Castelo Branco, quando o 5ª. Companhia de Fronteira ocupou a região em litígio, provocando fortes reações das autoridades paraguaias, ameaçando as boas relações entre o Brasil e o Paraguai, fato que em última instância poderia abrir um perigoso precedente que poderia permitir a revisão das fronteiras brasileiras⁷¹.

Neste momento de tensão entre os dois países, em junho de 1966, o encontro entre o ministro das relações exteriores Juracy Magalhães e o chanceler paraguaio Sapeña Pastor, com a negociação das Ata das Cataratas em 1966, ajudou a desanuviar o horizonte das relações entre os dois Estados⁷².

Nesse contexto, segundo o ex-ministro das relações exteriores do Brasil, Mario Gibson Barboza, quando era embaixador do Paraguai, nomeado em novembro de 1966; surgiu-lhe a idéia da construção de Itaipú:

⁶⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 56

⁷⁰ *Id. Ibid.* p. 64

⁷¹ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 68-69

⁷² *Id. Ibid.* p. 91.

“A idéia de Itaipú, o aproveitamento do Rio Paraná, veio depois. Primeiramente havia a necessidade urgente de resolver o litígio de fronteira. A verdade é que eu fora convidado a chefiar nossa Embaixada no Paraguai a fim de encontrar uma solução diplomática para o diferendo de fronteira. Mas intuí, desde o princípio, que a solução tinha de passar pelo aproveitamento conjunto, entre os dois países, do imenso potencial hidroelétrico do Paraná..”. (BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro. Editora Record, 1992.p. 89).

Segundo Gibson Barboza, a embaixada brasileira no Paraguai agiu officiosamente, tendo o embaixador se encontrado de madrugada com o Presidente Stroessner. Assim, a idéia de “submergir” o litígio territorial ganhou força nos círculos diplomáticos.

“O mais arriscado para mim, em tudo isso, era que eu estava, na verdade, agindo sem instruções, embora minha proposta não se afastasse do espírito da Ata das Cataratas. Telefonei então ao Ministro Juracy Magalhães, que se surpreendeu com a minha iniciativa. Ponderei-lhe: “Mas o senhor não acha que é uma boa idéia?” Ele pensou um pouco e disse: “É, a idéia é boa...” Acabou por concordar e recomendou-me que lhe enviasse a minuta da nota para estudo...” (BARBOZA, Mario Gibson. *Op. Cit.* 1992.p. 89).

Posteriormente, em 1967, o Brasil e o Paraguai criaram a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai para levar adiante as negociações entre os dois países, as quais foram difíceis, em especial no que tangia ao preço do KW/hora⁷³.

O presidente general Emilio Garratazu Médici (1969 – 1974) nomeou para ministro das relações exteriores, Mário Gibson Barboza, que avançou nas negociações com o Paraguai em relação a Itaipu, que ganhava importância, em razão da necessidade de encontrar fontes de energia capazes de sustentar o vigoroso crescimento da economia brasileira⁷⁴. Após intensas negociações, o Tratado de Itaipú foi firmado pelos Presidentes Médice e Stroessner em 20 de abril de 1973.

Desde o princípio, o tratado de Itaipú sofreu uma contundente oposição da Argentina, que se sentia ameaçada pela possibilidade do Brasil trazer o Paraguai para sua esfera de influência, o que na visão dos estrategistas argentinos

⁷³ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro. Editora Record, 1992.p. 97.

⁷⁴ VIZENTINI, Paulo F.. *Op. Cit.* 1998 .p.154.

mudaria, em favor do Brasil, o equilíbrio de poder na Bacia do Rio da Prata⁷⁵, o qual segundo esta “escola de pensamento” argentino era o “Heartland” da América do Sul⁷⁶. Sublinhamos que a declaração do presidente dos Estados Unidos: “Para onde o Brasil for, vai a América Latina”⁷⁷; ampliou os temores argentinos de uma eventual “preponderância”⁷⁸ ou “hegemonia”⁷⁹ brasileira na região.

Essa perspectiva “geo-estratégica” teve uma grande influência nas ações das autoridades da Argentina⁸⁰, a despeito dos diferentes governos. O livro de Gibson Barboza relata um trecho da conversa com De Pablo Pardo, o então ministro das relações exteriores argentino:

“- (O que não queremos, realmente, é que vocês construam essa hidroelétrica com o Paraguai) - respondeu-me ele com desconcertante franqueza.

... De Pablo Pardo prosseguiu, explicando que prevalecia na Argentina uma corrente de pensamento geoestratégico segundo a qual, se o Brasil construísse um pólo econômico de tal grandeza, na fronteira norte da Argentina, pobre e escassamente habitada, praticamente dominaria aquela região...”. (BARBOZA. *Op. Cit.* 1992.p. 109)

Outro fator que gerou grandes dificuldades nas negociações foi a questão da compatibilização dos empreendimentos de Itaipu e de Corpus, empreendimento paraguaio-argentino que seria construído a jusante de Itaipu. A construção brasileiro-paraguaia por razões técnicas, referente à altura das águas das barragens, impediria o funcionamento “ótimo” da hidroelétrica de Corpus, que, por sua vez, caso atendidos os requisitos desejados pelos argentinos, inviabilizariam economicamente a construção de Itaipu⁸¹.

⁷⁵ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. ANNABLUME: São Paulo, 1996.

⁷⁶ SANTOS, Norma Breda. *A Geopolítica Argentina*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, jan/mar de 1987. p. 100.

⁷⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. Cit.* 1998. p.155.

⁷⁸ MELLO, Leonel Itaussu. *Op. Cit.* 1996. p. 156.

⁷⁹ SANTOS, Norma Breda. *Op. Cit.* 1987. p. 110.

⁸⁰ GEISEL, Ernesto. *Ernesto Geisel*. D’ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org).Rio de Janeiro. Editora FGV-RJ. 1997. p. 346-347.

⁸¹ FERRES, Virginia Perez. *A Solução do Conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80*. Revista Projeto História: São Paulo, n° 29, tomo 2. Dez/04.

Desde então, Brasil e Argentina digladiaram-se nas arenas internacionais, defendendo suas posições. Por sua vez, O Paraguai manteve um silêncio sobre a disputa brasileiro - argentina, pois, ganharia de qualquer forma. Caso perdesse dinheiro do Brasil pelo rebaixamento da cota, ganharia, do outro lado, da Argentina o mesmo valor pelo aumento da cota⁸².

A Argentina trouxe o impasse para as arenas internacionais, em especial na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. A posição defendida pelo palácio de San Martín era que, como o rio era internacional, a Argentina, por estar à jusante da construção de Itaipú deveria ser consultada pelas partes, durante todo o processo de construção, tendo direito a opinar sobre a questão, o que inviabilizaria a construção, já que, as autoridades da Casa Rosada eram frontalmente contrárias à construção. Além do mais, caso a proposição argentina fosse aplicada às últimas conseqüências, qualquer construção nos afluentes do Rio da Prata deveriam ter consentimento de Buenos Aires.

Por sua vez, a postura brasileira era que a questão do rio era um assunto bilateral, envolvendo, apenas, Brasil e Paraguai. Ademias, o Itamaraty argumentava que as terras montantes eram brasileiras, e as jusantes eram paraguaias, e somente, depois eram argentinas. Logo, na visão brasileira, a Argentina não teria motivo para a reclamação.

A questão da “consulta prévia” fora levada para o âmbito multilateral pela Argentina, o que vinha ao encontro dos piores receios brasileiros. O Itamaraty temia que a perda da causa de Itaipú na arena internacional pudesse inviabilizar uma obra de suma importância para o país, ou no mínimo uma paralisação nas negociações com o Paraguai enquanto durassem as discussões⁸³. Em junho de 1972, na Conferência sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, a proposta da Argentina somente não prevaleceu, porque as todas as resoluções deveriam ser aprovadas por consenso⁸⁴. Assim, para evitar a iminente derrota na Assembléia Geral das Nações Unidas, a estratégia de Gibson Barboza foi negociar diretamente com o chanceler argentino MacLaughlin. Dessa forma, nascia, nesse

⁸² MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 113.

⁸³ BARBOZA, Mario Gibson. Op. Cit. 1992.p. 116.

⁸⁴ BARBOZA. Op. Cit. 1992.p. 116.

momento, o esboço do “acordo de Nova York”⁸⁵, que resultou, posteriormente, na resolução 2995.

O “acordo de Nova York”⁸⁶ foi atacado duramente pela imprensa argentina. Em 1973, o presidente eleito Juan Domingo Perón denunciou ao acordo brasileiro –argentino, reiniciando os debates em torno de Itaipu-Corpus com uma nova ofensiva diplomática argentina.

O tratado de Itaipu fora assinado pelo Presidente Médice. Entretanto, coube ao presidente Ernesto Geisel (1974-1979) levar adiante a construção da hidroelétrica. As obras ficaram sob responsabilidade do ministro de Minas e Energia, Shiegeaki Ueki, e as negociações com os argentinos ficaram no Ministério das Relações Exteriores, a cargo do Azeredo da Silveira, ex-embaixador brasileiro em Buenos Aires, conhecedor, portanto, dos pormenores das negociações com a Argentina.

“Encontrei o Tratado de Itaipu com o Paraguai concluído em todas as suas formalidades, à espera de execução. Resolvi dar andamento ao projeto e assim, finalmente, iniciar as obras de Itaipu. Foi uma grande fonte de despesas. Como o Paraguai não tinha recursos financeiros, o capital com que entrou na empresa 100 milhões de dólares, foi financiado pelo Brasil. O empreendimento foi realizado com financiamentos obtidos no exterior”. (GEISEL, Ernesto. *Ernesto Geisel*. D’ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org). Rio de Janeiro. Editora FGV-RJ. p. 302).

Como a decisão da construção já havia sido tomada, a questão, agora, era a compatibilização dos projetos de Itaipú e de Corpus⁸⁷. Após longas e exaustivas negociações bilaterais, avançou-se em quase todos os aspectos, chegando a quase um acordo em 1977⁸⁸ e em 1978⁸⁹. Contudo, as negociações não prosseguiram, quando, em 1977, a Argentina decidiu reabrir a questão de

⁸⁵ Id. Ibid. 1992.p. 120-122.

⁸⁶ O acordo de Nova York foi, na verdade, um entendimento entre os dois países, e não um acordo nos termos legais, que se transformou na proposição do bloco latino-americano na Assembléia Geral da ONU, a qual fora posteriormente aprovada pela Assembléia Geral da ONU.

⁸⁷ VIZENTINI, Paulo F.. Op. Cit. 1998. p. 229.

⁸⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo. Editora Siciliano. 1992. p. 93.

⁸⁹ FERRES, Virginia Perez. Op. Cit. p. 669.

princípio da consulta prévia, o que voltavam as conversações às etapas iniciais⁹⁰; quando em 1978, o Brasil anunciou unilateralmente a revisão do número de turbinas, aumentando de 18 para 20.

“...Silveira, comentou comigo que, em setembro, no Itamaraty do Rio, delegações do Brasil e da Argentina tinham praticamente chegado à definição dos termos básicos de um acordo. Logo em seguida, o governo brasileiro decidiu implantar mais duas turbinas em Itaipu, o que, evidentemente, desmontara tudo. O presidente Geisel, Shiegeaki Ueki, o engenheiro Gelásio, outros elementos da Itaipu, deviam achar bom o acréscimo e entendiam que a Argentina não podia reclamar, porque tal acréscimo não causaria prejuízo a jusante..”. (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo. Editora Siciliano. p. 93).

Na perspectiva da diplomacia brasileira, outro problema para as negociações era a figura do embaixador argentino no Brasil, Oscar Camilón⁹¹, cuja estratégia de ação utilizou-se dos meios de comunicação brasileiros, e, conseqüentemente, da opinião pública brasileira, para pressionar o Itamaraty à negociar nos termos propostos por Buenos Aires, culpando o Brasil, pelo fracasso nas negociações⁹². O Chanceler Azeredo da Silveira se irritou profundamente com as ações de Camilón⁹³.

Paralelamente, as negociações com a Argentina, o Brasil enfrentava duras negociações com o Paraguai no que se refere à ciclagem da energia a ser gerada por Itaipu, que não foi objeto do tratado brasileiro - paraguaio⁹⁴. O sistema brasileiro de distribuição de energia opera com 60 hertz, ou ciclos, e o restante da América do Sul a distribuição é feita com 50 ciclos, ou hertz⁹⁵; o que na prática impediria a venda de energia paraguaia ao Brasil, caso não houvesse um maciço investimento na conversão da energia paraguaia gerada por Itaipu para o padrão brasileiro.

⁹⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo. Editora Siciliano. 1992. p. 93.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor, em dezembro de 2005, no Rio de Janeiro

⁹² FERREES, Virginia Perez. *Rivalidade, Tensão, Integração. Análise da Política Externa Argentino-Brasileira no contexto da Bacia do Prata (1974-1979)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2004. p.139-142.

⁹³ FERRES, Virginia Perez. Op. Cit. p. 668-669.

⁹⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 121.

⁹⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 121-122.

Uma das soluções propostas foi a de alterar o padrão de energia paraguaio para 60 ciclos, o que não implicaria custo algum para o tesouro brasileiro, entretanto, implicaria na troca de grande parte dos produtos eletro-eletrônicos do Paraguai, favorecendo a indústria de bens duráveis do Brasil. Todavia, Stroesner não aceitou essa alternativa, por que ela inviabilizaria a venda da energia gerada por Itaipu para outros países da América do Sul⁹⁶. A saída encontrada pelo Brasil e pelo Paraguai foi a de acatar a proposta inicial paraguaia, aceitando a divisão das turbinas, nove produziram energia a 50 Hertz e as outras nove gerariam força elétrica a 60 Hertz⁹⁷. No final, o Brasil arcou com os custos do sistema de conversão, para poder, assim, comprar a energia do Paraguai.

O problema de Itaipu-Corpus foi equacionado, somente, na gestão do Presidente Figueiredo (1979 – 1984), que determinou expressamente ao então chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro uma solução para a questão⁹⁸. As negociações, anteriormente acertadas com o ministro das relações exteriores da Argentina, Brigadeiro Carlos Pastor, foi a de tratar o assunto diretamente entre as chancelarias, evitando as embaixadas dos dois países⁹⁹. As negociações, cujo ponto de partida foram os entendimentos de 1978, caminharam satisfatoriamente, em poucos meses, resultando no Acordo Tripartite de 1979, tendo o Brasil cedido na questão do número de turbinas¹⁰⁰.

Dessa forma, percebemos que a administração Figueiredo recebeu de seu antecessor um quadro de relações difíceis com a Argentina, e que, a aproximação e a resolução dos impasses internacionais entre Buenos Aires e Brasília foi um grande feito da Diplomacia brasileira.

Os Passos de uma Aproximação

A evolução do relacionamento entre Brasília e Buenos Aires, durante o Governo Figueiredo, que resultou numa efetiva aproximação entre os dois países

⁹⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 122-124.

⁹⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. Op. Cit. 1987. p. 126.

⁹⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Op Cit. 1987. p. 91-92.

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 13 de dezembro de 2005, no Rio de Janeiro

¹⁰⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Op Cit. 1992. p. 95.

vizinhos, deve ser observada sob os seguintes aspectos: Primeiramente, neste período de vigência dos regimes militares em ambos os países, a relação dava-se no aspecto de reduzir as tensões internacionais, como a questão do aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio da Prata, especialmente o problema de Itaipu – Corpus. Além disso, buscava-se criar as condições para um diálogo franco e para uma cooperação profícua para ambos os países, o que não significava, contudo, uma aproximação de interesses e valores para a construção de um projeto político conjunto.

Por sua vez, os militares argentinos que não compartilhavam da concepção de mundo das autoridades brasileiras, pois, se reconheciam como, antes de mais nada “ocidentais”. Mais ainda, as autoridades de Buenos Aires objetivavam, com o relacionamento brasileiro-argentino, uma diminuição das tensões com o país vizinho, um apoio diplomático ou, pelo menos, a garantia da não intervenção brasileira na condução de assuntos políticos e militares externos argentinos, tais como: Beagle e Falklands/Malvinas¹⁰¹; Ademais, a abertura de um importante mercado, como o brasileiro, às exportações argentinas, o que viria ampliar consideravelmente a margem de manobra internacional da Argentina.

Cabe-nos aqui ressaltar que, em um segundo momento, houve a ascensão do presidente Alfonsín (1983-1989) ao poder na Argentina. Nesta época, promoveu-se uma aproximação entre os dois atores, motivada pela mudança das percepções internacionais da Casa Rosada e do Palácio do Planalto, devido aos acontecimentos externos (Guerra das Falklands/Malvinas, agravamento da crise econômica internacional, entre outros) e internos (movimento de redemocratização em ambos os países, ...). Entretanto, Nesse estudo nos ateremos somente ao primeiro período da reaproximação entre Brasil e Argentina (1979 – 1982, antes do conflito). Os outros aspectos serão trabalhados num próximo estudo.

Os momentos mais importantes desse relacionamento entre Brasília e Buenos Aires foram: a) o Acordo Tripartite, em 1979, que, como vimos, colocou um ponto final no contencioso de Itaipu – Corpus; b) os contatos de primeiro grau

¹⁰¹ SELCHER, Wayne. *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986 p. 100-103.

realizado entre as principais autoridades do Brasil e Argentina, entre elas as viagens presidenciais, no início da década de 1980, que resultaram em diversos acordos de cooperação bilateral; c) a construção do acordo da ALADI, em 1980. Comentaremos um pouco mais a cada um desses acontecimentos internacionais, salvo a questão de Itaipu-Corpus.

O Acordo Tripartite (1979), realizado entre Brasil, Argentina e Paraguai, terminou, após intensas e ásperas negociações, no contencioso político-militar sobre o aproveitamento hidroelétrico dos rios da Bacia do Rio da Prata, compatibilizando e viabilizando os projetos das represas binacionais de Itaipu (Paraguai – Brasil) e de Corpus (Argentina – Paraguai), o que inaugurou uma nova etapa nas relações entre Brasil e Argentina.

“...é igualmente expressivo que tenha o Brasil celebrado com a Argentina e o Paraguai o Acordo de Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos hidroelétricos de Itaipu e Corpus, com o qual os três países souberam encontrar uma solução que efetivamente representa uma convergência de interesses e soma de benefícios recíprocos. Fica, assim, encerrada uma questão que se prolongava no tempo e se abrem novas perspectivas de cooperação com os países platinos.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Figueiredo: política externa visa à paz, à independência e ao desenvolvimento*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 24. 1980, p. 4.)

“...este êxito, Senhor Presidente, tem um precedente inquestionável: o grande e prolongado esforço que abriu as portas, em 19 de outubro passado, ao consenso entre Brasil, Paraguai e Argentina sobre o aproveitamento do Alto Paraná.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Na assinatura de atos, Figueiredo destaca a cooperação brasileiro-argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 24. 1980, p. 26.)

Aconteceram duas viagens presidenciais em 1980: a do presidente Figueiredo à Argentina, em maio de 1980, sendo a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao solo argentino desde a visita de Getúlio Vargas, em 1935,¹⁰² e a do presidente Videla ao Brasil, em agosto de 1980.

No mês de maio do ano de 1981, ocorreu um encontro presidencial em Paso de los Libres, Argentina. Assim, no período de um ano, esse era o terceiro encontro presidencial entre os chefes de Estados dos dois países.

¹⁰²Para maiores informações ver: Resenha de Política Exterior do Brasil. Nº 25.

Esta es la tercera vez, em el curso de um año, que nuestros países mantienen reuniones a nível presidencial. Em realidad se trata de uma frecuencia singular em este tipo de contactos em nuestra región. Habitualmente, las diplomacias solo tienden a promoverlas cuando son aconsejadas por ciertas condiciones.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *O encontro Figueiredo-viola em Paso de los Libres*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29. 1981, p. 26.).

Em 1982, antes da guerra das Falklands/Malvinas, os Chanceleres mantiveram um encontro de alto nível, reiterando o diálogo dos dois países e aprofundando as discussões sobre questões de interesse de ambos.

“A amizade permanente entre o Brasil e a Argentina esta acima de contingências passageiras. Sua solidez decorre da afinidade de valores básicos, da comunidade de aspirações por um desenvolvimento pleno para seus povos...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Chanceler argentino mantém contatos em Brasília*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 32. 1982, p. 93)

“*El motivo de mi viaje es, pues, simples: ratificar la decision argentina de mantener cooperacion y el entendimiento com el Brasil en el alto nível que conviene a los intereses de ambos países.*” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Chanceler argentino mantém contatos em Brasília*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 32. 1982, p.96).

Além da simbologia natural de importantes visitas dos chefes de Estado e de seus subordinados, estas resultaram em diversos acordos de cooperação bilateral, cujos destaques foram: a) a assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear (1980); b) o acordo de aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados em trechos limítrofes do Rio Uruguai e de seu afluente Pepisi – Guaçu; c) o acordo de interconexão entre os sistemas elétricos do Brasil e da Argentina; d) a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu; e) o Memorandum de Entendimento relativo ao estabelecimento de um mecanismo de consulta sobre assuntos de interesse comum; f) a elaboração da idéia da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), entre outros.

Destacamos, também, a ampla divulgação do reconhecimento, feito pelo Brasil, da soberania argentina sobre as Falklands/Malvinas, ocorrido durante estas viagens.

“4. Ao analisarem a questão das Ilhas Malvinas, O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil expressou o apoio de seu Governo à República Argentina, reiterando sua confiança de que as negociações em curso conduzam, dentro da possível brevidade, a resultados satisfatórios...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração conjunta relata os entendimentos entre o Brasil e a Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 25. 1980, p. 54.)

“Ao analisarem o desenvolvimento das negociações e gestões que a Argentina realiza sobre as ilhas Malvinas, o Presidente do Brasil reiterou o apoio outorgado pelo seu Governo na matéria e a confiança em que tais entendimentos conduzam brevemente a resultados satisfatórios.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *No comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil-Argentina em Paso de los Libres*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29 1981, p.23).

Outro resultado das visitas de ambos os presidentes foi à constituição de várias comissões mistas, no sentido de incentivar e ampliar a cooperação bilateral, em especial na área energética, com os estudos da viabilidade de venda de gás argentino para o Brasil, e a cooperação nuclear e de transportes, com a construção de interligações físicas entre os dois países.¹⁰³

Por fim, nas comitivas presidenciais das duas delegações, havia um grande número de empresários e de homens de negócios, que aproveitaram a oportunidade para celebrar contratos comerciais, rendendo aos empresários um grande elogio por parte das autoridades de ambos os países.¹⁰⁴

“Hoje, pode-se dizer, Brasil e Argentina avançam resolutamente nas alamedas do entendimento e da cooperação.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Visita de Videla amplia e consolida o entendimento Brasil- Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26. 1980, p. 19.)

“...principalmente, para que quedara definitivamente sellada la inauguración de um nuevo y promisorio ciclo em nuestras relaciones bilaterales...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Visita de Videla amplia e consolida o entendimento Brasil- Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26. 1980, p. 19.)

¹⁰³Para maiores informações ver: Resenha de Política Exterior do Brasil. Nº 26, p. 149 – 155.

¹⁰⁴Idem, p. 33.

É interessante notar que, nesta época, iniciou-se a circulação de uma idéia de integração mais profunda entre os círculos fechados do poder dos países do Cone Sul. Como demonstra este trecho da entrevista dada pelo ministro Guerreiro ao jornal argentino *El Clarín*, em 3 de maio de 1980, reproduzida pela Resenha de Política Exterior Brasileira, nº 25:

“Pergunta – Em meios informados, mencionou-se, insistentemente, a perspectiva de um acordo de países do Cone Sul, especificamente Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O Brasil estaria disposto a uma aliança desse tipo?”

Resposta – O Brasil participa de encontros e organizações regionais e sub-regionais, quando essas têm propósitos construtivos. Em princípio, não temos porque nos opor a mais um esquema de cooperação com países amigos. Contudo, duas observações são necessárias. Em primeiro lugar, não endossamos a idéia de ‘alianças’ sub-regionais. As alianças têm, em regra, sentido defensivo, e não vemos no quadro atual da América Latina, o menor sentido na invenção de uma política de blocos, com pretensões políticas divisionistas. Os mecanismos que buscamos têm por objetivo a cooperação mútua e não visam à criação de mecanismos ‘contra’ um ou outro lado, claro ou oculto.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro explica a visita do presidente Figueiredo à Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 25 1980, p. 45.)

Outro passo importante na aproximação foi a construção da estrutura jurídica da ALADI, em 1980, que é um importante instrumento jurídico para a construção de uma integração comercial e econômica latino-americana e aumento conseqüente das bases da interdependência complexa¹⁰⁵ e da confiança entre os Estados da região. É importante lembrarmos que a ALADI substituiu a ALALC, tendo como principal diferencial assentar-se sobre bases políticas mais dinâmicas, realistas e flexíveis. Salientamos, para observar a importância desse organismo internacional, que o tratado do Mercosul encontra-se inscrito seguindo as normas da ALADI. Assim, na antevéspera do conflito das Falklands/Malvinas, percebemos que o Brasil e a Argentina trilhavam o caminho da cooperação em diversos campos, apresentando um bom relacionamento.

¹⁰⁵Para maiores informações ver: NYE, J. & KEOHANE, R. *Power and Interdependence*. New York: Ed. Longman, 1989.

As Relações Brasil – Estados Unidos (1979 – 1982)

Um outro fator a se notar quando se estuda a história política internacional brasileira é a relação entre Brasília e Washington. Os Estados Unidos tiveram presença marcante em diversos períodos da história brasileira. Basta recordar que o Estado norte-americano foi o primeiro país a reconhecer a independência brasileira¹⁰⁶. O mercado americano constituiu, e constitui, o principal destino para as exportações brasileiras e a praça de Nova York vem sendo um dos principais financiadores da dívida externa brasileira.

“No quadro de nossa política exterior, diversificado e enriquecido na medida do progresso do Brasil e de sua presença internacional, as relações com os Estados Unidos ocupam lugar importante.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *A visita do presidente João Figueiredo aos Estados Unidos da América*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 33. 1982, p. 03.)

Na década de 70, após um momento de relações maduras entre Brasília e Washington com as conversas entre Kissinger, Secretário do Departamento de Estado norte-americano, e Azeredo da Silveira, então chanceler brasileiro. A ascensão de Jimmy Carter (1977-1981), com sua política externa de direitos humanos, iniciou um processo de desgaste no relacionamento entre a Casa Branca e o Palácio do Planalto, acumulando um grande número de desavenças e posições políticas dispare em diversos temas da agenda internacional, de Direitos Humanos a Comércio Internacional, passando por questões referentes à Propriedade Intelectual, ao desenvolvimento da energia atômica, dentre outros.

Este quadro de deterioração, vigorava no início da administração Figueiredo. O ex-ministro das relações exteriores Azeredo da Silveira foi nomeado embaixador em Washington, e desempenhou, conforme telegramas e telex do Arquivo do Itamaraty em Brasília e do acervo CPDOC da FGV-RJ, um papel muito importante na política externa brasileira do período. Aliás, Saraiva Guerreiro

¹⁰⁶ PARANHOS, José da Silva (Barão de Rio Branco). *O Brasil, os Estados Unidos e o Moroísmo*. VÁRIOS. *Revista Americana: Uma Iniciativa de cooperação Intelectual (1909 – 1919)*. Ed. fac-similar. Brasília Senado Federal, 2001.

mantinha uma intensa comunicação com Azeredo da Silveira, discutindo muitas de suas idéias e dos assuntos internacionais correntes.

Em seu livro, Saraiva Guerreiro ressalta a importância dos Estados Unidos, entretanto, afirma que pautava suas relações com Washington por um senso de realidade, não se deixando iludir por “palavras suaves” e por falsas promessas:

“...Nunca nos iludimos, porém, com nossa capacidade de sensibilizar o governo americano para nossas necessidades especiais. Somos um país relativamente pobre e fraco, hoje marginal do ponto de vista estratégico....Havia talvez apenas algum receio de que a economia levasse a agitações que perturbassem o comércio e as relações econômicas em geral... .” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* São Paulo. 1992, p. 148.)

Washington, por sua vez, considerava o Brasil um parceiro regional importante na promoção dos interesses e dos valores de sua política externa, fosse pela sua grande massa territorial, fosse pelo seu peso militar, político e econômica na região, pois, segundo o ex-secretário de Estado norte-americano, Sr. Henry Kissinger:

“...Brazil has few complexes about being dominated by the United States and no experience with the exercise of American power. Brazil has the resources, the population, and the scale to become one of the world’s leading powers...” (KISSINGER, Henry. *Years of Renewal*. New York: Ed. Simon & Schuster, 1999, p. 738.)

Essa percepção foi reforçada pelo discurso do então vice-presidente George Bush:

“O longo vôo transcontinental de Bogotá, hoje, fez-me compreender – talvez mais do que qualquer coisa – que ambos os países gigantes com responsabilidades especiais conferidas pelo nosso tamanho e pela nossa importância...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *No Brasil, o vice –presidente norte-americano, George Bush*. Resenha de Política Exterior do Brasil n^o 31. 1981. p. 12.)

A ascensão de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos gerou uma expectativa nas autoridades brasileiras, conforme aponta o discurso do então vice-presidente Aureliano Chaves, durante a visita do vice-presidente norte-americano, George Bush, sobre o encerramento da fase de desentendimentos

entre a Casa Branca e o Palácio do Planalto; cujo auge, até então, havia ocorrido no governo do presidente norte-americano de Jimmy Carter (1977 – 1981):

“...a instalação de uma nova administração em Washington, sob a chefia do Presidente Ronald Reagan, despertou a esperança de que, da parte norte-americana, pudéssemos contar com igual espírito inovador e vontade política de fazer avançar o nosso relacionamento...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *No Brasil, o vice-presidente norte-americano, George Bush*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31 .1981, p. 10.)

A expectativa das autoridades brasileiras, contudo, não se confirmou e as divergências entre o Brasil e os Estados Unidos ampliaram-se, consideravelmente, seja pelo aumento do protecionismo comercial norte-americano, seja pelas intervenções norte-americanas na América Central, ou ainda, com a política nuclear brasileira, entre outros motivos¹⁰⁷.

Os Estados Unidos, na época, tinha como interesse primordial recuperar o prestígio internacional, que fora perdido com a saída das forças norte-americanas do Vietnã e com a emergência de novas potências econômicas, em especial Japão e Alemanha. O Brasil, por vez, buscava ampliar sua autonomia na arena internacional, indo de encontro às políticas de Washington na época.

“Explicarei também nossos programas internos que foram traçados para revitalizar a nossa economia e a nossa defesa. Os Estados Unidos estão empenhados, como sabemos, em dispor de suficiente poderio militar para demonstrar a qualquer adversário potencial que não há alternativa para a paz, que estamos preparados para proteger nossos interesses onde quer que estejamos ameaçados.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1981, p. 13.)

Podemos, assim, afirmar que alguns dos aspectos motivadores da continuidade de uma política externa mais autônoma foram a deterioração do relacionamento entre Brasil e os Estados Unidos e a necessidade de enfrentar um cenário internacional conturbado, conforme verificamos no discurso do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, proferido ao Grupo Latino-Americano da Organização das Nações Unidas:

“Ninguém tem, portanto, uma receita para mudar e, dessa forma, somos obrigados a buscar alguma coisa por nós mesmos. É importante que não sintamos órfãos e que busquemos internamente e coletivamente um novo caminho...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Saraiva Guerreiro ao grupo latino-americano da ONU: Precisamos buscar um novo caminho*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 34. 1982, p.91).

Acima, apresentamos brevemente as relações entre Brasília e Buenos Aires e entre Palácio do Planalto e Casa Branca. Entretanto, o quão importante era a Grã-Bretanha nos cálculos das relações exteriores brasileiras?

Relação Brasil – Reino Unido (1979 – 1982)

Antes de responder à pergunta acima colocada, devemos entender a importância da Europa Ocidental, em especial da Comunidade Econômica Européia, para o Brasil.

Em meados da década de 70, as relações entre o Brasil e os países da Europa Ocidental, em especial a Alemanha Ocidental, tiveram um aumento de importância, sendo as potências ocidentais do Velho Continente um mercado relevante para os produtos brasileiros, um fornecedor de produtos de tecnologia avançada; seja na área civil (máquinas, equipamentos, entre outros), seja no campo bélico (aviões, mísseis, navios etc.). Além do mais, grande parte do desenvolvimento econômico da década de 70 foi financiado pelas praças financeiras européias, principalmente Londres e Frankfurt.

Na gestão Figueiredo, o ministério das relações exteriores procurou intensificar as viagens e os encontros de alto nível entre o Brasil e os diversos países da Europa Ocidental. Ademais, no decorrer dessas viagens a Europa, o país captava recursos para os seus projetos.

¹⁰⁷ Para maiores informações ver: JAGUARIBE, Hélio. *Presente e Futuro das Relações Brasil-Estados Unidos*. In HIST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na Transição Democrática*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

“Até 1982, o público compreendia tais viagens, porque geralmente se concluíam nessas oportunidades grandes empréstimos, financiamentos, etc. Os bancos estavam empenhados em reciclar seus petrodólares. A tal ponto que as viagens de Figueiredo ficavam muito conhecidas como viagens de Delfim Neto... (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992, p.162).

Os resultados das viagens não foram maiores, pois, muitos das decisões e dos interesses brasileiros esbarravam nas decisões tomadas pela CEE, em Bruxelas.¹⁰⁸

Cabe-nos comentar que a Alemanha Ocidental foi a principal parceira do Brasil nos projetos de desenvolvimento atômico brasileiro, fornecendo, inclusive, equipamentos que viabilizaram a construção das usinas de Angra dos Reis. Na realização deste projeto, tanto Bohn quanto Brasília enfrentaram uma forte oposição por parte das potências nucleares.

Observando o final dos anos 70 e o início da década de 80, ao passo que as relações entre Washington e Brasília esfriavam, os contatos entre o Ministério das Relações Exteriores brasileiro e as Chancelarias européias, por outro lado, intensificavam-se. O exemplo mais claro ocorreu durante o Governo Carter, quando foi aprovada, no Senado americano, a Lei Humphrey-Kennedy, que teoricamente proibia a venda de armas a países que desrespeitassem os direitos humanos. A partir da aplicação dessa legislação norte-americana, vários países autoritários latino-americanos trocaram diversos fornecedores de armas norte-americanos por europeus, inclusive o Brasil e a Argentina.

Assim, no início do governo Figueiredo, o Itamaraty mantinha um bom relacionamento com o *Foreign Office* britânico, com uma expressiva cooperação econômica, tendo o IED britânico crescido entre 1976 – 1979 a uma taxa média de 30% e o Brasil feito intenso uso da praça financeira de Londres¹⁰⁹

¹⁰⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992. p.163

¹⁰⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Em Brasília, o chanceler britânico, Lord Carrington*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26.1980. p.67.

“...os contatos entre Reino Unido e o Brasil têm-se estendido aos mais variados campos, sempre deixando saldo amplamente positivo. Seja em matéria de economia, finanças e comércio, seja na cultura, ciência ou tecnologia, nossa cooperação bilateral delinea-se proveitosa e frutífera.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Em Brasília, o chanceler britânico, Lord Carrington*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26 1980, p. 67.)

Sobre o relacionamento entre Brasília e Londres, embora tivesse alguns espinhos na área de comércio exterior¹¹⁰, cuja raiz encontrava-se no protecionismo comercial da Comunidade Econômica Européia¹¹¹, as alamedas da cooperação bilateral estavam abertas, tendo, em 1980, o Brasil recebido a primeira visita oficial de um Secretário Britânico das Relações Exteriores¹¹².

“...a Comunidade Européia e o Brasil estão negociando este ano um novo esquema de cooperação. Sei que existem certas divergências de idéias entre nós, como, por exemplo, no comércio. Mas estou convicto de que nossos interesses comuns são maiores do que nossas divergências.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980, p. 71.)

Nesta visita ao Brasil, em 1980, o secretário britânico de Relações Exteriores, Lord Carrington, expressou com clareza que, embora o Reino Unido, uma potência industrial, mantivesse laços econômicos com todo o mundo e, portanto, a questão do comércio era um assunto vital para sua política externa, as prioridades do *Foreign Office* britânico, dada a geografia da Grã-Bretanha, eram a segurança e a defesa, que estavam ameaçadas pelo Bloco Soviético¹¹³

O Chanceler brasileiro retribuiu no final de 1981, a visita feita por Lorde Carrington, levando consigo alguns ministros da arena econômica e dos setores de infra-estrutura, no intuito de ampliar os investimentos britânicos no Brasil. O ministro Saraiva Guerreiro, em Londres e em suas palestras e reuniões, por vezes reiterou as boas relações entre o Brasil e Grã-Bretanha.

¹¹⁰ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980.p. 69.

¹¹¹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Chanceler Brasileiro profere palestras em Chantam house e na Cannig house*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31.1981. p. 48.

¹¹² BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980. p.69

¹¹³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980. p.69

“As relações entre o Brasil e o Reino Unido constituem um sólido exemplo desse empenho recíproco em promover a cooperação sadia. Especialmente no campo econômico, nossas relações têm-se desenvolvido significativamente na época atual, mercê tanto da iniciativa governamental quanto dos esforços privados. Apesar de ampla diversificação de nossos horizontes de cooperação internacional, o Reino Unido permanece como um dos de nossos principais parceiros em comércio e em investimentos.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Chanceler brasileiro profere palestras em Chatham house e na Canning House*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31. 1981, p. 49.)

Notamos que, na antevéspera da Guerra das Falklands/Malvinas, o Brasil mantinha uma profícua e madura relação, tanto com a Argentina quanto com o Reino Unido, o que tornava muito delicada uma tomada de posição de apoio referente ao conflito anglo-argentino.

Parte II – O contexto internacional

Capítulo III: O Contexto Internacional no Início da Década de 80

O conflito desencadeou-se no período da Guerra Fria¹¹⁴ no momento de transição do Sistema e da Sociedade Internacional¹¹⁵. Nessa época se assistia ao crepúsculo da Détente¹¹⁶ e ao aumento das tensões entre as duas principais potências e seus aliados, em virtude das políticas externas agressivas de Washington e de Moscou. Os principais exemplos são: a invasão do Afeganistão pelo Exército Vermelho e as intervenções dos Estados Unidos da América (EUA) na política interna das repúblicas centro-americanas (El Salvador, Honduras,...) , por meio do envio dos marines norte-americanos.

As negociações entre a Casa Branca e o Kremlin sobre o desarmamento nuclear e outras armas de destruição em massa sofreram reveses importantes, tendo ambos os lados investidos no desenvolvimento de uma nova série de armamentos nucleares, dentre os quais, destacamos o programa norte-americano Guerra nas Estrelas¹¹⁷.

¹¹⁴ Denominou-se de Guerra Fria o período pós II Guerra Mundial (1945), até a queda do Muro de Berlim (1989). A principal característica dessa época foi a disputa pela supremacia mundial entre dois blocos ideológicos, políticos e econômicos antagônicos, o Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos, e o Oriente liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Muito embora não tenha acontecido um confronto armado direto, o que levaria, provavelmente ao fim da humanidade, em razão das diversas armas de destruição em massa que ambos países possuíam, houve disputas entre aliados ideológicos ao longo dos anos em quase todos os pontos do planeta.

¹¹⁵ Por Sistema Internacional, utilizaremos a definição de Raymond Aron:

“Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em guerra geral...” (ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília:Brasília, 2002.p. 153).

¹¹⁶ Denominou-se de Détente, ou de coexistência pacífica, o período de 1969 a 1979, durante a Guerra Fria, no qual as duas superpotências mundiais, Estados Unidos e União Soviética e seus respectivos aliados, e ainda as importantes potências mundiais, como a China, privilegiavam o diálogo sob assuntos de grande relevância para a estabilidade do sistema mundial, como, por exemplo, proliferação nuclear, na intenção de amenizar as tensões políticas e militares, diminuindo, conseqüentemente, o risco de uma guerra nuclear.

¹¹⁷ O programa Guerra nas Estrelas previa a construção de uma barreira espacial, feita por inúmeros satélites, aos mísseis intercontinentais soviéticos, diminuindo dessa forma a possibilidade de um ataque nuclear ao território dos Estados Unidos. A idéia, ou a percepção, da lógica da mútua destruição sofreria profundas alterações, ou seja, em caso de guerra nuclear entre as duas potências, os Estados Unidos poderiam sair sem grandes danos ao seu território.

O professor Henry Kissinger captou o momento da política internacional americana da seguinte forma:

“A retórica do primeiro mandato de Reagan marcou o fim formal do período de Détente. A meta dos Estados Unidos não era mais a distensão, mas a cruzada e a conversão”.(KISSINGER, **Henry**. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves S/A & Universidade Editora, 1999, p. 839.)

Tanto a Argentina, quanto a Inglaterra faziam parte do Bloco Capitalista Ocidental, liderados pelos Estados Unidos, e estavam comprometidos com a política de contenção da expansão do poder da União Soviética e de seus aliados. Além do que, em muitos aspectos ambos os países compartilhavam a mesma concepção de mundo.

Nota-se, também, que nesse período (final dos anos 70 e início dos anos 80), diversos conflitos estatais emergiram na arena internacional - Índia e Paquistão, Irã e Iraque, a luta pela independência da Namíbia da África do Sul, a invasão do Líbano pelas forças armadas de Israel, entre outros-, os quais possuíam características peculiares, sendo muitas vezes diversas da lógica da luta entre os dois blocos (socialista e capitalista). Assim, esta realidade internacional demonstra que muitos dos participantes da sociedade de Estados privilegiavam a solução das pendências no âmbito externo pela via da força, em detrimento da diplomacia e do direito internacional, o que, segundo Lafer, erodiu o padrão de previsibilidade das relações entre os entes soberanos.¹¹⁸

No início dos anos 80, a economia internacional se modificou bastante devido aos efeitos das crises do petróleo (1973 e 1979), ao agravamento dos problemas financeiros mundiais, ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho, à emergência de novos pólos econômicos (Japão, Alemanha, entre outros) e ao protecionismo tecnológico e comercial dos países desenvolvidos.

As economias dos países dependentes de energia fóssil e de capitais financeiros internacionais, como Brasil e Argentina entre outros, ainda sentiam os fortes efeitos colaterais do Segundo Choque do Petróleo (1979) e da decisão norte-

americana de elevar subitamente as taxas de juros (de 8 % ao ano para 21,5 % ao ano)¹¹⁹, tanto pelo aumento do encargo da dívida, quanto dos gastos em moeda forte com importação de produtos derivados de petróleo, ou, ainda, pela escassez de oferta internacional de crédito. Isso dificultava o equilíbrio da Balança de Pagamentos, culminando na recessão econômica global e na chamada Crise da Dívida dos países latino-americanos.¹²⁰

As novas técnicas gerenciais (Just in time, entre outras) e a incorporação de tecnologias da informação inovadoras, como as transmissões de dados via satélite em tempo real, e dos computadores nas bases produtivas das empresas, entre outros fatores permitiram a reestruturação do sistema de produção capitalista. Além do mais a “revolução” na área dos transportes, iniciadas com o advento dos “super navios”, principalmente dos “super petroleiros”, e com a ampliação da aviação comercial reduziram os custos logísticos do transporte de mercadorias e de pessoas, o que possibilitou um incremento da concorrência no âmbito global.

Essas novas formas de organização do capital produtivo e financeiro internacional difundiram a percepção de esgotamento do modelo econômico de inspiração “keynesiana”.¹²¹ Em contrapartida, o pensamento liberal disseminou-se em algumas das sociedades das principais economias capitalistas (Estados Unidos e Grã Bretanha, por exemplo) e nas burocracias das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), o que restringiu, em boa medida, o acesso ao crédito por parte dos Estados do “Terceiro Mundo”.

¹¹⁸ LAFER, Celso. A Política Externa Brasileira e a Crise no Atlântico Sul; Reflexões sobre as Malvinas. São Paulo, Novos Estudos, CEBRAP, nov. 1982, p. 15.

¹¹⁹ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 437.

¹²⁰ As taxas de juros americanas serviam, e ainda servem, de referência para se estabelecer as taxas de remuneração do capital para empréstimos internacionais. Quando o *Federal Reserve*, Banco Central americano, decidiu aumentar os juros pagos pelo governo federal dos Estados Unidos da América, com a finalidade de fortalecer o dólar ante as moedas de terceiros países e obter recursos para balança de pagamentos, afetou, conseqüentemente, o fluxo de investimentos internacionais e diretamente as economias nacionais dos países da periferia do capitalismo, que utilizavam esse dinheiro para financiar os seus respectivos desenvolvimentos da economia, deixando muitos países em condição de insolvência. Esse episódio ficou conhecido como a Crise da Dívida.

¹²¹ O estudo dessa temática é aprofundado pelos seguintes autores :

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000;

_____. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000;

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Social*. São Paulo, Ed. Loyola, 1998.

No cenário econômico internacional, a emergência das novas potências econômicas, Japão e Alemanha, que buscavam consolidar suas influências (comercial, financeira e política) no Pacífico e na Europa. Ademais, os países de industrialização tardia - México, Coréia e Brasil - competiam no mercado internacional de manufaturas, o que aumentava a complexidade do jogo econômico mundial.

Os fluxos do comércio mundial, quando analisamos os dados estatísticos do período (ver Tabela 1), se retraíram. Um dos fatores foi o aumento do protecionismo comercial e tecnológico das principais economias do mundo, o que impedia o acesso dos produtos oriundos dos países em desenvolvimento aos principais mercados mundiais. Outro motivo foi a ampla utilização dos países de novas formas de barreiras comerciais, as BNTs (Barreiras não tarifárias), cuja finalidade era criar impedimentos legais e técnicos (como medidas fito-sanitárias) à entrada de produtos estrangeiros. Além do mais, os países com menor desenvolvimento econômico relativo, em contrapartida, limitavam suas importações e restringiam remessas de lucros aos países centrais, no intuito de evitar um desequilíbrio de suas balanças de pagamentos. Por fim, o protecionismo tecnológico, por meio de patentes e questões de propriedade intelectual, restringiu aos produtores industriais dos países em desenvolvimento as possibilidades de agregar valor nas manufaturas exportadas.

Tabela 1
EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR MUNDIAL E BRASILEIRO
DE 1973 a 1985

Período	EXPORTAÇÃO						SALDO		IMPORTAÇÃO	
	EXP BRASIL (FOB)			MUNDIAL (FOB)			IMP BRASIL (FOB)		MUNDIAL (CIF)	
	US\$ bi (B)	Var. %	B/C	US\$ bi (C)	Var. %	US\$ bi (D)	Var. %	US\$ bi FOB (B - D)	US\$ bi (F)	Part.% E/F
1973	6,2	55,3	1,11	556,1	39,1	6,2	46,3	0,0	561,3	1,25
1974	8,0	28,3	0,96	829,1	49,1	12,6	104,2	-4,7	824,6	1,72
1975	8,7	9,0	1,02	850,7	2,6	12,2	-3,4	-3,5	869,9	1,56
1976	10,1	16,8	1,06	958,7	12,7	12,4	1,4	-2,3	975,2	1,40
1977	12,1	19,7	1,12	1.086,3	13,3	12,0	-2,9	0,1	1.116,8	1,19
1978	12,7	4,4	1,01	1.257,6	15,8	13,7	13,8	-1,0	1.292,0	1,17
1979	15,2	20,4	0,94	1.625,0	29,2	18,1	32,2	-2,8	1.630,3	1,21
1980	20,1	32,1	1,04	1.940,8	19,4	23,0	26,9	-2,8	2.006,3	1,25
1981	23,3	15,7	1,21	1.924,2	-0,9	22,1	-3,8	1,2	1.990,0	1,21
1982	20,2	-13,4	1,14	1.765,5	-8,2	19,4	-12,2	0,8	1.860,3	1,13
1983	21,9	8,5	1,26	1.734,5	-1,8	15,4	-20,4	6,5	1.800,2	0,93
1984	27,0	23,3	1,47	1.840,6	6,1	13,9	-9,8	13,1	1.918,4	0,79
1985	25,6	-5,1	1,37	1.872,0	1,7	13,2	-5,5	12,5	1.942,1	0,74

Fonte: Exportações brasileiras: SISCOMEX e SECEX; Importações brasileiras: SISCOMEX e MF/SRF.

Taxa real de variação do PIB: IBGE.

PIB em dólar: IBGE.

Exportação, Importação e PIB mundial: International Financial Statistics (FMI) e World Economic Outlook - September, 2002 (FMI).

/1 O grau de abertura da economia é medido pela participação da corrente de comércio em relação ao PIB.

(*) Janeiro/Setembro

(**) Estimativa SECEX/DEPLA.

Elaborado por: SECEX/DEPLA.

Tabela extraída da Internet, em 11 de outubro de 2005, do site:
 (www.desenvolvimento.gov.br).

Algumas das questões dessa “guerra comercial” foram resolvidas, após muitos debates nos fóruns internacionais, durante as rodadas do GATT (General Agreement of Trade and Tariffs) e na ONU, em especial na UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), durante a Reunião de Cancun (1981)¹²². Outras dessas controvérsias comerciais entre os Estados, ainda, estão pendentes na agenda internacional, em especial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O resultado dessa conjuntura internacional adversa foi uma crise mundial prolongada, que, para alguns, encerrou a era de ouro do Capitalismo¹²³. Uma das principais características desse período foi o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, a qual ampliou as desigualdades entre o núcleo do Capitalismo e a sua periferia.

Assim, constatamos, por meio da análise do conturbado Sistema Internacional da época, que a Guerra das Falklands/Malvinas não envolvia a lógica do conflito político-ideológico entre as superpotências, pois a Inglaterra e a Argentina integravam o bloco alinhado de apoio direto aos Estados Unidos e participavam ativamente do Sistema Capitalista, o qual estava em crise sistêmica pelas razões acima expostas, permitindo que indagemos: quais os motivos que levaram os dois países a decidir por trilhar o caminho da guerra?

¹²² Conferência, realizada em outubro de 1981, destinada a tratar de questões sobre cooperação e desenvolvimento econômico e social.

¹²³ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos, o Breve Século XX (1914 – 1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 253.

Capítulo IV: As Raízes do Conflito

Na raiz do confronto, encontravam-se diversos elementos causais entrelaçados de difícil mensuração da ordem de relevância. Entretanto, destacaremos as motivações históricas, econômicas, geo-estratégicas e os fatores político-sociais internos. Trataremos, primeiramente, das razões históricas do contencioso. No entanto, antes, apresentaremos brevemente algumas considerações sobre a base legal das reivindicações de cada país.

Ambos os países alegam ter direitos sobre as ilhas, seja, no caso da Argentina, pela herança da posse da terra da ex-metrópole (1810 – 1833), pela proximidade territorial e por considerar que invasão do Reino Unido, em 1833, foi um ato ilegal; seja, no caso do Reino Unido, pela colonização empreendida ininterruptamente ao longo de aproximadamente 150 anos (1833 -1982), e pela vontade da população em manter-se sob a soberania à Coroa Britânica.¹²⁴

Logo, de início, analisando as posições de ambos países de legalizar suas posturas políticas frente à comunidade internacional, percebemos o grau de dificuldade que a questão das Falklands/Malvinas suscita ao direito internacional.

“No momento em que examina-se os argumentos alinhados por cada parte em defesa da sua posição o problema intertemporal logo se evidencia. Enquanto a Argentina afirma também títulos históricos que remontam ao início do século XIX, a Inglaterra reitera a aplicabilidade de uma norma integrante do corpus jûris contemporâneo, o direito de autodeterminação dos povos...” (SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. *A questão das ilhas Falklands/Malvinas: o conflito de 1982 e as repercussões no sistema internacional*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p. 117)

A partir da citação acima, e de um estudo bibliográfico, notamos que uma grande parte das dificuldades das negociações entre Buenos Aires e Londres deve-se ao fato das posições da Argentina e da Grã-bretanha partirem de pontos iniciais diferentes, sobre a origem do direito da soberania de um país sob um dado território. Estas questões sobre a origem da soberania (posse da terra ou da

¹²⁴ Sugerimos a leitura da dissertação de : DE SOUZA, Ielbo Marcus. *A questão das ilhas Falkalnds/Malvinas, o conflito de 1982 e as repercussões no sistema interamericano*. Brasília. Universidade de Brasília. 1988.

vontade dos indivíduos) e nacionalidade se encontram em um vivo debate nas Ciências Humanas, sem ainda, um consenso.

Na intenção de entendermos, um pouco melhor, o imbróglio jurídico e político, em torno das Falklands/Malvinas, é de suma importância para compreender o aspecto histórico do conflito anglo-argentino, cabe-nos a fazer as seguintes questões:

- 1- Quem descobriu o arquipélago das Falklands/Malvinas?
- 2- Quem colonizou, de fato, as ilhas Falklands/Malvinas?

Infelizmente, não existem respostas fáceis a essas duas perguntas. Contudo, este trabalho estaria incompleto, caso não abordasse, de forma sucinta, alguns aspectos sobre o tema.

Primeiramente, é muito difícil encontrar vestígios confiáveis sobre o primeiro a tomar posse do arquipélago. As ilhas aparecem sob diversas denominações, em muitas cartas náuticas e relatos de diferentes exploradores de vários países, os quais utilizavam o estreito de Magalhães para as viagens interoceânicas rumo ao Pacífico¹²⁵. Há, ainda, uma imprecisão de quem foi o descobridor do arquipélago. Existe quem cogite que as ilhas Falklands/Malvinas foram descobertas por Portugal, anteriormente a viagem de Magalhães ao redor do orbe terrestre.¹²⁶

“Esta imprecisão dos documentos iria solapar qualquer pretensão de posse das ilhas, tendo como argumento a legitimidade e até mesmo a veracidade da realização da descoberta de qualquer um dos países que, mais tarde, se envolveriam em sua disputa. Logicamente, tal impasse documental atingiu em cheio os futuros debates de caráter histórico-diplomático, que visavam dar cabo da questão e contaminaram, posteriormente, as mais contemporâneas discussões histórico-historiográficas sobre a descoberta, posse e destino do arquipélago”.(MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 28)

¹²⁵ MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 27-28

QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982. p. -16-27

¹²⁶ AZAMBUJA, Péricles. *Falklands ou Malvinas: o Arquipélago Contestado*. Caxias do Sul, E. PUCS, 1988, pp. 29-33. citado in WALSH, Marcelo Vieira. *A atuação Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Brasília. Universidade de Brasília. 1997 p.12.

QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982. p. -16

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, o controle do território do arquipélago foi disputado, inclusive militarmente, por algumas potências (França, Espanha, Inglaterra, entre outras). Percebemos, portanto, que a história do inóspito arquipélago esta umbilicalmente relacionado ao imperialismo europeu. O valor estratégico das ilhas, como possível ponto de abastecimento para viagens marítimas entre o Pacífico e o Atlântico Sul, era destacado por marinheiros da época.

Apesar das dificuldades, acima levantadas, destacamos, com base em estudos bibliográficos, alguns fatos dessa conturbada história.

Na versão argentina, de um lado, afirma-se que a descoberta das Falklands/Malvinas foi realizada por exploradores espanhóis, ou em nome da coroa espanhola. Destacamos as expedições de Fernando de Magalhães (1522-1523), Expedição de Simón de Alcazaba e de Francisco de Camargo (1540). Todos reclamaram para si as descobertas de ilhas no Atlântico Sul, o que se acredita ser as atuais Falklands/Malvinas¹²⁷. Embora, curiosamente, não se indique com certeza quem e quando descobriu. Apresenta-se, no entanto, como provas diversas cartas náuticas de diferentes datas, que designam com diferentes nomes as ilhas¹²⁸.

Na versão britânica, de outro lado, uma expedição inglesa sob comando de Thomas Cavendish chegou ao Atlântico Sul em 1592. Uma das naus da expedição, *Desiré*, comandada pelo Capitão John Davis, despreendeu-se, por motivo ignorado, da frota e chegou a um arquipélago, que se acredita ser as atuais ilhas Falklands/Malvinas¹²⁹.

Percebemos, que existe uma convergência entre a historiografia britânica e argentina no que tange a viagem do holandês Sebald Weet, em janeiro de 1600, que batizou as ilhas com seu nome. Além da viagem do Capitão Strong, em 1690, que viajou pelo estreito de San Carlos e nomeou a passagem de Falklands Sound, em homenagem a Lord Falkland, o tesoureiro que patrocinou a empreitada do

¹²⁷ QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982. p.18

¹²⁸ Para maiores informações ver: WALSH, Marcelo Vieira. *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Brasília. Universidade de Brasília. 1997.

¹²⁹ QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982. p.20

Capitão Strong. Desde então, os britânicos passaram a se referir às ilhas como Falklands¹³⁰.

Em 1698, pescadores e marinheiros franceses procedentes, principalmente, do porto mediterrâneo de Saint Malo passaram a freqüentar a região do arquipélago chamando-as de “Malovines”, com passar dos anos as ilhas ficaram conhecidas como Malvinas¹³¹.

Em 1764, uma expedição francesa, comandada pelo francês Luis Antônio de Bouganville, chegou às Malvinas e construiu um povoado, chamado de Saint Louis, conhecido pelos espanhóis como San Luis. Os franceses se retiraram, após protestos e ameaças feitas pelos espanhóis. As negociações franco-espanholas transcorreram no âmbito do direito internacional da época, Pacto de Família de 1761, no qual se garantia o respeito recíproco às possessões territoriais. Em 1767, a coroa espanhola indenizou a expedição francesa e recebeu, em troca, as instalações e o reconhecimento da soberania sobre as ilhas¹³².

No ano de 1766, uma expedição britânica comandada pelo Comodoro inglês Byron, chega às ilhas com a intenção de criar um porto na região, que ficou conhecido como Port Egmont, instalando-o numa das ilhas conhecidas como Saunders para os britânicos e Trinidad para os espanhóis.

Cerca de 100 britânicos foram expulsos de Port Egmont, em 1770, pelas tropas espanholas comandadas por Francisco de Paula Bucarelli¹³³. Em 1771, a coroa de Madri foi obrigada a devolver Port Egmont à família real britânica, após uma veemente ameaça militar de Londres.

Iniciaram-se, então, negociações entre as duas casas imperiais, espanhola e britânica, para a resolução do impasse. Existem muitas controvérsias sobre o resultado final dessas discussões diplomáticas, pois o documento final é dúbio, existindo alguns erros, o que permite diversas interpretações¹³⁴.

¹³⁰ QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982. p.25

¹³¹ WALSH, Marcelo Vieira. *A atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. (Dissertação de Mestrado). Brasília. Universidade de Brasília. 1997. p. 13

¹³² MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 31.

¹³³ WALSH, MARCELO VIEIRA. *A atuação do Brasil frente à crise das malvinas/falklands (1982)*. (Dissertação de Mestrado). Brasília. Universidade de Brasília. 1997. p. 13

¹³⁴ MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *Op Cit.* 2004. p. 21.

“Um erro na redação da declaração do diplomata espanhol confundiu mais ainda a questão do ponto jurídico, e a favor da elaboração de futuros argumentos de reivindicação por parte da Inglaterra. Nesta carta de declaração, quando o príncipe espanhol se referia ao estabelecimento britânico de Egmont, mencionou sua localização como sendo a ilha Grã Malvina/Falkland Ocidental, menção errada, já que ele não se localizava nesta grande ilha e sim na Trinidad/Saunders, ilha menor, ao norte. Erroneamente, os próprios espanhóis escreveram, em documento oficial, que a Grã Bretanha possuía um posto em uma das duas grandes ilhas do arquipélago. (MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira. (Dissertação de mestrado)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.p. 31

A versão argentina afirma que os espanhóis conseguiram uma promessa secreta que Port Egmont seria devolvida à soberania espanhola. Os britânicos, por sua vez, salientam que os diplomatas ingleses conseguiram da Espanha o reconhecimento da soberania da Inglaterra sobre Port Egmont.

Ressalta-se que o povoado de San Luis, de soberania espanhola, localizado numa das ilhas, continuava sua rotina normalmente, não sendo objeto direto das negociações entre Londres e Madri, cujo escopo era Port Egmont.

Em 1774, os cidadãos da coroa britânica abandonaram Port Egmont por razões não muito claras até o momento. A historiografia proveniente da Grã Bretanha afirma que a colônia foi deixada por motivações econômicas. Entretanto, segundo essa versão, suas autoridades, conforme o costume da época, deixaram uma placa de chumbo, declarando as ilhas como direito de propriedade de rei Jorge III. A historiografia argentina, por seu turno, reafirma que a retirada britânica foi simplesmente o cumprimento dos termos do acordo.

Destacamos que, ocasionalmente, os ingleses, entretanto, realizavam algumas intervenções na região, conforme os acontecimentos europeus, como nas guerras Napoleônicas, por exemplo.

Existe uma discordância entre a historiografia britânica e argentina, se, em 1810-16¹³⁵, com a independência do Vice Reinado do Prata e a formação do

¹³⁵ Em 1810, enquanto as tropas de Napoleão avançavam sobre a Espanha, uma assembléia pública depõe o Vice-rei, assumindo temporariamente uma junta militar. Inicia-se, pouco tempo depois, uma guerra civil em diversas províncias do Vice Reino do Rio da Prata.

Estado Argentino, houve ou não um período no qual as ilhas ficaram desabitadas, o que caracterizaria *terra nullis* para o direito internacional, ou seja, a terra não pertence a nenhum Estado, logo, esse território é passível de ocupação por um país, sem caracterizar-se uma invasão ou afronta a soberania de outro Estado.

A Argentina, após sua independência em 18(10/16), conseguiu deter o controle formal das Falklands/Malvinas até 1833, baseando suas reivindicações no “direito de herança” dos territórios espanhóis do Vice Reinado do Prata.

A despeito do controle formal do território, o governo de Buenos Aires não conseguiu manter uma administração estável na região, devido a problemas internos, que consumiam os esforços e as atenções das autoridades do país platino, e aos incidentes internacionais ocorridos na América do Sul, como, por exemplo, a disputa militar entre Brasil e Argentina pela posse territorial da antiga província Cisplatina (1825-1828), que resultou, em 1828, na independência do Uruguai.

Um destes episódios, em 1831, foi um ataque empreendido à cidade de Puerto Soledad, antigo porto San Luis¹³⁶, por uma nau de guerra norte-americana, em resposta à apreensão de alguns navios norte-americanos pelas autoridades argentinas. Esse fato iniciou algumas contestações por parte de algumas potências (Grã Bretanha, Estados Unidos, entre outras) sobre a legitimidade e a legalidade da possessão argentina sob o arquipélago.

Em 1833, o navio inglês Clio, comandado pelo capitão Onslow, chegou à pequena aldeia argentina de Puerto Soledad (Port Louis, para os ingleses) e se apropriou do arquipélago em nome da Coroa britânica, expulsando todos os habitantes do local. Logo após, criou-se uma colônia inglesa que servira de entreposto comercial e de importante posto de abastecimento aos navios que navegavam pelo Estreito de Magalhães, por uma das rotas que ligava o Extremo Oriente à Europa. Desde então, a coroa britânica manteve, e ainda mantém, a

No ano de 1816, em Tucumán, realizou-se um congresso de representantes das Províncias Unidas, nomeando um novo diretor supremo. No dia 9 de julho de 1816, é declarada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Recomendamos, para maiores informações, a leitura de FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004

¹³⁶ Após consulta a bibliografia existente, não encontramos o motivo da alteração de nome de Porto de San Luis para Puerto Soledad.

soberania sobre as ilhas. Apenas em 1982, época da tomada argentina, a posse das ilhas passou, temporariamente, para as mãos da Argentina, sendo retomada pelo Reino Unido.

A Argentina, segundo sua própria historiografia, fez diversos apelos para que se resolvesse a questão das Falklands/Malvinas, tanto no âmbito bilateral, quanto no multilateral. Entretanto, notamos que não ocorreu nenhuma arbitragem internacional sobre o tema. Somente na década de 1960, quando a diplomacia argentina levou a questão das Falklands/Malvinas para o Comitê Especial Sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais nas Nações Unidas, o qual recomendou que ambas as partes negociassem uma saída para o litígio¹³⁷.

Em 1975, na V Conferência Ministerial do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada em Lima, os países participantes declararam apoio à causa Argentina, solicitando a Londres a continuidade das negociações nas instâncias competentes das Organizações das Nações Unidas¹³⁸.

O Comitê Jurídico Interamericano da Organização dos Estados Americanos, somente em 1976, pronunciou-se sob a questão das Falklands/Malvinas, posicionando-se favoravelmente ao país platino¹³⁹.

O processo de negociação entre a Casa Rosada e a Downing Street nº 10¹⁴⁰ caminhou de forma insatisfatória, mantendo o impasse até os dias atuais.

Em meados dos anos 70, algumas publicações científicas, lastreados em dados da expedição comandada por Lord Shackleton¹⁴¹, apresentavam opiniões de especialistas, que estimavam, na plataforma continental das ilhas Falklands/Malvinas, um potencial de 20 bilhões de toneladas de petróleo, ou seja, essas reservas excederiam as da Venezuela e seriam 5 (cinco) vezes superiores às do Mar do Norte. Ademais, houve um anúncio na Imprensa de que um conjunto de empresas estaria propenso a investir algo entre 750 mil e 1 milhão de libras em

¹³⁷ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 08

¹³⁸ WALSH, Marcelo Vieira, *Op. Cit.* 1997. p 19

¹³⁹ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 39

¹⁴⁰ Downing Street nº 10 é a sede do Primeiro Ministro Britânico.

¹⁴¹ A expedição de Lord Shackleton, patrocinada pelo Reino Unido, teve como objetivo principal mapear as potencialidades econômicas da região próxima às ilhas Falklands/Malvinas. A principal descoberta apontada pelo relatório final da expedição de Lord Shackleton são riquezas minerais nas redondezas do arquipélago.

uma operação de prospecção de hidrocarbonetos em até 18 meses,¹⁴² o que, certamente, acirrou os ânimos e as ambições pela posse das ilhas.

A questão econômica pode ter sido mais um dos aspectos motivadores do embate militar, já que, na região do arquipélago da Falklands/Malvinas, foram identificadas reservas de petróleo e de gás natural. Além disso, a riqueza e a abundância da fauna marinha transformaram a pesca em um empreendimento economicamente atraente. Ressaltamos, todavia, que nenhum investimento na área de extração do petróleo foi concretizado até o momento, aparentemente, devido a laudos técnicos contrários às expectativas iniciais e ao risco político.

Outro fator que impulsionou o embate militar foi a importância geoestratégica do arquipélago, baseado em dois aspectos que aqui serão explicitados. Primeiramente, o controle do Estreito de Magalhães, que é uma das ligações marítimas entre o oceano Pacífico e o oceano Atlântico. A importância geoestratégica da região foi demonstrada no transcurso das duas Guerras Mundiais, quando houve embates militares entre naus inglesas e embarcações alemãs.¹⁴³ Todavia, a relevância do controle do estreito foi minimizada com a construção do Canal do Panamá, que permite a passagem entre os oceanos citados, de maneira mais segura e rápida, pois é menos suscetível às intempéries climáticas e ambientais, como *icebergs* e tempestades, por exemplo, comuns nas proximidades da região Antártica.

Contudo, é importante ter em mente que, com o advento dos navios de grande calado, conhecidos como “super petroleiros”, no final da década de 70, as passagens naturais, tanto o Estreito de Magalhães como o Cabo da Boa Esperança, foram revalorizadas estrategicamente, pois os canais artificiais, construídos pelo homem, - como os Canais de Suez e do Panamá - não comportavam navios destas dimensões.

Em meados da década de 70, com a independência de Angola (1975) e Moçambique (1975), a União Soviética utilizou amplamente o Atlântico Sul como rota de abastecimento de bens e mercadorias a governos e simpatizantes do

¹⁴² MARGHERITIS, Ana. *Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-Argentino*. Rio de Janeiro, Contexto Internacional, volume 13, nº. 1, jan – jun de 1991, p. 114- 116.

¹⁴³ HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos, o Breve Século XX (1914 – 1991)* São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 31.

regime de Moscou na África e na América, tendo inclusive, bases navais em Cuba e Angola. Além do mais, assistiu-se a um aumento expressivo do comércio entre os bens do bloco oriental e os países da América do Sul, englobando diversos segmentos e mercadorias, chegando até vender manufaturados e equipamentos e tecnologia para a produção de energia nuclear¹⁴⁴, mantendo-se, entretanto, dentro de limites toleráveis para os Estados Unidos¹⁴⁵.

“A política de ajuda e de cooperação no desenvolvimento da infraestrutura econômica dos países da América Latina implica elementos políticos. Através dessa forma de cooperação, A União Soviética estabeleceu ou pretendeu estabelecer as condições necessárias, embora não suficientes, para um processo de libertação nacional.” (VARAS, Augusto. *A União Soviética e as Relações Internacionais do Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986. p.234)

As autoridades da OTAN ficaram preocupadas, já que em caso de guerra convencional entre os dois blocos havia a possibilidade de submarinos do Pacto de Varsóvia poderem cortar linhas de abastecimento entre os países da América do Sul, da África e os Estados membros da OTAN. Isso poderia enfraquecer o esforço de guerra do Ocidente capitalista e seus respectivos aliados, em caso de conflito entre as superpotências, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviética. O outro elemento geográfico essencial era a importância do domínio do arquipélago para respaldar as reivindicações territoriais dos países (Argentina e Grã Bretanha) sobre o território Antártico, cujas riquezas minerais e naturais (petróleo, minério, fauna marinha, entre outros) estavam em disputa, despertando os interesses de diversos Estados, repercutindo em negociações no âmbito das Organizações das Nações Unidas.

É possível separar os países em duas correntes distintas básicas de pensamento sobre o destino da Antártida: os *res nullis* (territorialistas) e os *res comunis* (internacionaistas)¹⁴⁶

KANAF, Leo. *La Batalla de la Malvinas*. Buenos Aires, Tribuna Abierta, 1982, p. 75 – 78.

¹⁴⁴ VARAS, Augusto. *A União Soviética e as Relações Internacionais do Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986.p.240

¹⁴⁵ VARAS, Augusto. *Op. Cit.* p. 231

¹⁴⁶ WALSH, Marcelo Vieira. *Op. Cit.* 1997. p. 35

Em linhas gerais, os “territorialistas” alegam que a terra não pertence a ninguém, passível de ocupação e submissão do território à soberania do Estado Nacional ocupante. A outra linha defende a administração com base internacional, em benefício a toda humanidade. A resultante, não consensual, pois muitos países se recusaram a ser signatários do acordo, destas discussões foi o Tratado Antártico, celebrado 1975, o qual definia o Continente Antártico como bem da humanidade, não podendo ser partilhado sem o consentimento de toda a comunidade internacional.

Os fatores político-sociais internos de ambos os países foram um dos elementos causais mais consideráveis do embate militar anglo-argentino, pois inflamaram bastante a opinião pública, por vezes, iniciando um processo de radicalização das posições. Portanto, no próximo capítulo nos ateremos um pouco mais a estes elementos.

Capítulo V: Argentina e a Inglaterra na época do Conflito

A Argentina dos Militares (1976 – 1982)

O Regime Militar argentino que vigorou entre março de 1976 e meados de 1983 assumiu o poder pela via da força, derrubando o governo de Isabel Perón, cuja administração se encontrava envolta em uma grave crise política e econômica. Os militares denominaram o regime de viés autoritário e autocrático, instaurado por eles, de Processo de Reorganização Nacional (PRN), cuja finalidade declarada era reorganizar os setores econômico, político e social da Argentina.¹⁴⁷

É importante notar que as Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército), representadas pela Junta Militar, submeteram o Estado argentino (Executivo, Legislativo e Judiciário) aos seus desígnios. Em outras palavras, não havia poderes independentes na Argentina, a Junta Militar comandava o Estado, nomeando, inclusive, o Presidente da República da Argentina.

“Em termos da organização institucional, o Congresso foi dissolvido e substituído por uma Comissão de Assessoria Legislativa (CAL), escolhida diretamente pela Junta Militar que governava o país, alguns partidos foram declarados ilegais e outros, como o Partido Judicialista, perderam sua personalidade jurídica”. (CAMARGO, Sonia de. *Caminhos que se juntam e se separam: Brasil e Argentina, uma visão comparativa*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, jul/set de 1986.p. 384).

O processo de tomada de decisão da Junta era feito de forma consensual, ou seja, todas as Armas tinham de estar de pleno acordo com a proposição política. Caso contrário, essa era abandonada ou voltava à mesa de negociações entre as Armas até que se chegasse a um “bom termo” entre elas. No final, as decisões da junta eram apresentadas como “Ato de Estado”. Esse processo ficou conhecido como “Veto Compartilhado”.¹⁴⁸

¹⁴⁷ MONETA, Carlos J. *O conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Decisões do Regime Militar Argentino*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Convívio, 1986, p. 118.

¹⁴⁸ TULCHIN, Joseph S. *Regimes Autoritários e Política Externa: o Caso da Argentina*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, CONVÍVIO, 1986, p. 180.

Um outro aspecto relevante era a desconfiança entre os militares e os especialistas civis, o que gerava graves falhas nos processo de comunicação de informações vitais à tomada de decisão e criava entraves à continuidade de políticas burocráticas:

“Esse problema era particularmente agudo no Ministério das Relações Exteriores, onde a equipe de carreira freqüentemente parecia estar em confronto com seus superiores militares...” (TULCHIN, Joseph S. *Regimes Autoritários e Política Externa: o Caso da Argentina*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Convívio, 1986, p.181.)

Notamos na citação acima mais uma característica do Regime Militar argentino, que era o aparelhamento da burocracia por soldados profissionais e não por funcionários públicos de carreira.¹⁴⁹ Essa simbiose¹⁵⁰ entre o aparelho estatal e os homens fardados deve ter afetado, provavelmente, a qualidade das políticas públicas implementadas.

As prioridades nacionais definidas pelos militares, segundo Tulchin, eram:

- Eliminar a subversão interna;
- Reafirmar a grandeza da Argentina e reestruturar a sociedade e a economia para tornar a conquista dessa grandeza uma certeza;
- Assegurar as fronteiras da nação, especialmente no Canal de Beagle, e pôr fim à afronta à soberania Argentina, representada pelo contínuo controle britânico sobre as ilhas das Malvinas;
- Pôr fim à dependência da nação de energia importada, expandindo a produção de derivados de petróleo e apressando o término de vários projetos hidrelétricos ambiciosos em discussão, inclusive a solução da disputa com o Brasil, relativa à altura da barragem de Itaipu, que ameaçava a viabilidade de vários projetos argentinos, abaixo das instalações paraguaio-brasileiras, cuja construção estava prestes a começar;
- Fortalecer a economia, eliminando fatores de proteção artificial e não competitivos, e permitir à nação encontrar seu lugar adequado na economia internacional. (TULCHIN, Joseph S. *Regimes Autoritários e Política Externa: o Caso da Argentina*. In MUÑOZ,

¹⁴⁹ BARROS, Alexandre de S. C. *A Formulação e Implementação da Política Externa Brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Convívio, São Paulo, 1986.

¹⁵⁰ FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um Ensaio de História Comparada (1850 – 2002)*. São Paulo, Editora 24, 2004, p. 397.)

Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, Convívio, 1986, p.182.)

Os militares, no domínio do aparelho do Estado, controlavam os espaços, onde os indivíduos e os grupos políticos pudessem expressar suas posições e suas concepções de mundo. Além do que, os críticos das políticas da ditadura eram vistos como “elementos indesejáveis”, alguns como “inimigos” da pátria, os quais precisavam ser expurgados da sociedade. Para tanto, os militares, muitas vezes, utilizavam métodos “paraestatais”, ou seja, fora das leis e das normas da sociedade, em outras palavras, os homens responsáveis pela repressão utilizavam largamente a tortura e a violação dos direitos humanos dos dissidentes políticos e ideológicos, como meio de obter confissões e informações.

É assustador notar que, nesse período das ditaduras sul-americanas, ocorreu um intercâmbio de informações sobre elementos e grupos considerados “subversivos” entre os diversos serviços secretos e de repressão dos países do Cone Sul. Ademais, existem indícios de operações conjuntas de combate aos movimentos de esquerda. Esse intercâmbio de informações ficou conhecido como “Operação Condor”.

No regime ditatorial argentino, as organizações político sociais contrárias ficaram a margem da sociedade e da legalidade, pugnando, algumas vezes por meios violentos, para expressar suas concepções de mundo, o que levou a uma luta extrema pelo poder.

Afinal, como afirmou o professor Seymour Lipset:

“Em política, a essência do extremismo é a eliminação do constrangimento, a conceptualização da luta como sendo travada entre um bem absoluto e um mal absoluto, justificando, desta forma, o uso de qualquer tática”. (LIPSET, Seymour M. *Consenso e Conflito: Ensaios de Sociologia*. Lisboa, Portugal. Ed. Gradiva. 1992, p. 44.)

O abandono da legalidade na luta pelo poder durante a ditadura, pela utilização indiscriminada da coerção física e moral por membros do Estado para com a população civil, afetou de sobremaneira os mínimos laços de solidariedade da sociedade Argentina, contrariando a lógica da criação do “Leviatã”, definida por Hobbes:

“É nele que se consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: uma pessoa de cujos atos de uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como aurora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum”. (HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda., 1999, p. 144.)

A repressão política durante a ditadura na Argentina, que utilizava maneira ampla a terrível lógica da eliminação do inimigo, disseminou o medo e ódio.

“A feroz e injustificável violência que o Regime Militar desatou sobre a sua população montou-se sobre a guerra de todos contra todos, que se foi deflagrando desde 1969. A Argentina embriagou-se com o mito da violência politicamente eficaz e, em última instância, purificadora. (...) O espetáculo da morte tingiu o cotidiano de todos, até o ponto em que, evaporada a garantia da ordem, mesmo as ruas passaram a ser propriedade dos assassinos”. (O'DONNELL, Guillermo. *A Argentina antes e um pouco depois da Malvinas*. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, volume 1, 4, p. 10, nov. 82.)

Apesar do Governo Alfonsín (1983-1989) ter promulgado as Leis do Ponto Final (mecanismo de anistia aos crimes político pela prescrição antecipada) e da Obediência Devida (legislação que retirava a culpa dos responsáveis da tortura, baseando-se que ela fora feita com ordens superiores), as cicatrizes da repressão, ainda estão abertas no peito e na mente dos que foram vítimas diretas e dos que tiveram a vida de pessoas queridas e próximas (parentes, amigos, entre outros) ceifadas pela brutalidade dos aparelhos de repressão. Em 2003, a Corte Suprema de Justiça da Argentina declarou as leis de Ponto Final e de Obediência Devida inconstitucionais, abrindo a possibilidade dos torturadores de serem julgados e condenados por seus atos.

Nessa época, os militares optaram por uma inserção política-econômica internacional da Argentina atrelada aos interesses das potências ocidentais, em especial dos Estados Unidos, com o intuito de ser reconhecida como “potência média emergente”,¹⁵¹ país aliado preferencial da Aliança Atlântica,¹⁵² no Atlântico

¹⁵¹ MONETA, Carlos J. *O conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Decisões do Regime Militar Argentino*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial. Convívio*, São Paulo, 1986, p.

Sul, e reeditando em novos termos o paradigma da parceria subordinada entre Buenos Aires e a principal potência mundial, os Estados Unidos.

Anteriormente, desde a independência até o final da Segunda Guerra Mundial, salvo em alguns períodos, podemos afirmar, com base em bibliografia variada, que a Argentina possuía uma parceria estratégica com a Grã Bretanha, tendo o mercado do Reino Unido desempenhado uma grande importância nas exportações argentinas, absorvendo grande parte das vendas externas do setor agro-pecuárias e de produtos primários. A Argentina, por sua vez, recebia vultuosos empréstimos e investimentos ingleses, em especial para a infraestrutura. Além do mais, era um bom mercado de manufatura dos industriais ingleses.

A escolha dos militares por uma inserção subordinada rompia com a tendência da política externa peronista, conhecida como “Terceira Posição”¹⁵³, que primava por uma política externa autônoma, ou seja, evitar ao máximo o entrelaçamento dos interesses de Buenos Aires com qualquer bloco ideológico.

Um ponto a se ressaltar é que os administradores ligados ao regime ditatorial da Casa Rosada concebiam a Argentina como um Estado descontente, ou como uma potência insatisfeita¹⁵⁴ com suas fronteiras e com sua posição no cenário internacional. Ademais, nesse período, nota-se a Argentina como um país com disposição para recorrer às armas para resolver suas pendências com os outros países, como na questão da crise chileno-argentina sobre Beagle, por exemplo.

Nota-se que, durante o Processo de Reorganização Nacional, o governo militar argentino empreendeu uma série de esforços para equipar as Forças Armadas com materiais bélicos de alta tecnologia importados e de fabricação

¹⁵² A Aliança Atlântica, ou Organização do Atlântico Norte (OTAN), é um sistema de aliança militar, formado pelos Estados Unidos e diversos países europeus ocidentais, instaurado no pós Segunda Grande Guerra Mundial, com intuito de combater a “ameaça comunista”.

¹⁵³ A política internacional do primeiro governo Perón (1946 – 1955), que ficou conhecida como Terceira Posição, defendia o não alinhamento automático a nenhum dos blocos da Guerra Fria.

¹⁵⁴ Utilizando-se o conceito do Professor E. H. CARR, apresentado no seu livro: *Vinte Anos de Crise (1919 – 1939)*. Podemos afirmar que a Potência Insatisfeita é o Estado cujos interesses nacionais não coincidem com a ordem e os valores vigentes no grupo dominante internacional. Assim essas potências buscam formas de modificar a sociedade internacional, segundo seus valores e interesses.

nacional¹⁵⁵ (ver tabela 2). Dentre todos os esforços, ressaltamos o aparelhamento da Força Aérea Argentina e os esforços no desenvolvimento do Programa Atômico argentino.

“Um relatório recente do Banco Central (informe Mensal, agosto, 1983) comenta secamente que a dívida externa acumulada inclui uma categoria de despesas diversas no valor de 15 bilhões de dólares que corresponde à transferência de armas durante esse biênio”. (TULCHIN, Joseph S. *Op Cit.* 1986. p. 189)

Tabela 2: Gastos Militares em % do PIB

Ano	Argentina	Brasil	Chile	Uruguai
1972	1,4	1,4	2,3	2,4
1975	0,8	1,1	4,8	2,7
1978	3,0	0,8	4,2	2,3
1982	3,5	0,9	4,3	4,1
1983	2,7	0,7	4,5	3,3

Fontes: US Government, Arms Control and Disarmament Agency (ACDA): “World Military Expenditures and Arms Transfers, 1972-1982” e mesmo título, 1985, citado por Alfred Stepan, 1987, p. 73

Quadro elaborado: CASAS, Juan Carlos. Um novo Caminho para América Latina: Modelos e Mudanças e as Razões que vêm dando certo. Ed. Record. Rio de Janeiro – RJ. 1993. p.67. Quadro 3.

Frisamos, também, que as decisões dos militares argentinos muitas vezes eram influenciadas pelas concepções geopolíticas argentinas, as quais, segundo Santos, enfatizam os seguintes temas: a Bacia do Rio da Prata, o Atlântico Sul, a Antártica e a hegemonia brasileira¹⁵⁶. Assim, identificamos a intenção dos militares argentinos de estabelecer uma aliança regional privilegiada com os Estados Unidos

¹⁵⁵ SELCHER, Wayne. *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. Convívio, São Paulo, 1986, p. 107.

¹⁵⁶ SANTOS, Norma Breda. *A Geopolítica Argentina*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, jan/mar de 1987.

da América, a intenção de contrabalançar o poder brasileiro¹⁵⁷ e a manutenção do equilíbrio de poder na Bacia do Rio da Prata. Destacamos as participações de membros das Forças Armadas argentinas nas intervenções lideradas pelos Estados Unidos, em alguns países da América Central, por exemplo.

Uma outra ação argentina, no sentido de se aproximar da concepção norte-americana da Guerra Fria, foi o apoio de Buenos Aires à proposta de formação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que incluiria Brasil, África do Sul, Argentina, Estados Unidos, entre outros, cujo objetivo seria a luta contra o Bloco Comunista nos países do Atlântico Sul. Podemos levantar, sucintamente, algumas diferenças entre a parceria entre Buenos Aires - Londres e Buenos Aires - Washington. A primeira delas é que os Estados Unidos possuem uma agricultura e uma indústria pujante, sendo um grande exportador de produtos manufaturados e agrícolas. Ao contrário do Reino Unido que importa grande parte dos alimentos que consome. Aqui caberia-nos fazer algumas perguntas: Qual a importância, na época, da Argentina para os Estados Unidos? O que a Argentina ganhou com essa parceria estratégica?

Sem nos alongarmos muito nestas respostas, podemos afirmar que a Argentina ganhou alguns investimentos na área de exploração e refino de petróleo. Conseguiu, também, um status de parceiro preferencial da Casa Branca, o que causou mais ônus do que bônus, seja pelo gastos de envio de militares para operações fora de seu território, seja pelos custos econômicos, sociais e políticos da abertura da economia, à concorrência estrangeira.

Os Estados Unidos, por sua vez, percebiam na Argentina um parceiro disposto, sob sua liderança, a dividir os custos (financeiros, políticos, entre outros) do exercício do poder bruto¹⁵⁸ no combate aos movimentos de esquerdas nas Américas, já que, o Brasil, tradicional aliado de Washington, tentava seguir em “vôo solo” no campo das relações internacionais, que, por vezes, desagradava os

¹⁵⁷ Para maiores informações, sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos acadêmicos: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PUC – SP, São Paulo, 1987, ou SELCHER, Wayne. *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. Ed. Convívio. São Paulo, 1986. ou ainda, MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A Balança de Poder no Cone Sul*. ANNABLUME, São Paulo, 1996.

¹⁵⁸ Para maiores informações ver: NYE, Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano*. Porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Editora UNESP. São Paulo. 2002.

interesses das autoridades da Casa Branca, como, por exemplo, no estabelecimento de relações diplomáticas com a MPLA, um movimento comunista, apoiado pelo bloco comunista, em Angola, em 1975.

Ressalta-se que os atritos, no que tange a direitos humanos, entre a Casa Branca e a Casa Rosada, durante o Governo Carter (1977 – 1981), nos Estados Unidos, impediram que os militares argentinos comprassem armamentos e obtivessem tecnologia bélica norte-americana, em razão de uma lei aprovada nesse período, na grande potência da América do Norte. Essa legislação proibia e restringia a exportação e o envio de auxílio de material bélico norte-americano a países que não respeitassem determinados princípios relativos aos Direitos Humanos. Assim, nota-se que os principais fornecedores de equipamentos bélicos às forças armadas argentinas, nesse período, eram empresas européias, inclusive britânicas.

A ascensão de Ronald Reagan (1981-1989) , com sua política de endurecimento no combate ao comunismo, veio ao encontro aos anseios das autoridades militares argentinas, que viam com entusiasmo as iniciativas de Washington. Logo, em um curto espaço de tempo, os laços políticos entre os dois países se estreitaram.

Todavia, o alinhamento argentino não era completo, pois, esbarrava em necessidades e imperativos econômicos, como, por exemplo, a exportação para os países do Bloco Soviético, em especial a União Soviética. Essa era o principal mercado importador de cereais e carnes argentinas; representando, em 1981, 33,7% do total de compras da URSS oriundas da Argentina¹⁵⁹.

A despeito de não haver representações diplomáticas oficiais de nenhum dos dois países (Argentina e URSS) na capital do outro (Buenos Aires e Moscou), as negociações comerciais se mantinham normalmente, por escritórios comerciais. Logo, percebemos que o mercado do Bloco oriental possuía grande importância na estabilidade e na prosperidade da economia argentina.

“(…) na verdade, como foi observado pelo ex-ministro do Comércio, Alberto de las Carreras ‘é precisamente em 1980, quando se acentuou o protecionismo na Europa Ocidental, que a Argentina, devido

¹⁵⁹ VARAS, Augusto. *Op. Cit.* 1986. p. 239

ao embargo de cereais, encontrou um novo mercado que absorveu, a partir de então, cerca de 35% das suas exportações”’. (VARAS, Augusto. *Op. Cit.* 1986. p. 240).

O episódio mais marcante do limite do apoio da Argentina aos Estados Unidos foi a negativa do Palácio de San Martin aos apelos do Departamento de Estado norte-americano, para participar de um bloqueio de envio de cereais à União Soviética, como resposta à invasão do Exército Vermelho no Afeganistão. Neste tópico específico, segundo Camargo, a decisão da Casa Rosada foi dada, após intensas discussões e deliberações, obedecendo a imperativos econômicos¹⁶⁰.

Os países da Europa, em especial da Comunidade Econômica Européia, gozavam de uma certa importância político e econômica para Argentina, pois, esses Estados eram mercados consumidores importantes das exportações argentinas. Além de ser um ponto relevante de captação de capitais para o financiamento da economia argentina, em especial a praça londrina. Por fim, os países da Europa Ocidental eram importantes fornecedores de equipamentos de alta tecnologia e de bens de alto valor agregado, inclusive armamentos, para a Argentina.

Todavia, a relevância do fluxo comercial, entre a Argentina e os principais países da Europa Ocidental, decresceu, consideravelmente, com a implementação da Comunidade Econômica Européia¹⁶¹, pois, a implementação do bloco econômico europeu causou um intenso desvio de comércio resultante da harmonização tarifária e de procedimentos de importação em relação a terceiros países. Um dos resultados foi o encarecimento, pelo aumento da gravação tarifária, das compras internacionais de mercadorias, inclusive agrícolas, de terceiros países, em favor de Estados integrantes do bloco econômico.

Nas áreas econômica e social, o regime militar argentino implementou uma política econômica de cunho liberal, a qual resultou numa mudança na base produtiva. Percebemos no período da ditadura uma expressiva redução do parque

¹⁶⁰ CAMARGO, Sonia de. *Caminhos que se juntam e se separam: Brasil e Argentina, uma visão comparativa*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, jul/set de 1986, p. 391.

¹⁶¹ A Comunidade Econômica Européia foi instituída, em 1957, pelo Tratado de Roma, criando um importante bloco econômico. Em 1973, A Comunidade é ampliada com a adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido.

industrial que contribuiu para o florescimento do sentimento antimilitar, pois, dia após dia, intensificavam-se as tensões sociais e as desigualdades entre os diversos grupos sociais. Além do que, a ampla corrupção e a falta de continuidade burocrática afetavam os serviços básicos estatais, agravando a situação da população civil. Notamos, também, que a equipe econômica focava seus esforços em promover os setores exportadores primários da econômica, destacando a agropecuária e a exploração e refino de petróleo.

O fracasso da política econômica e social cuja face mais cruel era a supressão de direitos básicos dos cidadãos, o que alimentou um forte ressentimento social contra os militares, na Argentina. Uma das expressões mais contundentes da repulsa da sociedade argentina ao governo militar foi a manifestação em 30 de março de 1982, pouco tempo antes da invasão das Falklands/Malvinas, na qual mais de 100 mil pessoas protestaram contra o regime fardado¹⁶².

Os altos membros da Junta Militar perceberam que estavam com pouco respaldo político e social, sofrendo um aumento da pressão de grupos contrários que se fortaleciam conquanto fossem duramente reprimidos. Assim, os militares viram-se na necessidade de encontrar algum elemento agregador da sociedade argentina, com o intuito de conseguir a heróica redenção¹⁶³ de seus erros políticos e econômicos frente à população. Tentaram, dessa maneira, recuperar a auto-estima do país pelo resgate do sentimento nacionalista, o que poderia permitir ao Regime Militar permanecer no poder por mais algum tempo.

As ilhas Falklands/Malvinas sempre constituíram um objeto de interesse da diplomacia, e por que não dizer de amplas camadas da sociedade argentina, tendo o Ministério das Relações Exteriores reivindicado, por diversas vezes, a soberania sobre o arquipélago. Ao longo da História, a Argentina explicitou diversas vezes sua insatisfação com a situação das Falklands/Malvinas, buscando solucionar o impasse na base da negociação direta ou indireta com a Grã-Bretanha.

A estratégia argentina, após a Segunda Guerra Mundial, foi levar o tema para arenas multilaterais, apresentando a questão da soberania das ilhas como

¹⁶² Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 01 de Abril de 1982

uma questão de descolonização, sendo esse, inclusive, tratado na Organização das Nações Unidas, no Comitê Especial Sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais, também conhecido como Comitê de Descolonização. Entretanto, as negociações não caminharam de forma satisfatória para a Argentina, ou seja, capazes de encerrar o litígio¹⁶⁴. Não encontramos uma resposta satisfatória para a seguinte pergunta: Por que a Argentina, antes de 1982, nunca foi às vias de fato, ou seja, não utilizou a força?

Uma hipótese seria em razão dos profundos laços econômicos e políticos que ligavam Buenos Aires a Londres, e, devido também, ao temor de uma resposta da esquadra inglesa, conhecida, no século XIX, como a Rainha dos Mares.

Outra hipótese complementar seria a tradição argentina de respeito aos princípios e normas expressos no direito e nas organizações de caráter internacional. Mas então, o que mudou com a ascensão dos militares nos fins da década de 70?

Seria, talvez, ingenuidade acreditar que um regime, o qual menosprezou alguns dos direitos fundamentais dos seus cidadãos, fosse respeitar os bons costumes da convivência internacional, que se encontram expressos no Direito Internacional.

Podemos afirmar, também, que antes da ocupação do arquipélago das Falklands/Malvinas, a diplomacia e as forças armadas do regime militar argentino demonstram seu desprezo ao direito internacional, ao não aceitar um laudo arbitral contrário aos seus interesses na questão das ilhas Beagle¹⁶⁵, quase provocando um conflito armado com o Chile¹⁶⁶.

¹⁶³ O'DONNELL, Guillermo. *A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas*. Novos Estudos Cebrap: São Paulo, volume 1, 4. p. 13, nov. 82.

¹⁶⁴ A dinâmica das negociações anglo argentinas, bem como a base jurídica das posições de cada país (Argentina e Reino Unido) é trabalhada na dissertação: DE SOUZA, IELBO MARCUS LÔBO. *A Questão das Falklands/Malvinas, o conflito de 1982 e as repercussões no sistema interamericano*. Brasília. Unb. 1988.

¹⁶⁵ Em 1977, após 10 anos de disputa jurídica entre Chile e Argentina, a Corte Internacional de Justiça declarou a legalidade da posse do Chile sobre as três ilhas localizadas no estreito Magalhães, conhecidas como ilhas Beagle. A Argentina não acatou, nem reconheceu, a decisão da Corte Internacional. Então, iniciou-se um processo de aumento de tensões entre Chile e Argentina, que quase resultou em um conflito armado entre os dois países.

A guerra foi evitada graças uma interferência direta do Papa João Paulo II.

¹⁶⁶ SELCHER, Wayne. *Op. Cit.* 103

O conflito das Falklands/Malvinas, portanto, não representou uma ação isolada por parte das autoridades da Casa Rosada, mas sim, um ato que expressa a falta da consciência da importância do direito internacional para a estabilidade da sociedade de Estados.

Aparentemente, o quadro da busca da alternativa pacífica para o litígio das Falklands/Malvinas pode ter sido alterado com a redução da importância político-econômica da Inglaterra frente a outras potências, como, por exemplo, Estados Unidos, União Soviética; desencadeada após as duas guerras mundiais pelo processo de descolonização e pelo fiasco em Suez (1956). A percepção das autoridades argentinas sobre o declínio do poder britânico acentuou-se com os planos da primeira ministra, Sra. Margaret Thatcher, em reduzir os gastos militares, principalmente com a diminuição do efetivo e dos equipamentos convencionais em favor das unidades nucleares, em especial mísseis balísticos.

Sublinhamos, também, que as relações entre o Foreign Office e o Palácio de San Martín se enfraqueceram pela opção da política externa inglesa que, em detrimento do relacionamento econômico anglo-argentino, enfatizava uma aproximação econômica com países produtores de mercadorias concorrentes da Argentina, fossem eles da *Commonwealth*, fossem da Comunidade Européia, no intuito de manter ou expandir sua influência econômica.

Outro ponto a se destacar é a iniciativa do governo argentino em ter certa predominância econômica, política e cultural sobre o arquipélago das Falklands/Malvinas, onde podemos destacar as políticas de bolsa de estudos¹⁶⁷ para os *kelpers*,¹⁶⁸ o esforço em manter as ilhas com constante comunicação aérea e marítima com o continente e o contínuo fornecimento de gás e petróleo trazidos do continente para as ilhas Falklands/Malvinas¹⁶⁹. Contudo, esses esforços não modificaram profundamente os traços de identificação nacional entre os *kelpers* e a coroa britânica¹⁷⁰.

Devemos citar que, referindo-se ao aspecto geográfico, as ilhas Falklands/Malvinas estão mais próximas da Argentina do que do Reino Unido.

¹⁶⁷ Jornal O Estado de São Paulo de 1982 do dia 22 de abril de 1982

¹⁶⁸ *Keplers* é um dos nomes dados aos moradores das ilhas Falklands/Malvinas.

¹⁶⁹ MARAÑÓN, JIMMY BURNS. *Op Cit.*p.330

¹⁷⁰ MARAÑÓN, JIMMY BURNS. *Op Cit.* p. 333.

Ademais, a morfologia está presente na concepção de mundo dos militares, seja na sua posse, seja na sua utilização para fins militares. Além disso, segundo Maraño, as forças armadas argentinas, em especial a marinha, haviam planejado, secretamente, uma operação militar, conhecida como *Operación Alfa*¹⁷¹, para a retomada das ilhas Falklands/Malvinas. A análise dos fatos, contudo, contradiz a versão de Maraño, pois as forças armadas argentinas, no decorrer dos combates, não deram mostras de estar preparadas militarmente para enfrentar uma das cinco maiores potências mundiais.

Por fim, sublinhamos que as autoridades britânicas não consideraram a sério os avisos e os sinais de que a Argentina se preparava para um ato de força.

“(…) Segundo Callaghan, em abril de 1975 a embaixada britânica na Argentina informou que Vignes, ministro do Exterior da Argentina, tinha declarado que, se a Grã-Bretanha não estivesse preparada para negociar, ‘a única opção aberta ao governo argentino era o recurso a força’.” (CAMPOS, Roberto. *A Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro. Edições Top books. 1994. p. 1000)

Dessa maneira, uma análise das evidências e dos fatos demonstram que as autoridades militares argentinas percebiam que a retomada das ilhas Falklands/Malvinas era uma oportunidade única para a recuperação do prestígio ante a sociedade interna, contra um adversário forte, mas decadente, e sem aparente disposição de entrar em uma guerra por algumas ilhas no Atlântico Sul.

¹⁷¹ MARAÑO, JIMMY BURNS. *Op. Cit.* p. 81-90.

A Inglaterra de Margaret Thatcher (1979 – 1982)

A Sra. Margaret Thatcher foi eleita pelo Parlamento britânico, em 1979, permanecendo no cargo até 1990, sendo assim a primeira mulher elegida para o cargo de Primeira Ministra da Inglaterra. Ao assumir o poder, Thatcher teve de enfrentar uma conjuntura de crise econômica e política interna de grandes dimensões. Antes de seu governo, coalizões políticas entre o Partido Liberal e o Trabalhista haviam governado as terras da rainha, sem conseguir, no entanto, resolver os problemas do país.

A década de 70, tinha sido considerada como uma década perdida, para a economia britânica. Uma série de greves paralisantes, a disparada na inflação, a grande instabilidade monetária, o grande número de desempregados e da alta carga de impostos sobre a sociedade, impediam, para alguns, um novo impulso do Capitalismo nas terras dos súditos da rainha.¹⁷²

No fim dos anos 70, o auge desse panorama desolador interno foi estabelecido por dois acontecimentos que marcaram a opinião pública inglesa: a ida da Grã-Bretanha ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o “*winter of discontent*”.

Em 1976, Londres viu-se na eminência de negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para manter a estabilidade monetária no país. As negociações entre o Estado inglês e o Fundo foram penosas e longas e, ainda, percebidas pela opinião pública como uma humilhação nacional:¹⁷³

“Para um embaixador brasileiro que assistira de perto a briga do presidente Kubitschek com o FMI, a cena parecia deprimentemente familiar. Abundavam discursos no Parlamento que denunciavam o acordo com o FMI, o qual insistia numa redução do déficit público, como ‘agressão à soberania nacional’...”.(CAMPOS, Roberto. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro. Edições Top books. 1994. p. 988.)

Em 1976, Londres conseguiu, a duras penas, um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Seguindo a cartilha do Fundo, o Estado inglês viu-se

¹⁷²CAMPOS, Roberto. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro. Edições Top books. 1994. p. 985 – 992.

¹⁷³ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* p. 987.

obrigado a uma profunda redução dos déficits fiscais, de 10,2 bilhões de libras para 8,6 bilhões, por meio do corte de verbas de políticas públicas¹⁷⁴.

O *winter of discontent*, em 1979, foi uma série de greves que atingiram diversos serviços, inclusive os essenciais, cujo ponto culminante foi a greve dos coveiros em Liverpool, deixando alguns cadáveres insepultos, o que resultou num desgaste da imagem dos sindicatos, ligados ao partido trabalhista frente a opinião pública.¹⁷⁵

A derrocada do governo trabalhista, segundo Roberto Campos, foi o projeto do governo de autonomia da Escócia, o qual diminuía o poder de Londres sobre a mesma, o que poderia permitir num segundo momento, conforme os conservadores, a independência total da região.

Assim, esses acontecimentos possibilitaram a então líder da oposição, Margaret Thatcher, criar em torno de seu nome uma coalizão política no parlamento e, conseqüentemente, assumir a chefia de governo.

Os objetivos declarados de Thatcher eram: a redução de impostos, a boa administração doméstica e o controle dos gastos públicos.¹⁷⁶ Uma das marcas do seu governo foi a implementação de diretrizes liberais nas áreas econômicas e sociais do Estado, cujo objetivo dessa política era superar as crises econômica e política.

A Primeira Ministra enfrentou abertamente a burocracia de inspiração “keynesiana” e, principalmente, os sindicatos para a implementação da sua plataforma de governo.

A luta política para a implementação do “thatcherismo” causou um grande desgaste político, agravado pelos resultados ruins que a economia demonstrava. Até mesmo setores que a apoiavam na época da eleição, como a Confederação da Indústria Britânica, passaram a duvidar da sanidade da política “thatcherista”. Por sua vez, a esquerda britânica, composta pelos sindicatos e pelos movimentos de esquerda, atacava as políticas do governo de Thatcher, por, considerá-las inadequadas para a Grã Bretanha, pois, como afirma Hobsbawm:

¹⁷⁴ CAMPOS, Roberto. *Op Cit.* p.988

¹⁷⁵ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* p. 989.

“O governo da Sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda, mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associar, na verdade anti-social”.(HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos, o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 399.)

Entretanto, um dos maiores paradoxos do governo conservador da Sra. Thatcher era que, apesar das políticas liberais colocadas em práticas, o peso tributário do Estado não diminuiu sobre a sociedade e sobre a economia, mas sim aumentou em relação aos outros governos.¹⁷⁷

No que tange as relações internacionais, as atenções do *Foreign Office* inglês estavam centradas no conflito Leste – Oeste e no processo de integração regional europeu. As Falklands/Malvinas eram consideradas tema de baixa prioridade,¹⁷⁸ devido à percepção da URSS como ameaça e a ascensão de “novas potências” como Alemanha e França, na Europa. Conforme afirmou, claramente, o então chanceler britânico Lord Carrington em uma visita oficial ao Brasil, em 1980:

“A Grã-Bretanha mantém laços políticos e comerciais com todo o mundo, mas somos, sobretudo, um poder Europeu altamente industrializado, com raízes firmes em nosso relacionamento com nossos parceiros Europeus e Americanos, e nossa prosperidade depende, profundamente, da situação da economia mundial, vivendo muito próximo da linha perigosa das relações Leste/Oeste, que divide as Alemanhas...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Em Brasília, o chanceler britânico, Lord Carrington*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26. 1980. p. 70)

Dadas a circunstâncias da Guerra Fria, a Aliança Atlântica era vista como imperativa para a defesa do território e da população britânica:

“Defesa e segurança são as principais prioridades de uma nação. Para nós a ameaça à nossa segurança é bem clara. Nós países Europeus decidimos, portanto, nos associarmos em Aliança com os Estados Unidos da América, numa posição defensiva que tem preservado eficazmente a paz num continente destruído por muitos séculos por conflitos violentos”.(BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Op. Cit.* 1980. p. 70)

¹⁷⁶ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* p. 994.

¹⁷⁷ HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos, o Breve Século XX (1914 – 1991)*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1998, p. 401.)

¹⁷⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo, Editora Siciliano, 1992, p. 100.

Na percepção inglesa, a ameaça à integridade do Reino Unido era visivelmente identificada com o Bloco Soviético e o seu perturbado relacionamento com o Ocidente capitalista o qual poderia resultar um conflito morfologicamente próximo a Grã Bretanha.

“O relacionamento Leste/Oeste, naturalmente, se afigura grande no pensamento Europeu sobre as relações mundiais: nossa geografia o torna inevitável...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 1980. p. 70)

Assim, os aspectos econômicos e sociais abrangiam um âmbito secundário na concepção e no exercício da política externa britânica. Além dos mais, muitas das questões econômicas poderiam ser somente negociados pela comunidade econômica européia.

Na sua gestão à frente do Foreign Office, Lord Carrington, segundo um telex da embaixada brasileira de Londres para o Itamaraty, buscou solucionar eventuais impasses coloniais pendentes¹⁷⁹, sendo alguns áreas de interesses vitais para o Foreign Office, como o controle da passagem de Gibraltar, que é disputado pelo Reino Unido e Espanha.

Sublinhamos que, apesar de ser a quarta potência mundial, o prestígio e a força de persuasão da Inglaterra haviam reduzido muito após a liberação das colônias de seu domínio e do incidente de Suez¹⁸⁰, em 1956, sendo considerados por muitos como ponto de inflexão do prestígio britânico.

“Só há duas grandes potências no mundo hoje, os Estados Unidos e a União Soviética. O ultimato botou a Inglaterra e a França em

¹⁷⁹ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires no dia 08 de Abril de 1982, retransmitindo o conteúdo enviado pela embaixada brasileira em Londres para o Itamaraty no dia 07 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n°. 422, caráter Confidencial p. 1.

¹⁸⁰ O Egito, sob administração de Gamal Abdel Nasser, pretendia nacionalizar o Canal de Suez e preparava-se, ao que tudo indica, para lançar uma ofensiva militar contra Israel. Essa política exterior ameaçava os interesses de Paris, Londres e Tel-aviv.

Israel, Inglaterra e França, então, executaram em conjunto um plano de intervenção, na região do Sinai, que era dividido em 2 fases. Primeiramente, Israel ocuparia a península do Sinai. A Inglaterra e a França, as áreas próximas ao Canal de Suez e em nome da livre navegação manteriam-se por lá até uma decisão favorável do Conselho de Segurança e uma mudança nas intenções do presidente egípcio Nasser.

O plano foi executado de forma amadora, repercutindo negativamente na comunidade internacional, colocando lado a lado os soviéticos e norte-americanos contra a intervenção.

Ambas as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, fizeram graves advertências à França, a Inglaterra e a Israel, ameaçando através de um ultimato de intervir militarmente na área, o que poderia resultar num conflito de grandes proporções.

seus devidos lugares, nem de grandes, nem de potências...” (SADAT, Anwar, citado por KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves S/A & Universidade, 1999, p. 594.)

Uma das principais conseqüências da crise do Sinai foi demonstrar ao mundo a não congruência total entre os interesses e valores dos Estados Unidos e dos países da Europa, estimulando o início de programas nucleares independentes.

“Daí por diante, o argumento que a Europa não precisava de armas nucleares, pois sempre poderia contar com o apoio americano, trombava com a lembrança de Suez ...” (KISSINGER, Henry. Op. Cit. 1999, p. 594.)

Margaret Thatcher, em suas memórias, parcialmente reproduzidas no Margaret Thatcher Foudation (www.margaretthatcher.org), destaca a importância do trauma que o fiasco de Suez causou na auto-estima popular e na condução da política externa britânica.

“... Since the Suez fiasco in 1956, British foreign policy had been one long retreat. The tacit assumption made by British and Foreign Governments alike was that our world role was doomed steadily to diminish. We had to come to be seen by both friends and enemies as nation which lacked the will and capability to defend its interests in peace, let alone in War. ...” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Argentina invades the Falklands* [Memoir Extracts]. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Embora, a pasta da defesa do gabinete da Primeira Ministra estivesse comprometida com a política de confrontação da OTAN com o Pacto de Varsóvia, o governo Thatcher, em razão de Suez, via com desconfiança a atitude dos EUA e da URSS de controlar a dissuasão nuclear independente¹⁸¹, pois, não se sabia ao certo até que ponto chegava o apoio norte-americano.

Durante o governo Thatcher, uma das principais medidas na área da Defesa foi o início do desmantelamento de parte das Forças Armadas britânicas, em especial da Marinha. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a quase venda de um dos porta-aviões britânicos para a Austrália e para a Argentina, pouco tempo

¹⁸¹ KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves S/A & Universidade Editora, 1999, p. 858.

antes de o conflito das Falklands/Malvinas estourar¹⁸². Esta redução do material bélico tradicional contrastava com o incremento das armas, nucleares, em especial mísseis para um possível conflito entre a Aliança Atlântica e o Pacto de Varsóvia, para muitos, a reorientação do sistema de defesa da Grã Bretanha diminuiu em muito a capacidade de dissuasão militar de Londres¹⁸³.

Outra prioridade do *Foreign Office* era a manutenção e a ampliação dos laços de solidariedade entre a *Downing Street* 10 e a Casa Branca, como forma de contrapor a força política e econômica combinada da Alemanha e França, em especial na Comunidade Econômica Européia (CEE)¹⁸⁴. Um dos exemplos mais claros das difíceis relações no intramercado europeu foi o aumento do subsídio na PAC (Política Agrícola Comum), em que a posição contrária a de Londres, ou seja, favorável ao crescimento do incentivo saiu-se vencedora, graças a uma coalizão de países liderada por Bohn e por Paris que negociaram seu apoio a Londres na questão das Falklands/Malvinas, recebendo em troca a renúncia do veto britânico às mudanças na política agrícola comum e no aumento da contribuição da Grã Bretanha no orçamento da CEE.

Assim, a temática das Falklands/Malvinas, como se percebe no discurso e na prática da política internacional não era uma das prioridades das relações internacionais britânicas, portanto, isso permite-nos perguntar: Por que não se chegava a resolução, via um acordo negociado, do litígio anglo-argentino sobre as Falklands/Malvinas?

Uma das razões era o *lobby* da *Falklands Island Company*, a qual possuía 50% das terras cultiváveis e 55% da produção de lã¹⁸⁵, que influenciava nas decisões britânicas sobre as ilhas Falklands/Malvinas.¹⁸⁶ Ademais, o bipartidarismo e os emocionados apelos dos ilhéus¹⁸⁷, que ardentemente

¹⁸² *Jornal do Brasil* do dia 31 de Maio de 1982.

¹⁸³ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires no dia 08 de Abril de 1982, retransmitindo o conteúdo enviado pela embaixada brasileira em Londres para o Itamaraty no dia 07 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n.º. 422, caráter Confidencial p. 2.

¹⁸⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 15 de maio de 1982

¹⁸⁵ *Jornal do Brasil* do dia 3 de Abril de 1982

¹⁸⁶ TULCHIN, Joseph. *A Guerra das Malvinas: Conflito Inevitável que nunca Deveria ter Ocorrido*. São Paulo, Revista Política e Estratégia, out – dez de 1986, p. 611.

¹⁸⁷ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada em Buenos Aires no dia 08 de Abril de 1982, retransmitindo o conteúdo enviado pelo Itamaraty para a Embaixada do Brasil em Londres no dia 07 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n.º. 422, caráter Confidencial p. 2.

desejavam viver sob a soberania britânica. Embora, os kelpers vivessem muito distantes da realidade europeia de Londres; os apelos pela imprensa, ecoavam no parlamento e na opinião pública, ajudaram a impedir a entrega da soberania das ilhas Falklands/Malvinas ao governo argentino.

Para esclarecer o leitor, este capítulo, nos tivemos à intenção de apresentar alguns elementos da política, interna e externa de ambos os países. A seguir, se buscará aprofundar e relacionar a política interna e os acontecimentos no decorrer do conflito.

Parte III: O Brasil e o Conflito das Falklands/Malvinas

Capítulo VIII: O Conflito Militar

“Os ingleses vão ganhar. O seu exército é feito para lutar. O argentino para
torturar.”

(Cláudio Abramo)

O mundo assistiu durante 74 dias um conflito entre dois países (Grã-Bretanha e Argentina), membros do Bloco Ocidental, antigos aliados estratégicos, por um arquipélago no Atlântico Sul. Para melhor compreensão deste conflito, dividiremos este capítulo nas seguintes partes:

- a) Antecedentes de 2 de abril de 1982;
- b) Os preparativos militares e a invasão;
- c) A Força Tarefa e as tentativas de evitar o pior;

A) Antecedentes de 2 de abril de 1982

Em meados de fevereiro de 1982, representantes do Foreign Office e do Palácio de San Martín reuniram-se em Nova York para mais uma rodada de negociações sobre as Falklands/Malvinas. As autoridades argentinas, após estes encontros, expressavam abertamente sua irritação com os resultados das discussões e com a posição dos representantes britânicos, admitindo, inclusive, o estudo de outras opções para a resolução do impasse¹⁸⁸.

“A Argentina deseja que se realizem reuniões mensais sobre a questão e, segundo deixou Constancia em comunicado unilateral à imprensa após o encontro de Nova York, se reservaria no direito de utilizar “Outros Procedimentos”, se não forem obtidos progressos nas tratativas com a Grã Bretanha...” (Telegrama da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores do dia 03 de Março de 1982. Classificação Confidencial.).

¹⁸⁸ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para Ministério das Relações Exteriores do dia 17 de Março de 1982. Classificação Confidencial. P. 01)

No mês de março de 1982, ocorreu, nas ilhas Falklands/Malvinas, uma série de provocações e incidentes, cujas repercussões elevaram subitamente os atritos entre a Argentina e a Grã-Bretanha. Dois episódios-símbolo desse incremento nas tensões foram a depredação da estatal aérea argentina e a questão de cidadãos da república platina estarem no território do arquipélago sem autorização.

O primeiro fato ocorreu quando cidadãos britânicos avariaram o escritório de uma estatal aérea argentina, motivados por um sentimento de indignação ao verem a bandeira argentina tremular solitária em seu território.¹⁸⁹

O segundo e principal acontecimento foi o desembarque de cidadãos argentinos, realizado no dia 19 de março de 1982, pelo navio de guerra Bahia-Bonsucesso,¹⁹⁰ numa das ilhas do arquipélago das Falklands/Malvinas. Logo após o desembarque, os argentinos hastearam uma bandeira de sua pátria, afrontando diretamente à população local.¹⁹¹ Na versão de Buenos Aires, a nau havia sido arrendada a particulares e os homens que desembarcaram eram trabalhadores contratados para desmontar uma antiga estação baleeira¹⁹², que, ao hastearem a bandeira da Argentina, apenas tornaram público, espontaneamente, seu patriotismo. Segundo a versão argentina, os representantes britânicos da embaixada da Inglaterra em Buenos Aires haviam sido notificados, anteriormente, da missão dos “trabalhadores”¹⁹³.

Na interpretação britânica, estes argentinos, que não passaram pelos trâmites de imigração¹⁹⁴, eram soldados instalando um posto de observação e realizando operações de reconhecimento de terreno. O representante britânico nas ilhas solicitou a Londres o envio de reforços e acusou a Argentina de tramarm uma

¹⁸⁹ *Jornal da Tarde* do dia 23 de março de 1982.

¹⁹⁰ *Id. Ibid.*

¹⁹¹ *Id. Ibid.*

¹⁹² *Jornal Folha de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

¹⁹³ Telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores do dia 29 de Março de 1982, classificado como Confidencial, p. 3 e 4. (MSG OF00659C), Micro filme Rolo 1497. MARAÑÓN, Jimmy Burns. Op. Cit. p. 85, entretanto, o autor afirma nesta página (p. 85): “...Davidoff notificó formalmente de su viaje a la embajada británica sin darles tiempo de llegar al puerto hasta después de la partida del buque...”

¹⁹⁴ Telegrama da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores do dia 01 de Abril de 1982, classificado como Confidencial, p. 1. (MSG OF00294A), Micro filme Rolo 1501. & *Jornal Folha de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. *Public Statement at House of Commons. Fonte Hansard HC (21633-38)*, reproduzido pelo site (<http://www.margaretthatcher.org/essential/default.asp>) acessado no dia 21 de dezembro de 2005.

invasão às ilhas Falklands/Malvinas.¹⁹⁵ Ademais, Londres denunciou a ocorrência de alguns disparos de armas realizados por esses “invasores”. Algumas acusações verbais de ambas as partes incrementaram os sentimentos de hostilidade entre os dois povos.

Há dúvidas, se os cidadãos argentinos eram civis ou militares. É inusitado, no entanto, que um empresário argentino, segundos os indícios, tinha fortes ligações com militares argentinos, insistisse numa operação comercial, após ter tido seu pedido de autorização para operar na região negado pela embaixada britânica em Buenos Aires.¹⁹⁶

A Chancelaria inglesa, pouco tempo depois, reafirmou a soberania de Londres sobre as ilhas, informando, também, que poderia ceder os direitos sobre o território, caso os moradores (britânicos) assim o desejassem.¹⁹⁷ Ademais, o ministro das Relações Exteriores britânico, Lord Carrington, minimizou a relevância do assunto e comentou que: “os argentinos são conhecidos pela sua tendência de chegar ao limite em todas as crises”.¹⁹⁸

Londres propôs a negociação do entrave da presença dos argentinos nas ilhas, solicitando o comparecimento destes a um órgão oficial britânico para passarem pelos trâmites de imigração, ou ainda que oficiais ingleses fossem até o local indicado e verificassem as ações que estavam em andamento no local.¹⁹⁹ Por sua vez, as autoridades da ditadura do país platino consideraram esta requisição uma afronta à soberania argentina nas ilhas, culpando o Reino Unido pela tensão no Atlântico Sul,²⁰⁰ o que incrementou ainda mais as tensões sobre o assunto.

Enquanto isso, na Argentina, as manifestações da sociedade contra o Regime Militar avolumam-se e se intensificam.²⁰¹ Comentava-se abertamente na imprensa brasileira que havia uma forte divisão no país vizinho, inclusive no bojo

¹⁹⁵ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

¹⁹⁶ MARAÑÓN, Jimmy Burns. Op. Cit. pp. 81-82.

¹⁹⁷ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

¹⁹⁸ *Jornal do Brasil* do dia 30 de março de 1982.

¹⁹⁹ *Jornal do Brasil* do dia 1º de abril de 1982.

²⁰⁰ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

²⁰¹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 1º de abril de 1982.

das Forças Armadas.²⁰² A Junta Militar, em 31 de março de 1982, convocou uma reunião de emergência para discutir as crises interna e externa.²⁰³

Paralelamente à iniciativa britânica em resolver o impasse diplomaticamente, Londres iniciou um processo de preparação das Forças Armadas. A Inglaterra enviou à região um submarino atômico²⁰⁴ e mobilizou uma nau de guerra.²⁰⁵ A Argentina colocou toda a sua Marinha em estado de alerta e seus aviões iniciaram patrulhas na área,²⁰⁶ o que poderia dar pistas do que estaria por vir. “A atitude argentina tem contra ela o fato de que mandar toda a esquadra é afirmar desde o início que não se quer negociação...”²⁰⁷

Curiosamente, o navio britânico mobilizado, o HMS “Endurance”, quase foi vendido ao Brasil, que se preparava para realizar suas expedições científicas na Antártica. Entretanto, o negócio não se realizou devido ao apoio diplomático brasileiro, anterior à guerra, ao pleito argentino sobre as ilhas Falklands/Malvinas, que foi considerado pelo secretário de defesa, John Nott, como um apoio a teses “anti-britânicas”²⁰⁸. Muito embora, o ministro da marinha brasileira, Maximiliano da Fonseca, tenha afirmado o contrário e minimizado a questão, afirmando que estava em busca de outros fornecedores²⁰⁹.

Outro indício do que estava por ocorrer no Atlântico Sul em 1982 foi fornecido pelo serviço secreto dos Estados Unidos da América, conhecido como CIA (*Central of Intelligence of America*), que transmitiu dados sobre uma possível operação militar argentina nas ilhas Falklands/Malvinas.²¹⁰ Ademais, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, enviou uma carta alertando sobre a possibilidade de uma ação armada argentina. Ressaltamos, portanto, que o serviço secreto britânico e o Foreign Office aparentemente menosprezaram as

²⁰² Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 31 de março de 1982.

²⁰³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 31 de março de 1982.

²⁰⁴ *Jornal do Brasil* do dia 31 de março de 1982.

²⁰⁵ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 31 de março de 1982.

²⁰⁶ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 31 de março de 1982.

²⁰⁷ Editorial do Jornal do Brasil. *Anacronismo Histórico*. do dia 1º de abril de 1982.

²⁰⁸ Telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores do dia 10 de dezembro de 1981, Classificação Ostensivo, MSG (OF 02602 B) N. 1310.

²⁰⁹ Telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores do dia 03 de dezembro de 1981, Classificação Ostensivo, MSG (OF 02622 BX). N. 1907

²¹⁰ Ver. Anexo 5

informações dadas pela CIA e/ou falharam em não interpretar os dados e/ou não detectaram as intenções dos militares argentinos²¹¹.

“.... I was not expecting anything like a full scale invasion, which indeed out most recent intelligence assessment of Argentinan intentions had discounted. ” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands:Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]*. www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Outra pista do que estava preste a acontecer foi a notificação feita pela Chancelaria argentina à OEA, relatando a invasão de suas águas territoriais por embarcações inglesas.²¹² Ademais, a Casa Rosada culpou a Inglaterra pelo atrito.

No dia 2 de abril de 1982, o Conselho de Segurança da ONU,²¹³ convocado a pedido de Londres, iniciou uma discussão sobre a disputa entre Grã-Bretanha e Argentina pelas terras. O conselho aprovou moção, pedindo moderação entre as partes.²¹⁴

É interessante notar que a Casa Branca envia o almirante Haywards para amenizar os ânimos e resolver o problema;²¹⁵ entretanto, o delegado norte-americano fez uma declaração de que a posição dos Estados Unidos era neutra²¹⁶, e que a Casa Branca poderia atuar como mediadora do impasse. Muitos consideraram que essa declaração realçou a percepção dos militares argentinos de que os Estados Unidos não se envolveriam na questão das Falklands/Malvinas, caso a Argentina ocupasse o arquipélago militarmente.

Na noite do dia 2 de abril, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, notificado via telefone pelo presidente da Argentina, general Leopoldo Galtieri,

²¹¹ O Telegrama da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores do dia 02 de abril de 1982, Classificação Confidencial, MSG (OF 00306 A). N. 2204, no qual, é relatado um contato telefônico entre a embaixada Brasileira e o Foreign Office, onde o funcionário do governo britânico relata suas preocupações sobre a espiral de tensões e as gestões, sem resultados positivos, realizadas pela Grã Bretanha a aliados. Ademais, indica que as forças britânicas nas ilhas Falklands/Malvinas estão de prontidão para evitar qualquer ocorrência.

²¹² *Jornal Folha de São Paulo* do dia 2 de abril de 1982.

²¹³ O Conselho de Segurança é a esfera máxima da Organização das Nações Unidas em relação a problemas de segurança internacional, sendo a única instância, reconhecida pelos Estados membros, capaz de impor legalmente uma sanção a um Estado membro. Na ocasião do conflito, o Conselho de Segurança era formado por: China, Estados Unidos, Espanha, França, Guiana, Inglaterra, Irlanda, Japão, Jordânia, Panamá, Polônia, Togo, Uganda, União Soviética e Zaire.

²¹⁴ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. Op. Cit.1988. p. 138 & *jornal Folha de São Paulo* do dia 2 de Abril de 1982.

²¹⁵ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 2 de abril de 1982.

²¹⁶ *Jornal do Brasil* do dia 2 de abril de 1982.

sobre a ordem de invasão das ilhas das Falklands/Malvinas²¹⁷, tentou em vão persuadi-lo a não realizar este ato de agressão, numa conversa de cerca de 25 minutos. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 4 de abril de 1982, assim foi o final da conversa:

Presidente Galtieri:
 – “Vocês estão com quem???”
 Presidente Reagan, vacilando ao responder:
 – “...nós somos aliados da Grã-Bretanha...”

B) Os preparativos militares e a invasão

Na madrugada do dia 2 de abril de 1982, cinco mil soldados argentinos desembarcaram nas ilhas Geórgia do Sul e Sandwich, encontrando pela frente apenas uma guarnição de 80 fuzileiros navais²¹⁸ e alguns membros de uma milícia local²¹⁹.

A notícia da invasão surpreendeu vários dos membros da Sociedade Internacional, inclusive o Brasil²²⁰, pois o ato do Estado argentino foi um flagrante desrespeito aos princípios e às normas do Direito Internacional, os quais regem a convivência dos atores na arena mundial. “O arbitramento como forma de resolver um conflito tornou-se um credo”.²²¹ Afinal, todas as instituições políticas internacionais das quais a Argentina fazia parte autorizavam o uso da força somente em questões de defesa ou em casos de *justus bellum*. “Decorre, principalmente, do fato que do dia para noite está criado um precedente alarmante para a convivência dos povos deste continente”.²²²

O chanceler inglês, Lord Carrington, que estava em viagem a Israel, classificou o ato argentino de agressão não justificada,²²³ além de declarar

²¹⁷ THATCHER Foundation, Margaret. Reagan Letter to Thatcher (Galtieri intends to use force) [NSC Draft.] . www.margareththatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005

²¹⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

²¹⁹ O Telegrama da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores do dia 02 de abril de 1982, Classificação Confidencial, MSG (OF 00306 A). N. 2204

²²⁰ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de abril de 1982.

²²¹ Editorial do *Jornal do Brasil*. *Quebra Princípios*, do dia 3 de abril de 1982.

²²² Editorial do *Jornal do Brasil*. *Quebra Princípios*, do dia 3 de abril de 1982.

²²³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

abertamente que havia um risco de deflagração de guerra.²²⁴ O Foreign Office anunciou, também, o rompimento das relações diplomáticas e a aplicação de sanções variadas à Argentina.

O gabinete de Thatcher se reuniu para decidir quais providências tomar ante a agressão argentina. Segundo o relato da primeira ministra, houveram divergências sobre a capacidade das forças armadas britânicas para retaliar militarmente a Argentina²²⁵. No final, a primeira ministra, sob forte influência de Henry Leach, que representava a marinha britânica; decidiu usar a força. Ressalta-se ainda que o gabinete se encontrou sem a presença de, Lord Carrington, o qual se encontrava em viagem a Israel²²⁶, sendo substituído por um assessor.

No mesmo dia da invasão, o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas reuniu-se em caráter de urgência para debater a disputa das ilhas entre a Grã-Bretanha e a Argentina. Aprovou-se a Resolução 502,²²⁷ a qual exigia a retirada das Forças Armadas argentinas do arquipélago e recomendava o início imediato das negociações para a resolução do litígio.

Notamos que, mesmo os Estados que anteriormente à invasão declararam-se favoráveis ao pleito argentino sobre as Falklands/Malvinas, como a Jordânia, votaram no Conselho de Segurança contrariamente a Buenos Aires, devido à quebra dos princípios e propósitos da Sociedade Internacional que a ação empreendida por Buenos Aires significava.

“Como se pode depreender da exposição dos países integrantes do Conselho de Segurança, o elemento que motivou a aprovação da resolução, no entendimento da larga maioria (10 países), foi o fato de a Argentina ter violado os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, particularmente o princípio do não uso ou ameaça da força e o princípio da solução pacífica de disputas...” (SOUZA, Ielbo Marcus Lobo.: *Op. Cit.*, 145)

²²⁴ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

²²⁵ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]*. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

²²⁶ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

²²⁷ A resolução n°. 502 foi aprovada com dez votos a favor (Estados Unidos, Inglaterra, França, Irlanda, Guiana, Togo, Zaire, Uganda, Jordânia e Japão), quatro abstenções (União Soviética, China, Espanha e Polônia) e um voto contra (Panamá).

Os Estados Unidos exigiram a retirada das Forças argentinas, informando que estavam em andamento os estudos de aplicação de sanções nas vendas de armas para a Argentina²²⁸. Ademais, logo após a invasão, o enviado especial de Washington, Almirante Haywards, é retirado do país platino. Contudo, a primeira ministra demonstrou seu profundo desagrado com alguns membros do corpo diplomático, como a da Embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, por suas ações:

“...On the evening of Friday 2nd April as the invasion was proceeding, the US Ambassador to the United States, Mrs. Kirkpatrick, was attending a gala dinner given by the Argentinian Ambassador in her honour. As [Sir Nicholas Henderson] our Ambassador later asked her: how would Americans have felt if he had dined at the Iranian Embassy the night that the American hostages were seized in Tehran... .” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years (1993)*. citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands:Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]. www.margareththatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Em Londres, no plano político interno, o governo conservador de Margaret Thatcher passava por fortes turbulências políticas internas, chegando a primeira ministra a ser considerada a pior chefe de governo da Grã-Bretanha.²²⁹, que foram agravados pela notícia da invasão argentina, o que ameaçava o gabinete de Thatcher:

“ I opened the debate. It was the most difficult I ever had to face. The House was rightly angry that the British territory had been invaded and occupied, and many Members were inclined to blame the Government for its alleged failure to foresee and forestall what had happened. My first task was to defend us against the charge of unpreparedness.” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years (1993)*. citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands:Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]. www.margareththatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005)

Assim, conforme o relato do embaixador Roberto Campos, existia um campo limitado de atuação para a primeira ministra Margaret Thatcher:

²²⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

²²⁹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 14 de abril de 1982.

“Mrs. Thatcher viu-se, então, frente a um dilema. Se não reagisse seria difícil a permanência no poder do Partido Conservador; se embarcasse numa operação militar, o fracasso significaria o fim de sua carreira política”. (CAMPOS, Roberto.: *Op. Cit.*. 1994.p. 1001).

O parlamento aprovou o envio de uma força expedicionária para a retomada das ilhas Falklands/Malvinas²³⁰, conforme a visão de um repórter que acompanhava os debates e a movimentação política. “Em Londres, a oposição política não perdoará o governo conservador se este perder o que parece ser uma oportunidade de ouro para recuperar o prestígio do Império Britânico.”²³¹.

Assim, vemos que a Primeira Ministra, em um curto espaço de tempo, articulou-se politicamente e iniciou os preparos para responder à altura do ultraje sofrido, decidindo enviar uma força expedicionária,²³² a fim de retomar, à força, as ilhas Falklands/Malvinas. Para tanto, contou com um amplo respaldo do Parlamento e da opinião pública: cerca de 79% dos ingleses aceitava o uso da força para a resolução do impasse,²³³ equiparando-se ao apoio de Churchill, durante a Segunda Guerra Mundial.²³⁴ Por sua vez, a oposição não manteve uma coesão²³⁵ sobre uma proposta, tendo seus líderes adotado uma postura dúbia, ora eram a favor da Guerra, ora explicitavam uma postura de negociação, a fim de evitar o conflito militar²³⁶. Essa incoerência na posição política custaria ao partido, posteriormente, preciosos votos nas eleições parlamentares.

O gabinete, entretanto, sofreu algumas baixas importantes com a do secretário das Relações Exteriores, Lord Carrington, que contava com simpatia da primeira ministra²³⁷, pois foi apontado como o principal responsável por não ter dado a respectiva relevância às informações recebidas da Inteligência dos Estados Unidos. Em seu lugar, assumiu um homem de confiança da Primeira Ministra, Sir Francis Pym. O secretário de Defesa, John Nott, um dos mais atacados pelos

²³⁰ THATCHER Foundation, Margaret. *House of Commons Speech*, fonte *Hansard HC [21/633-38]*. www.margareththatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005).

²³¹ *Jornal do Brasil* do dia 5 de abril de 1982.

²³² *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 6 de abril de 1982.

²³³ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 6 de abril de 1982.

²³⁴ *Jornal do Brasil* do dia 3 de maio de 1982.

²³⁵ *Jornal da Tarde* do dia 26 de abril de 1982.

²³⁶ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 28 de abril de 1982.

²³⁷ THATCHER Foundation, Margaret. *Radio Interview para ITN*, das 17:30 hrs as 18:00hrs. www.margareththatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005).

membros do Parlamento britânico,²³⁸ manteve-se no cargo graças à intervenção pessoal da Primeira Ministra.²³⁹

Podemos refletir e perguntar: o que motivou a maior parte da sociedade da Grã-Bretanha a apoiar o envio de uma força expedicionária para os confins do Atlântico Sul, para lutar por algumas ilhotas? O que estava em jogo?

Uma das hipóteses prováveis seria o risco de Londres perder parte de seu prestígio internacional.²⁴⁰ Além disso, caso a Grã-Bretanha cedesse às pressões da Argentina, abriria um precedente perigoso, o que possibilitaria que outros países (Espanha, Venezuela, China, entre outros) pudessem fazer uso da força para solucionar os impasses territoriais com a Inglaterra (Estreito de Gibraltar, com a Espanha, fronteira entre Venezuela e Guiana Inglesa, a soberania de Hong Kong com a China, entre outros). Nas palavras da Margaret Thatcher, em suas memórias, o que estava em questão era:

“We are defending our honour as a nation, and principles of fundamental importance to the whole world – above all, that aggressors should never succeed and that international law should prevail over the use of force... .” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]*. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Assim, Sir Francis Pym (novo secretário das Relações Exteriores – Foreign Office), William Whitelaw (responsável pela Pasta do Interior) e o John Nott (secretário da Defesa) foram designados pela Primeira Ministra para a coordenação política, militar e econômica do esforço de guerra britânico.

Em um primeiro momento, a economia da Grã-Bretanha, no início do conflito, chegou a sentir os efeitos de uma fuga de capitais do mercado financeiro²⁴¹. Entretanto, os problemas foram contornados com o apoio econômico de outras potências, como os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental.

A Downing Street n.º. 10 montou, em poucos dias, uma rede logística para enviar uma Força Tarefa de milhares de soldados e com toneladas de caríssimos

²³⁸ *Jornal do Brasil* do dia 5 de abril de 1982.

²³⁹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 6 de abril de 1982.

²⁴⁰ ARON, Raymond. *Inglaterra Agiu para salvar a honra*. *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 9 de maio de 1982.

equipamentos e sem nenhum porto ou base próximos a área do conflito. As Forças Armadas reais utilizaram, como ponto mais perto do conflito, a base da ilha de Ascensão²⁴², na costa da África. Relembrando tempos passados, a Marinha real britânica, com sua aviação naval baseada em dois porta-aviões, foi a mola mestra da Força Tarefa britânica. Os objetivos principais desta força expedicionária eram recuperar o arquipélago das Falklands/Malvinas, punir severamente os invasores e elevar o prestígio internacional da Grã-Bretanha, retornando ao *status quo* anterior à invasão argentina.

Assim, percebemos que a tomada da ilha pelas Forças argentinas deu início a uma espiral de violência e de endurecimento das partes tão intensa, que ninguém imaginava o que poderia vir a acontecer.

Na Argentina, enquanto isso, os militares colhiam os louros da vitória obtida no campo de batalha, sendo as pressões da opinião pública contrárias à ditadura minimizadas. Os argentinos de todas as tendências uniram-se e comemoraram nas *calles*²⁴³ das principais cidades, com bandeiras e outros símbolos nacionais, embriagando-se com vinho, comemorando a vitória sobre a quarta potência militar do mundo. “O governo argentino levou para solenidade de posse representantes de todos os partidos”²⁴⁴. “Estavam lado a lado pessoas diametralmente opostas como o ex-presidente Jorge Videla e o historiador esquerdista Jorge Abelardo Ramos”²⁴⁵.

Todos tornavam público, entusiasticamente, seu orgulho patriótico, cantando, alheios ao que estava por vir:– “Malvinas, Malvinas, tem bandeiras Argentinas... paredão para os ingleses e amanhã para os chilenos...”.²⁴⁶ No transcorrer da crise anglo-argentina, a adesão popular à questão das Falklands/Malvinas foi tão expressiva que algumas vezes do Regime Militar argentino afirmaram que, em curto prazo, poderia haver uma nova forma de participação civil na tomada de decisões relacionada à política interna, esboçando

²⁴¹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de abril de 1982.

²⁴² A ilha de Ascensão faz parte da Grã Bretanha, entretanto, o único aeroporto da ilha é utilizado como base norte-americana. Durante a guerra, a Casa Branca autorizou o uso do aeroporto pela força aérea britânica, com base num tratado bilateral prévio.

²⁴³ Calle significa rua em espanhol.

²⁴⁴ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 8 de abril de 1982.

²⁴⁵ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 8 de abril de 1982.

²⁴⁶ *Jornal do Brasil* do dia 3 de abril de 1982.

a libertação de presos políticos,²⁴⁷ o que poderia ser o início de uma fase de transição política para uma nova forma de regime.

“Por detrás del efervescente nacionalismo y del autocongratulatorio patriotismo, había algo de verdadero patriotismo. Detrás de la euforia subyacían los síntomas de una sociedad que se desintegraba colectivamente...” (MARAÑÓN, Jimmy Burns.: *Op. Cit.*, 92)

As espontâneas demonstrações populares evidenciaram que as ilhas Falklands/Malvinas eram uma questão nacional; ou seja, estavam presentes no inconsciente coletivo da quase totalidade da população argentina, como relatou Clóvis Rossi, em artigo para o Jornal a Folha de São Paulo: “A manifestação, aliás, foi outra curiosidade argentina, que os estrangeiros jamais conseguirão entender: Um governo de extrema direita, ilegítimo, convoca uma manifestação de massa e ela só se torna realmente expressiva porque os partidos de esquerda, ou de oposição frontal ao regime, aderem ao chamado e põem seus militantes na praça”.

Todos os grupos políticos argentinos buscaram conseguir apoio da população para suas causas, utilizando, para isso, a euforia e a comoção nacional após a conquista argentina das ilhas Falklands/Malvinas. Todavia, com o passar do tempo, o apoio à causa argentina não se refletiu em favor do regime ditatorial argentino:

“Galtieri, Galtieri presta mucha atención, las Malvinas son argentinas pero el pueblo es de Perón...” (WILSON, Marcos. Os Aprendizes de Goebbels. IN CABRAL, Antônio, MARTINEZ, Hugo, WILSON, Marcos & GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: A História de uma derrota*. São Paulo. EMW Editores Ltda, 1983, p. 81).

Destacamos que a construção da importância da questão das Falklands/Malvinas no inconsciente coletivo da população argentina seria um excelente tema de estudo para futuros trabalhos.

A mobilização popular argentina para o conflito e as suas consequências foram inacreditáveis. Um dos exemplos mais emblemáticos da importância da questão das Falklands/Malvinas no âmago da sociedade argentina foi o último desejo em vida, formulado aos seus entes queridos, por Maria Bertone de Rocco,

²⁴⁷ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

uma cidadã argentina comum, cuja história foi amplamente divulgada nos meios de comunicação argentinos e reproduzidos pela imprensa escrita no Brasil:

“– Não enviem flores ao meu enterro. Envie o dinheiro que gastariam com elas para o Fundo Patriótico.” (WILSON, Marcos. *Op. Cit.* 1983, p. 86)

O ódio contra os britânicos foi canalizado muitas vezes para a depredação de empresas, cujas matrizes localizavam-se no Reino Unido. Um exemplo disto foi o caso da destruição de postos de combustíveis da marca Shell, o que obrigou os donos desses estabelecimentos a colocarem placas e avisos, informando que o capital empregado nos empreendimentos era argentino.

A crença da vitória argentina era mantida pelos meios de comunicação, submetidos ao controle de informações dos órgãos de repressão política da junta militar argentina, difundindo, por vezes, uma ilusão que não mantinha o menor contato com a realidade, como na ocasião a poucos momentos da capitulação completa das tropas argentinas nas Falklands/Malvinas, em que foi vinculado um discurso do então governador das ilhas, general Menendez:

“O inimigo prepara-se para atacar Puerto Argentino, onde será totalmente derrotado e nunca mais terá essa idéia de invadir a nossa terra...” (Gen. Mario B. Menendez citado por WILSON, Marcos. *Op. Cit.* 1983. p. 56.)

Quando as ilusões se desfizeram, poucos dias depois, da assinatura do general a Menendez da rendição incondicional das tropas argentinas, que estavam em condições lastimáveis, milhares de cidadãos argentinos saíram às ruas dispostos a enfrentar a polícia.²⁴⁸

“...ao seu lado as pessoas que gritam contras os militares porque foram enganadas vão sendo presas, uma depois da outra. O menino continua jogando pedras, uma depois da outra. Um jovem é preso e ele avança contra dois policiais para tentar libertá-lo. Não consegue. Cai. Um soldado o leva, pelo braço, mas ele, criança, consegue, num gesto rápido, escapar. Correm atrás dele. Ele se esconde. Pouco depois está de volta, com as mãos cheias de pedras. Volto a aproximar-me. Ele me vê e, sem dizer uma palavra, pede um pedaço de papel onde escreve seu nome, endereço e pede para avisar seus pais, se ele desaparecer. Esta

²⁴⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 16 de junho de 1982.

foi a cena final que o repórter acompanhou na guerra do Atlântico Sul.”
(WILSON, Marcos.: *Op.Cit*, 86)

Apesar da estratégia militar argentina ter sido criada muito anteriormente à ocupação do arquipélago das Falklands/Malvinas,²⁴⁹ esta não concebia um conflito de grande intensidade e nem de duração moderada pela posse das ilhas, como depois ficou demonstrado, seja pela falta de infra-estrutura para fazer a guerra, seja pela pouca quantidade de suprimentos militares que dispunham as tropas argentinas. Por exemplo, a Força Aérea argentina possuía apenas quatro mísseis ar-mar Exocets,²⁵⁰ o que é muito pouco, quando se pretende enfrentar uma das quatro maiores potências mundiais, cuja marinha no século XIX foi eternizada como a rainha dos mares.

Ademais, um grande número de pedidos feitos pelos militares argentinos a fornecedores europeus foram cancelados quando se iniciou o conflito anglo-argentino, em razão do apoio de diversos países da Europa às sanções impostas por Londres. A Casa Rosada, então, recorreu a fornecedores alternativos. Dentre os quais, encontravam-se, por exemplo, empresas brasileiras e israelenses;²⁵¹ ou a compra de material bélico existente no arsenal bélico de outros países, como, por exemplo, a Líbia.²⁵² Outro exemplo da falta de preparo anterior ao conflito era a carência da Força Aérea argentina de aviões capazes de realizar patrulhas marítimas em alto mar, o que levou os militares argentinos a empregar aviões comerciais nessas missões,²⁵³ antes da compra de aviões Bandeirantes, de fabricação brasileira.²⁵⁴

Outro ponto que salientamos é a falta de planejamento logístico argentino para o conflito, conquanto existisse, e existe, uma maior proximidade geográfica das ilhas Falklands/Malvinas em relação às bases argentinas do que em relação às bases britânicas no Atlântico Sul. Isso não se converteu em um ponto favorável, pois as bases aéreas argentinas próximas do teatro de operações não contavam

²⁴⁹ WALSH, Marcelo Vieira. *Op. Cit.* 1997, p. 23.

MARAÑÓN, Jimmy Burns. *Op. Cit.* 1992, p. 81-89.

²⁵⁰ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 19 de maio de 1982.

²⁵¹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 5 de maio de 1982.

²⁵² *Jornal do Brasil* do dia 29 de maio de 1982.

²⁵³ *Jornal do Brasil* do dia 20 de maio de 1982.

²⁵⁴ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 14 de maio de 1982.

com uma infra-estrutura adequada para o pouso e a decolagem de aviões de combate de maior tecnologia, como os Mirages, de fabricação francesa. Portanto, a autonomia de vôo e a capacidade de combate da Força Aérea, foram sensivelmente reduzidas, o que influenciou diretamente no resultado final do embate militar.

Ademais, cerca de dez mil homens, na sua maioria recrutados despreparados, foram enviados para o teatro de operações sem os equipamentos e sem uma linha de suprimentos adequada, para que os efetivos engajados suportassem as intempéries climáticas e as dificuldades do conflito.²⁵⁵ Logo, no transcorrer da guerra, a despeito dos esforços realizados pelos pilotos da Aeronáutica argentina, cuja habilidade e coragem surpreenderam os observadores militares, o despreparo das outras Armas para realizar uma operação militar de grande envergadura era patente:

“...o armamento que a Argentina deu mostras ter armazenado não parece ter sido adquirido com a intenção de fazer a guerra à Grã-Bretanha.” (FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas, para quê?*. Edições GRD: São Paulo, 1988. p. 141)

Além do mais, a Junta Militar estava disposta a arcar com numerosas perdas de vidas de cidadãos, como expressou o presidente general Galtieri, em discurso endereçado à nação.²⁵⁶

Observando acima, podemos formular a seguinte questão: se a Argentina não estava preparada para a guerra, por que invadiu as ilhas? A resposta mais provável é que tenha ocorrido o princípio do erro; ou seja, a percepção errônea da realidade condenou os argentinos à derrota, pois os militares argentinos não acreditavam, ao que tudo indica, na possibilidade real de uma resposta militar contundente por parte de Londres.²⁵⁷

Os comandantes da Junta Militar esperavam uma retaliação diplomática britânica, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o que obrigaria o Foreign Office inglês a abandonar sua posição protetatória²⁵⁸ e a aceitar uma

²⁵⁵ *Jornal do Brasil* do dia 16 de maio de 1982.

²⁵⁶ *Jornal do Brasil* do dia 16 de maio de 1982.

²⁵⁷ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 12 de junho de 1982.

²⁵⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Op. Cit.* 1998 p. 299.

arbitragem internacional em relação à questão das Falklands/Malvinas. Entretanto, ao que tudo indica, na percepção dos formuladores de política na Casa Rosada, haveria uma nítida vantagem da posição da Argentina sobre a da Inglaterra, fosse pelo fato consumado da posse do arquipélago, fosse pelo histórico argentino de tentar solucionar o problema à luz do Direito Internacional, na Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, onde o apelo ao argumento da descolonização encontraria eco na sensibilidade de países da periferia, em especial os Estados da África e Ásia.

Também não se acreditava que ocorressem sanções econômicas e financeiras realizadas por terceiros países à Argentina. Subitamente, os comerciantes, industriais e agricultores argentinos viram-se sem alguns dos seus principais mercados (Comunidade Européia e Estados Unidos) para colocar seus produtos de exportação. Ademais, a economia do país platino viu secar as fontes de financiamento nas principais praças financeiras do mundo.²⁵⁹ Por esta razão, a economia argentina entrou em uma crise aguda e se viu desprovida de uma grande quantidade de produtos necessários para o país.²⁶⁰

Em última instância, no caso de conflito bélico, os militares argentinos imaginavam que, provavelmente, pela invocação do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), poder-se-ia trazer ao teatro de operações, ao lado argentino, os Estados Unidos, o Brasil e os demais países latino-americanos. A certeza da vitória estava presente na percepção das lideranças argentinas:

“De modo que aprecio que Inglaterra no puede hacer otra cosa que protestar ante las Naciones Unidas, porque militarmente esta ahora en muy inferiores condiciones. Y porque además, la Argentina ha tenido habilidad y la paciencia diplomática de sentar muy claramente nuestros derechos. De modo que Inglaterra también esta dislocada por su situación política y diplomática y por la relación de sus posibilidades militares frente a nosotros, Inglaterra no va reaccionar. Y si reaccionar, a va a ir a un estrepitoso fracaso”. (General de División, Menéndez, Luciano Benjamín, ex comandante do III Corpo de Exército, *apud* KANAF, Leo.: 1982, 121)

É importante ressaltar que os *kelpers*, moradores das ilhas Falklands/Malvinas, sempre desejaram manter-se sob a soberania da Coroa

²⁵⁹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 11 de abril de 1982.

²⁶⁰ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 5 de maio de 1982.

inglesa. O “novo” governador das ilhas, o general Mário Benjamim Menendez, nomeado pela Presidência argentina, e seus assessores tentou cooptá-los, sem sucesso, fosse por meio da entrega de brindes,²⁶¹ fosse por outros meios de “atitudes rudes”,²⁶² que provocaram a fuga de muitos moradores.²⁶³

A diplomacia brasileira, no dia 30 de março de 1982, fez um pronunciamento que reiterava o apoio do Brasil a Argentina²⁶⁴, lastreando sua posição nas afirmações anteriores do Presidente Figueiredo em 1980²⁶⁵ e 1981²⁶⁶, durante os encontros entre os chefes de Estado dos dois países (Brasil e Argentina).

Quando recebeu a notícia sobre a invasão argentina nas ilhas Falklands/Malvinas, o chanceler brasileiro encontrava-se em Nova York²⁶⁷, refazendo-se de uma viagem oficial à China²⁶⁸, antes de retornar ao Brasil. Ao acordar, o ministro Saraiva Guerreiro recebeu com bastante surpresa, a informação do seu porta voz, Bernardo Pericás, sobre a tomada das ilhas Falklands/Malvinas pelas forças armadas argentinas²⁶⁹. Logo após, o ministro reuniu-se num quarto de hotel com alguns jornalistas divulgou de improviso a posição brasileira sobre o tema:

“Ocorreu-me, na hora, sem hesitações, a declaração certa. Às vezes, o anjo da guarda ajuda. Era o ponto justo, ao mesmo tempo o máximo e o mínimo politicamente possíveis e aconselháveis: O Brasil reconhece os direitos da Argentina sobre as Malvinas desde 1833 quando, informado o governo imperial pelo de Buenos Aires da ocupação das lhas pela Inglaterra pela força, instruiu seu ministro plenipotenciário a apoiar o protesto que faria o representante argentino junto a corte de St. James.” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992. p. 102)

²⁶¹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de abril de 1982.

²⁶² *Jornal do Brasil* do dia 5 de abril de 1982.

²⁶³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 7 de abril de 1982.

²⁶⁴ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 30 de março de 1982.

²⁶⁵ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração conjunta relata os entendimentos entre o Brasil e a Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 25. 1980, p. 54.

²⁶⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *No comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil-Argentina em Paso de los libres*. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 29. 1981, p. 23.

²⁶⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo. Editora Siciliano. 1992. p. 101

²⁶⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* . 1992. p. 101

²⁶⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*. 1992. p. 101-102

Portanto, o governo brasileiro, na figura de seu ministro das Relações Exteriores, declarou-se favorável, com base na tradição histórica, ao direito argentino sobre as ilhas, não condenando de forma incisiva o uso da força pela Argentina, chamando de “ação direta”²⁷⁰. A administração brasileira, segundo esta declaração, esperava que a questão das Falklands/Malvinas fosse resolvida pela via pacífica²⁷¹, o que divulgava uma falsa impressão de passividade e omissão frente aos fatos.

“ Agora que a Argentina praticou uma ação direta para a ocupação desse território, a única coisa que podemos fazer é esperar que as relações não se deterioreem ainda mais entre as duas nações amigas... ” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração do chanceler Saraiva Guerreiro em Nova York em 2 de abril de 1982*. Revista de Política Exterior do Brasil. nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63. grifo do autor.)

A declaração de Saraiva Guerreiros sobre a questão das Falklands/Malvinas, feitas em Nova York, encontraram alguns apoios dentro do governo brasileiro.

“... em uma manifestação comovedora porque vinda de cima para baixo, como se pode se esperar de pessoas de bem, o general Danilo Venturini mandou seu chefe de gabinete, o coronel Moretszohn, dizer-me, à minha chegada a Brasília, na volta da China, que o presidente e todo o Planalto muito apreciaram as declarações que fizera em Nova York... ” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*1992. p. 104)

Contudo, como veremos, o Brasil agiu de forma discreta²⁷², tomando o partido da Argentina, não sendo neutro, nem omissos, mas, evitando, dentro do possível, maiores desgastes com a Grã Bretanha.

A posição brasileira, declarada em Nova York, foi definida graças a uma recordação do Saraiva Guerreiro de um incidente diplomático com a Argentina, muito anterior à guerra das Falklands/Malvinas, sobre um selo oficial, publicado no Brasil, que representava um mapa da América do Sul, atribuindo as ilhas Falklands/Malvinas à Grã Bretanha²⁷³. A embaixada da Argentina no Brasil

²⁷⁰ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração do chanceler Saraiva Guerreiro em Nova York em 2 de abril de 1982*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63.

²⁷¹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração do chanceler Saraiva Guerreiro em Nova York em 2 de abril de 1982*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63.

²⁷²Entrevista do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro para o autor em 13 de dezembro de 2005.

²⁷³ Entrevista do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro para o autor, realizada em 13 de dezembro de 2005.

apresentou uma reclamação formal, a qual, não foi levada a sério por grande parte do corpo diplomático brasileiro. Entretanto, na época da reclamação argentina, um diplomata resolveu investigar a questão por conta própria. Tempos depois, em uma conversa informal com Saraiva Guerreiro, o diplomata relatou o “parecer informal” de sua pesquisa, que, por um acaso, ficou viva na memória do ministro das relações exteriores brasileiro do governo Figueiredo: “...que os argentinos estavam certos, e, que o Brasil havia reconhecido o pleito argentino sobre as ilhas em 1833...”²⁷⁴.

Posteriormente, plena crise anglo-argentina, a tese do reconhecimento brasileiro das ilhas Falklands/Malvinas em 1833 foi rebatida pelo historiador José Honório Rodrigues, no artigo: “Brasil não reconheceu a soberania argentina em 1833”, publicado no *Jornal do Brasil*, do dia 30 de maio de 1982. O professor Honório baseou seu artigo no despacho nº 13 do ministério das relações exteriores ao representante brasileiro em Londres²⁷⁵, que solicita “franca e oficiosa coadjuvação”.²⁷⁶ Ademais, José Honório ressaltou que as relações entre o Brasil e a Argentina não viviam um bom momento, devido às hostilidades de Juan Manuel Rosas ao Brasil²⁷⁷.

“Nestas condições, como reconhecer que um Despacho, o de nº 13, de 26 de março de 1833 (Arquivo Histórico do Itamarati, 417-413) possa, pelas simples palavras de cortesia ou de atendimento sob pressão – atendimento desinteressado - firmar uma diretriz dita “tradicional” da política externa brasileira? Uma tradição que se afirma quando se estabelece e se obedece a um princípio que se julga necessário ou favorável aos interesses do Brasil.” (RODRIGUES, José Honório. *Brasil não reconheceu soberania argentina em 1833*. In *Jornal do Brasil* do dia 30 de maio de 1982)

Assim, na visão de José Honório Rodrigues, a afirmativa brasileira não equivaleu a um reconhecimento diplomático brasileiro da legitimidade e da legalidade argentina sobre o arquipélago, o que irritou Saraiva Guerreiro, conforme expresso na sua entrevista ao autor e nas suas memórias:

²⁷⁴ Entrevista do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro para o autor, realizada em 13 de dezembro de 2005.

²⁷⁵ BRASIL, Arquivo Histórico do Itamaraty, *despacho de nº 13*, de 26 de março de 1833, da chancelaria brasileira para representante brasileiro em Londres .pág. 417-413

²⁷⁶ BRASIL, Arquivo Histórico do Itamaraty. *Op. Cit.*

“Houve historiador eminente que criticou termos considerado a ação diplomática de 1833 como antecedente válido porque o governo brasileiro de então, a regência, era inseguro e incapaz. Como se os Estados pudessem alegar deficiência de governos passados para se desvincularem de responsabilidades! Além disso, a Regência havia sido legal, não foi deposta em revolução e a consideramos no Brasil como governo historicamente legítimo.” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992. p. 102 - 103)

Em consulta ao Arquivo Histórico do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, encontramos documentos, alguns em avançado processo de deterioração, que podem nos ajudar na resolução da questão do reconhecimento.

Em carta de 23 de Janeiro 1833, direcionada ao ministro das relações exteriores do Império do Brasil, o encarregado de negócios argentino faz uma detalhada descrição da invasão britânica as “ilhas Malvinas”. A partir da tomada de consciência deste fato, o chanceler redigiu o Despacho n^o. 13²⁷⁸, datado de março de 1833, para o representante diplomático brasileiro em Londres. No texto do Despacho n^o. 13, o chanceler brasileiro informa ao adido diplomático dos acontecimentos, e solicita que ele siga as seguintes instruções:

“... dar-lhe uma nova e irrefragável prova destes seus amigáveis sentimentos e por isto ordena que o M;P, entendendo-se com o Ministro que a referida República tem ali creditado lhe preste a mais franca e oficiosa coadjuvação para o bom êxito das diligências, a que terá provavelmente de proceder por ordem de seu Governo... .” (Arquivo Histórico do Itamaraty, *despacho de n^o. 13*, de 26 de março de 1833, da chancelaria brasileira para representante brasileiro em Londres. p. 417-413. grifo do autor.)

No despacho n^o. 14 , o chanceler, da época, solicita ao representante brasileiro em Londres, que encaminhe o ofício do despacho anterior ao destinatário final²⁷⁹.

No ofício 57, do dia 5 de junho de 1833, o representante brasileiro em Londres confirma o recebimento das instruções dos Despachos de número 13 e 14 . No ofício 59, do dia 4 de julho de 1833, o ministro plenipotenciário brasileiro em

²⁷⁷ Jornal do Brasil do dia 30 de Maio de 1982.

²⁷⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, *despacho de n^o. 13*, de 26 de março de 1833, da chancelaria brasileira para representante brasileiro em Londres. p. 417-413. grifo do autor

²⁷⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, *Despacho de n^o. 14*, de 26 de março de 1833, da chancelaria brasileira para representante brasileiro em Londres.

Londres informa que mostrou ao ministro de Buenos Aires o Despacho expedido do Rio de Janeiro, com as instruções sobre a “questão das Malvinas”, oferecendo a cooperação para a questão pendente entre o governo inglês e argentino. Nesta conversa, o representante de Buenos Aires informou que havia dirigido uma longa carta ao chefe do órgão competente, na qual defendia o direito argentino sobre as ilhas Falklands/Malvinas, e, até aquele momento, o representante argentino afirmou que não havia recebido nenhuma resposta. Por fim, o ministro da Argentina solicitou a ampla divulgação do Despacho nº 15, entretanto, o representante do Império brasileiro²⁸⁰ demoveu o representante argentino dos seus intentos, lembrando-o sobre os inconvenientes de tal atitude. Percebemos, ainda, que, logo após o Despacho nº 15, o tema desaparece da correspondência oficial.

Tempos depois, segundo Araújo Jorge, em seu texto na Revista Americana, as ações brasileiras, como a da maioria dos países da América do Sul, não foi além das intenções, o que demonstra a falta da solidariedade americana sobre o tema das Falklands/Malvinas:

“...Como era fácil de prever, o apêlo à solidariedade continental foi acolhido por um vasto silêncio, ridiculamente perturbado pela indignação excepcional da Bolívia, que oferecia, o seu apoio, especialmente, precioso num conflito marítimo...” (ARAÚJO JORGE, Arthur Guimarães. *O litígio anglo-argentino sobre as ilhas Malvinas*. In. Vários. *Revista Americana: Uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 – 1919)*. Brasília: Ed. Fac-Smilar: Ed. Senado Federal, 2001. p. 524).

Assim, percebemos, ao longo da história diplomática brasileira, que a temática das Falklands/Malvinas, segundo bibliografia diversa, foi tratado como tema secundário pela política internacional brasileira, a qual, por vezes, tomando o cuidado de não se “contagiar” com as ações argentinas, como, em 1948, IX Conferência Internacional Americana de Bogotá.:

²⁸⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, *Ofício de nº. 59*, de 11 de julho de 1833, do representante brasileiro em Londres para chancelaria brasileira no Rio de Janeiro.

“ ...Uruguai, Brasil e Estados Unidos opunham-se a que as questões das Malvinas e da Antártica, como também a de Belize, fossem levadas à IX Conferência Internacional Americana de Bogotá, marcada para março de 1948, com intuito de servir de instrumento de propaganda para a Argentina. Mas Perón tinha apoios de outros países e as diplomacia do Brasil e do Uruguai, que concertaram previamente as posições a serem defendidas em Bogotá, onde se criaria a Organização dos Estados Americanos (OEA), agiriam no sentido de desmontar o circo propagandístico a ser armado pela delegação argentina. (CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas..* Brasília: Ed. IBRI, 2001. p. 158).

O comitê jurídico Interamericano, órgão técnico das Organizações dos Estados Americanos (OEA), somente em 1976, adotou uma declaração sobre as ilhas Falklands/Malvinas favorável à Argentina²⁸¹. No entanto, o apoio político demonstrado na OEA, não se transformou em medidas práticas²⁸².

O Brasil, portanto, ao longo de sua história, emitiu sinais dúbios sobre sua posição em relação as Falklands/Malvinas, ora, como vimos, apoiando discretamente a Argentina sobre suas reclamações, ora impedindo, ou, não se comprometendo com, ações mais enfáticas de solidariedade continental. Encontramos somente, na gestão Figueiredo, nos encontros presidenciais²⁸³, alguma referência clara de apoio brasileiro ao pleito argentino sobre das Falklands/Malvinas. Entretanto, esse apoio deve ser visto como um integrante da política do Palácio do Planalto, durante a gestão Figueiredo²⁸⁴, visando incrementar as boas relações com a Casa Rosada.

É difícil encontrar uma coerência da diplomacia brasileira na questão das Falklands/Malvinas, pois, desde o início, a ação brasileira é pautada, desde o início, por uma grande dubiedade, e pela falta de vontade de se comprometer com

²⁸¹ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. *A questão das ilhas Falklands/Malvinas: o conflito de 1982 e as repercussões no sistema internacional*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p.39.

²⁸² Neste trabalho não realizamos uma pesquisa profunda sobre os votos e as declarações dos representantes brasileiros nos órgãos das Organizações das Nações Unidas, nem da Organização dos Estados Americanos, devido ao recorte escolhido para esta pesquisa.

²⁸³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Declaração conjunta relata os entendimentos entre o Brasil e a Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 25. 1980, p. 54. & BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *No comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil- Argentina em Paso de los libres*. Resenha de Política Exterior do Brasil n.º. 29. 1981, p. 23.

um dos lados e, conseqüentemente, sofrer com um desgaste com o outro, o que permite as múltiplas interpretações das ações diplomáticas brasileira, como, por exemplo, no caso, já observado, do Despacho n^o 13. Assim, na eclosão do conflito anglo-argentino, o interesse brasileiro, nas palavras do chanceler era:

“...o essencial para o governo Figueiredo era atravessar a tensão e os riscos criados, sem destruir a nova fase de excelentes relações com a Argentina, que iniciara, nem criar um dano sensível a suas relações com a Grã Bretanha, país com o qual não tínhamos nenhuma questão própria. Na verdade, como um ex-embaixador estrangeiro comentou, não chegávamos a estar no fio da navalha, mas quase. Tínhamos de fato uma margem de manobra muito estreita.” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992. p. 103)

Outro aspecto importante era a ausência, no início da crise, do embaixador brasileiro em Londres, Roberto Campos, que se encontrava em Rondonópolis, interior do Mato Grosso, em plena campanha política para o Senado, tendo retornado as pressas para o seu posto²⁸⁵.

Depois do rompimento dos laços diplomáticos entre Londres e Buenos Aires, o contato entre os Estados beligerantes passou a ser feito por potências protetoras; A embaixada da Suíça em Buenos Aires, de um lado, assumiu as responsabilidades da defesa dos interesses britânicos na Argentina²⁸⁶; De outro, o Brasil, com sua embaixada em Londres, aceitou zelar pelos interesses argentinos na Grã Bretanha²⁸⁷, o que na prática significou um apoio à posição argentina. Isto por que Saraiva Guerreiro, no mesmo dia, tinha recebido uma mensagem do Foreign Office britânico, solicitando uma condenação explícita a ação bélica argentina:

“We should be grateful for any help which you can give us in bringing home the widest possible audience and in all international for a the affront which the Argentine Government have given in the invasion of Falkland Islands to principles of self determination and the resolution of

²⁸⁴ Não percebemos esse esforço de aproximação nos governos anteriores, ao do Presidente Figueiredo, pois, o impasse do problema de Itaipu – Corpus, dominava a agenda diplomática dos dois países, o que impedia o avanço de entendimentos noutras áreas.

²⁸⁵ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* 1994. p. 1002.

²⁸⁶ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 04 de Abril de 1982

²⁸⁷ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada brasileira em Londres, no dia 03 de Abril de 1982. Classificação 900(B29)(F27) 900.2 (F27) (B22) n^o. 223. Urgentíssimo, caráter Confidencial p. 1.

problems by peaceful means which we have all support for so many years....I hope that the world join us in condemning in the strongest terms this act of flagrant aggression.” (Trecho transcrito no Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Londres, no dia 3 de Abril de 1982. Classificação: 210 (B29) (F27) 900 (F27) (B22) n.º. 222, Urgentíssimo, caráter confidencial p. 1).

O Brasil, segundo a imprensa, também se negou a usar “sua influência” sobre a Argentina para encontrar uma saída pacífica para a questão das Falklands/Malvinas, quando solicitado pela diplomacia britânica²⁸⁸. Ademais, o Itamaraty negou a utilização dos portos do Brasil para o reabastecimento de navios integrantes da “*task force*” do Reino Unido ²⁸⁹, atendendo uma solicitação de autoridades da Casa Rosada.:

“...a armada argentina veria com particular agrado um apalavra oficial do governo brasileiro que a tranqüilizasse nessa questão do reabastecimento da frota inglesa. Aduziu que essa palavra tranqüilizadora poderia ser transmitida pelo canal e nível hierárquico que forem julgado por nós mais adequados, inclusive até mesmo pelo adido naval .” (Trecho do Telegrama da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Itamaraty, reproduzido no Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 05 de Abril de 1982., Urgentíssimo, caráter Secreto. p. 1. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV - RJ).

Ao aceitar o apelo de Buenos Aires sobre a defesa dos interesses argentinos em Londres, acreditamos que o Itamaraty submeteu-se a uma armadilha da política internacional argentina, pois, de um lado, o Brasil arcaria, sem quaisquer bônus, o ônus do desgaste da defesa da posição argentina na Grã Bretanha, onde a opinião publica estava irritada com a invasão de uma parte do seu território. Por outro, caso não executasse adequadamente seu trabalho, sempre haveria a possibilidade da Argentina culpar o Brasil por eventuais fracassos. Um diplomata inglês, que não quis se identificar, numa reportagem do Jornal da Tarde de 4 de maio de 1982, partilhou desta visão, indo até mais além, ao afirmar, que:

²⁸⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 15 de Abril de 1982

²⁸⁹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 15 de Abril de 1982

“...o destino do Brasil, segundo acreditamos, não se resolverá apenas neste continente. E o Brasil está encurralado pelo bloco latino americano e condenado a ter de viver, no futuro, como o grande aliado da Argentina...” (Diplomata inglês não identificado. Jornal da Tarde 4 de maio de 1982).

Assim, ao defender os interesses argentinos, a representação diplomática brasileira em Londres teve um incremento no trabalho burocrático ao assumir os trabalhos da embaixada de Argentina. Ademais, os diplomatas brasileiros participaram de diversas reuniões, debates e eventos públicos, onde tiveram de realizar a difícil tarefa de defender as ações argentinas e explicar a posição brasileira²⁹⁰, em especial em temas espinhosos, como a venda de armas do Brasil para Argentina²⁹¹. Em um desses encontros com autoridades britânicas, relatados por Roberto Campos, em seus livros de memórias, surgiu uma discussão oficiosa de uma proposta de paz, a qual não foi levada adiante pelo Estado brasileiro²⁹².

Neste parágrafo, abrimos um pequeno aparte para informar que notamos, pela análise dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília, um grande aumento no intercâmbio de informações entre as embaixadas e o ministério das relações exteriores, tendo este centralizado o recebimento e o envio de informações aquelas Embaixadas. Os conteúdos destas comunicações relatam, em sua grande maioria, a situação política interna nos dois países beligerantes, as conversas de membros do corpo diplomático brasileiro com figuras importantes, transcrevem algumas notícias de jornais, divulgam, principalmente os telegramas da Embaixada de Londres, as ações e as informações pertinentes ao enfrentamento bélico anglo-argentino, como, o número e o nome das baixas (mortos, feridos e prisioneiros) britânicos e argentinos. Observamos, também, pelos documentos encontrados no CPDOC- FGV, na pasta Antônio Azeredo da Silveira, subitem Embaixada em Washington, uma grande troca de informações e impressões sobre a crise entre Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro.

O ministro Saraiva Guerreiro, em 06 de Abril de 1982, reuniu-se, separadamente, com os embaixadores da Argentina e do Reino Unido, para

²⁹⁰ CAMPOS, Roberto. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro. Edições Top books. 1994. p.1002.

²⁹¹ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.*. 1994. p. 1005-1006.

²⁹² CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* 1994. p. 1003-1005

explicar a posição brasileira, entregando, ainda uma nota de mesmo teor para cada embaixador, em que faz um apelo para a solução pacífica da controvérsia anglo-argentina, não mencionando em nenhum momento as palavras “Falklands” e “Malvinas”²⁹³. Nesta linha de ação, o Presidente Figueiredo, em 10 de abril de 1982, envia, ao mesmo tempo, uma nota distinta para cada um dos chefes de governo envolvidos no impasse anglo-argentino. O conteúdo da nota urge as partes a solução negociada para a questão, reafirma: “a disposição do Brasil de contribuir para a solução pacífica da questão”²⁹⁴.

Posteriormente, percebemos que esta vontade brasileira de participar ativamente na busca de uma solução pacífica para a questão das Falklands/Malvinas desapareceu. Tendo o chanceler Saraiva Guerreiro afirmado que importaria condições à participação brasileira numa eventual missão de manutenção de paz da ONU²⁹⁵, cuja duração estaria ligada ao período de negociações anglo-argentinas. A falta aparente da disposição do Brasil de servir de interlocutor das partes esta ligada à visão das autoridades nacionais, de que o país não possuía excedente de poder seja pela falta de força e seja pela incapacidade de acomodar os interesses entre os litigantes²⁹⁶. Destacamos que somente, às vésperas do desenlace final do conflito, quando a situação internacional havia se deteriorado, e, com ela, um grande parte da disposição dos litigantes (Grã Bretanha e Argentina) de negociar, foi que o Brasil tentou mediar a questão para conseguir “uma paz justa e honrosa, sem vencido nem vencedores”²⁹⁷.

O governo brasileiro, aparentemente, definiu as linhas basilares da atuação brasileira em caso de guerra no dia 10 de abril de 1982, pois alguns funcionários

²⁹³ Ver BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Nota encaminhada ao embaixador da Grã Bretanha, em 06 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil n° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63. & BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Nota encaminhada ao embaixador da Argentina, em 06 de abril. de 1982*. Revista de Política Exterior do Brasil n° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63.

²⁹⁴ Ver BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Mensagem do Presidente Figueiredo a primeiro-ministro Margaret Thatcher, em 10 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil n° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63. & BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Mensagem do Presidente Figueiredo ao presidente Leopoldo Galtierie, em 10 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil. n° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 63.

²⁹⁵ Jornal

²⁹⁶ *Jornal do Brasil* 12 de abril de 1982.

do Itamaraty “vazaram” para a imprensa, especificamente, o jornal O Estado de São Paulo, que publicou a notícia no dia 11 de abril de 1982, a definição brasileira em caso de conflito entre a Argentina e Reino Unido.

Notamos que, desde o início das crises das Falklands/Malvinas, houve uma divisão dentro do governo²⁹⁸ de que forma o Estado brasileiro deveria agir frente ao conflito anglo-argentino. De um lado, grupos importantes dentro do Itamaraty, representadas pela figura do embaixador Roberto Abdenur, chefe da Assessoria Econômica do Itamaraty, - que falou abertamente, em uma palestra dada no Rio de Janeiro, haver uma profunda divisão no Itamaraty sobre a forma de condução da política externa frente ao conflito²⁹⁹- e dentro dos setores militares³⁰⁰, que defendiam uma solidariedade mais explícita à Argentina.

“...o posicionamento do Brasil foi elaborado pelo Itamaraty, depois de superadas algumas resistências militares internas, que no primeiro momento, pressionavam por uma aliança clara e indiscutível com os argentinos..” (SALES, Flávio de Almeida. Jornal Folha de São Paulo do dia 25 de Abril de 1982).

De outro, havia outros setores do Itamaraty que defendiam a adoção de uma postura mais discreta, quase uma neutralidade, frente ao conflito³⁰¹. Por fim, numa variação deste segundo grupo, havia um outro grupo de embaixadores que defendiam a ação brasileira na mediação da questão³⁰².

Em meio a opiniões e posições divergentes, a figura do ministro das Relações Exteriores, Sarava Guerreiro, se sobressaiu sobre a dos demais membros do governo, seja pela confiança que detinha do Presidente Figueiredo³⁰³, seja pela sua estratégia de centralizar³⁰⁴, em suas mãos, as decisões brasileiras

²⁹⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Carta do Chanceler Saraiva Guerreiro ao presidente do conselho de Segurança da ONU, em 24 de maio*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 68.

²⁹⁸ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 25 de Abril de 1982.

²⁹⁹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 17 de Abril de 1982

³⁰⁰ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 21 de Abril de 1982.

³⁰¹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 21 de Abril de 1982.

³⁰² Jornal *do Brasil* do dia 12 de Abril de 1982.

³⁰³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*. 1992. p. 104.

³⁰⁴ Ao analisar os documentos no arquivo do Itamaraty em Brasília, notamos um imenso fluxo de telegramas e de Telegrama (S) oriundos das principais embaixadas para o Ministério das Relações Exteriores, todas passando informações sobre as posições e as ações dos Estados frente ao conflito anglo-argentino. Por outro

frente ao embate militar anglo-argentino, seja evitando, ao máximo, indisposições desnecessárias com os países membros. Portanto, percebemos que desde o início do conflito o Brasil adotou uma postura favorável a Argentina, e não neutra.

C) As tentativas de evitar o pior

A Sociedade Internacional assistiu a evolução das engrenagens da violência que desembocaram no conflito armado. Houve, entretanto, algumas tentativas de mediação, as quais merecem menção à dos Estados Unidos, da Secretária Geral das Organizações das Nações Unidas, representadas na figura do seu secretário geral, Javier Perez Cuellar, e, em menor medida, a do Peru e a do Brasil.

Inicialmente, a Casa Branca, por meio da figura do secretário do Departamento de Estado norte-americano, Alexander M. Haig Jr. (o ex-general da OTAN), tentou evitar a guerra, utilizando, para tanto, seu prestígio ante os dois países em litígio,³⁰⁵ por meio de uma série de viagens e de reuniões com membros do Executivo dos dois países, apresentando diversas propostas. Porém, não conseguiu lograr um entendimento capaz de evitar o conflito bélico entre Argentina e Grã-Bretanha, pois nenhuma das partes estava disposta a ceder sobre o ponto central da soberania do arquipélago.

Nos arquivos do Margaret Thatcher Foundation, encontramos indícios, por meio da análise de documentos, da dinâmica das negociações³⁰⁶. O Secretário de Estado norte Americano, agindo nos bastidores, quase logrou um acordo, que só foi refutado pelo gabinete pela ação energética da primeira ministra, que exigia como condições *sine qua non* para as negociações a retirada das forças argentinas do arquipélago das “Falklands/Malvinas”³⁰⁷ e a participação dos ilhéus nas decisões sobre o futuro das ilhas. O Foreign Office jamais se pronunciou

lado, as comunicações do Ministério das Relações Exteriores para as embaixadas demonstra que o Itamaraty analisava cuidadosamente as informações recebidas.

³⁰⁵ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 7 de abril de 1982.

³⁰⁶ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia* [memoirs extract] . www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

³⁰⁷ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia* [memoirs extract] . www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

contrariamente à uma ação armada, caso a via diplomática falhasse.³⁰⁸ Entretanto, a armada chegou a retardar proposadamente, em alguns dias a viagem ao arquipélago das Falklands/Malvinas,³⁰⁹ sob pressão norte americana³¹⁰, para o andamento das negociações.

As autoridades de Buenos Aires, por sua vez, aceitavam negociar somente após a aceitação, por parte da Grã Bretanha, da soberania argentina sobre as ilhas Falklands/Malvinas, e, que a Downing Street nº 10 ordenasse unilateralmente o retorno da armada britânica à Grã Bretanha, o que, na visão de Thatcher era uma “conditional surrender”³¹¹. Além do mais, os representantes da Casa Rosada denunciavam abertamente a parcialidade do governo de Washington para com Londres, o que, segundo os negociadores argentinos, afetou todo o processo de negociação.³¹² A aproximação da Força Tarefa e o envio de reforços argentinos para as ilhas também limitavam o tempo para a resolução pacífica da controvérsia.

A Argentina, sob forte pressão da Casa Branca, retardou por algum tempo a invocação do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca). Aliás, os Estados Unidos perdem definitiva e oficialmente o interesse em mediar a questão quando a Argentina, no dia 10 de maio de 1982, invocou o TIAR, a poucas horas da partida do Secretário de Estado dos Estados Unidos de Buenos Aires, o que aumentou um desgaste nas relações entre as autoridades da Casa Rosada e da Casa Branca.³¹³

O Brasil enviou moções de apoio aos bons ofícios nas tentativas de mediação do problema dos Estados Unidos, reiterando o pedido de que a Casa Branca mediasse o conflito³¹⁴, e, externando suas preocupações com a escalada do conflito e sua esperança de uma solução pacífica para a controvérsia.

³⁰⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 22 de abril de 1982.

³⁰⁹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 25 de abril de 1982.

³¹⁰ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia* [memoirs extract] . www.margarethatthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

³¹¹ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia* [memoirs extract] . www.margarethatthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

³¹² Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 6 de maio de 1982.

³¹³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 11 de maio de 1982.

³¹⁴ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 12 de junho de 1982. caráter Secreto. Urgentíssimo. p.1. Disponível na pasta Antônio Azeredo, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – RJ.

“...Querida também deixar constância do meu apreço pela tarefa de colaboração com as partes que o secretário de Estado dos Estados Unidos da América vem executando e que devemos estimular, reforçando as potencialidades de seu êxito, por mais grave que seja a situação... ” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do chanceler Saraiva Guerreiro na comissão gera da XX reunião de consulta em Washington, em 26 de abril.* . Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 65.)

As autoridades da Casa Branca, por diversas vezes, buscavam trazer o Brasil para as mesas de negociações entre a Grã Bretanha e a Argentina para “auxiliar” nos esforços de mediação norte-americanos.

“It is with this mind that the United States Government would like to explore the attitude of the government of Brazil with regard to possible joint action we might take. For example, should the united kingdom come forward with an offer to enter into negotiations without pre-conditions negotiations looking toward a political settlement of Malvinas dispute, would Brazil be prepared to join the United in offering to assist the parties to reach a settlement? Further, were the United States willing to offer to participate in a peace-keeping force Would Brazil also be willing to participate?.” Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, sobre a seguinte mensagem verbal do presidente Reagan, entregue pelo embaixador norte-americano, no dia 25 de maio de 1982., Urgentíssimo, caráter Secreto. p. 2. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV - RJ).

O governo brasileiro, por sua vez, dava respostas evasivas demonstrando que não estava disposto a participar de um esquema de mediação sobre a questão, como esta:

“Quanto à segunda pergunta os EUA, como membro do Conselho estão livres para atender a eventual solicitação de apoio por parte do Secretário Geral, que poderia incluir, se necessário, o estabelecimento de uma força de Paz. O Brasil não pretende voluntariar sua participação e acredita preferível que esse tipo de medida seja efetivada sob auspício das Nações Unidas. Se, entretanto, de acordo com o desejo das partes, for necessária uma participação brasileira desse tipo, estaremos dispostos a cooperar. ” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, para transmissão às

autoridades norte-americanas competentes, no dia 25 de maio de 1982., Urgentíssimo, caráter Secreto. p. 2. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV - RJ).

Após o fracasso das negociações liderada pelos Estados Unidos,³¹⁵ o secretário geral da ONU, Javier Perez Cuellar, assumiu a mediação a pedido de diversos países, inclusive do Brasil³¹⁶:

“... o Governo do Brasil considera imperativo que sejam imediatamente acionados os mecanismos previstos na Carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais...” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Telegrama do chanceler Saraiva Guerreiro ao secretário –Geral das Nações Unidas, em 30 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil. N° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 65.)

As medidas propostas pela Secretaria Geral, contudo, não conseguiam lograr um consenso mínimo entre Londres e Buenos Aires.³¹⁷ Ademais, a sugestão do envio de uma força de manutenção de paz,³¹⁸ a qual necessita de aprovação unânime dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, foi rejeitada por dois dos membros permanentes, Reino Unido e Estados Unidos, que ameaçavam a utilização do uso do veto. O Secretário Geral informou aos membros das Organizações das Nações Unidas que havia um clima desfavorável às negociações de paz³¹⁹ com o aumento da intensidade dos combates aéreos, e o, incremento das possibilidades do desembarque britânico, e, conseqüentemente, dos combates terrestres entre as forças armadas da Argentina e da Grã Bretanha.

A despeito dos apelos para paz, o Itamaraty não contribuiu para resolução do litígio, como percebemos por não levar adiante as propostas oficiosas de gestão da crise e de proposta paz, especialmente, as realizadas por membros do parlamento britânico³²⁰. Fazemos, aqui, uma ressalva, não encontramos nos

³¹⁵ *Jornal do Brasil* do dia 20 de maio de 1982.

³¹⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Telegrama do chanceler Saraiva Guerreiro ao Secretário Geral das Nações Unidas, em 30 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil. N° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 65

³¹⁷ *Jornal da Tarde* do dia 24 de maio de 1982.

³¹⁸ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. Op. Cit. 1988. p. 185.

³¹⁹ *Jornal da Tarde* do dia 21 de maio de 1982.

³²⁰ CAMPOS, Roberto. *Op. Cit.* 1994. p.1003-1005.

documentos analisados, nenhuma referência ao caso descrito por Roberto Campos.

O Secretário Geral da ONU, Javier Perez Cuellar, registrou a importância de um maior comprometimento do Brasil nas ações da ONU, para encontrar uma solução pacífica para o litígio anglo-argentino, o que vinha de encontro a declarações de autoridades brasileiras à imprensa, as quais demonstravam uma certa indisposição do Brasil em participar da mediação³²¹.

“The support of member states will be vital to the success of further United Nations efforts. For this reason, your message expressing Brazil’s commitment to the United Nations action is especially welcome.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Resposta do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas à mensagem do chanceler Saraiva Guerreiro, em 4 de maio.*. Revista de Política Exterior do Brasil. N° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 66.)

Somente, às vésperas do desenlace final o Brasil, sob a determinação do presidente Figueiredo³²², adotou uma atitude mais “pro-ativa”, e juntamente com o Peru³²³, encampou uma proposta, que previa o estabelecimento imediato do cessar fogo, a retirada das forças de ambos os países e a administração internacional da ilha, sob a tutela de terceiros países ou da ONU, mas, não havia “clima” para o estabelecimento das negociações e houve fortes ressalvas britânicas sobre a retirada da força expedicionária.

A proposta brasileira, que era composta por um apanhado de idéias apresentadas anteriormente por outros atores internacionais nas outras propostas de paz; tinha quatro pontos centrais: Primeiro, cessão das hostilidades; Segundo, retirada simultânea das forças armadas argentinas e britânicas, com prazos e metas para serem cumpridas; Terceiro, a administração provisória internacional do arquipélago. Por fim, a designação de um grupo de países para negociar

³²¹ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 25 de abril de 1982.

³²² “Nessas condições, determinei ontem ao meu ministro das relações exteriores que dirigisse carta ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qual estão esboçados quatro pontos que poderiam servir de base à uma decisão daquele Conselho...” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, para transmissão às autoridades norte-americanas competentes, no dia 25 de maio de 1982., Urgentíssimo, caráter Secreto. p. 2. Disponível na pasta Antônio Azeredo, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – RJ)

³²³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 25 de maio de 1982.

permanentemente uma solução para a questão.³²⁴ As partes envolvidas na questão das Falklands/Malvinas recusaram-se a discutir os termos da proposição de paz apresentada pelo Brasil, muito embora, considerassem a proposta uma boa iniciativa³²⁵.

Aqui, percebemos que o Estado brasileiro não foi, nem quis ser³²⁶, um mediador importante do problema das Falklands/Malvinas; mas sim, um espectador passivo dos acontecimentos e dos esforços de mediação. A diplomacia brasileira acreditava que o país não poderia ser um interlocutor válido pois não possuía “excedente” de poder e não tinha capacidade de acomodar interesses tão diversos³²⁷. Acreditamos, também, que, o apoio fornecido à Argentina seria um impeditivo ao exercício do papel de mediador do conflito.

No que tange as negociações, a Casa Rosada, imbuída inicialmente da certeza da vitória no campo militar, ressentida pela “traição norte-americana”³²⁸ e disposta a correr o risco de perder milhares de vidas em caso de conflito sangrento³²⁹, dificultou as negociações. Contudo, ao longo do tempo e dos combates, conforme o quadro se alterava favoravelmente à Inglaterra, Londres passou a ser mais inflexível em relação às negociações do que Buenos Aires³³⁰, que tentava desesperadamente uma alternativa³³¹ à capitulação total das suas Forças nas ilhas.³³²

³²⁴ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Carta do Chanceler Saraiva Guerreiro ao presidente do conselho de Segurança da ONU, em 24 de maio*. Revista de Política Exterior do Brasil. N° 33, abril, maio e junho de 1982. p. 69.

³²⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 26 de maio de 1982.

³²⁶ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 15 de abril de 1982 & *Jornal do Brasil* de 06 de maio de 1982.

³²⁷ *Jornal do Brasil* do dia 12 de abril de 1982

³²⁸ *Jornal do Brasil* do dia 27 de maio de 1982.

³²⁹ *Jornal do Brasil* do dia 16 de maio de 1982.

³³⁰ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 25 de maio de 1982.

³³¹ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 25 de maio de 1982.

³³² *Jornal Folha de São Paulo* do dia 5 de junho de 1982.

Capítulo VII: O Brasil frente ao conflito militar das Falklands/Malvinas

O embate anglo-argentino foi travado nas diversas dimensões das relações internacionais, principalmente nas áreas diplomática, econômica e militar.

No viés diplomático do confronto, os dois países objetivavam a legitimação e a legalização de suas posições e de suas ações frente à comunidade de Estados. As organizações internacionais foram os principais campos desta batalha, tendo destaque a ONU (Organização das Nações Unidas). No dia 3 de abril de 1982, um dia após a invasão argentina ao arquipélago das Falklands/Malvinas, as relações políticas e diplomáticas entre Buenos Aires e Londres foram cortadas.³³³ Os negócios governamentais da Grã-Bretanha na Argentina passaram a ser conduzidos pela embaixada da Suíça³³⁴ em Buenos Aires. Em Londres, a embaixada brasileira assumiu as responsabilidades dos negócios argentinos frente à Coroa britânica.³³⁵

É interessante notar que nas Nações Unidas houve uma divisão de opiniões entre os dois principais órgãos desta instituição internacional, o Conselho de Segurança e a Assembléia Geral.

A Assembléia Geral é um dos fóruns mais democráticos da Sociedade Internacional, no qual se reúnem todos os países membros da instituição. Neste lugar, todos os Estados têm o mesmo direito de voz e de voto. Entretanto, as resoluções da Assembléia Geral não possuem caráter cogente; ou seja, de impor sanções (diplomáticas, econômicas e de uso da força), mas sim de recomendar uma determinada postura política aos Estados membros. A efetividade das resoluções da Assembléia está na capacidade de constranger moral e politicamente, os Estados envolvidos em um determinado litígio ou que atentem contra os princípios da Sociedade Internacional, explicitados na Carta das Nações Unidas.

No que concerne à pesquisa, a questão da soberania sobre as ilhas Falklands/Malvinas foi tratada historicamente na Assembléia Geral, em especial

³³³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 3 de abril de 1982.

³³⁴ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 4 de abril de 1982.

pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas, o qual recomendou às partes uma negociação bilateral. Entretanto, nenhum acordo foi alcançado.³³⁵ Na Assembléia Geral houve uma tendência favorável à proposição Argentina, em razão do histórico dos processos de descolonização ocorridos sob a tutela da ONU e das marcas deixadas pelo Imperialismo europeu em diversos países membros, especialmente os da Ásia e da África. Entretanto, como as decisões da Assembléia Geral não possuem capacidade de impor sanção, sua efetividade na implementação foi, praticamente, nula.

O Conselho de Segurança é uma arena na qual se encontram os Estados com maior poder relativo. Uma das funções do Conselho de Segurança é discutir e deliberar sobre atos dos Estados que vão de encontro aos princípios e aos preceitos da Sociedade Internacional, os quais se encontram cristalizados no Direito Internacional e inscritos na Carta das Nações Unidas. O Conselho de Segurança tem a capacidade de impor, sanções aos Estados, que descumpram as resoluções do Conselho. É importante notar que cinco Estados são membros permanentes do Conselho (Estados Unidos, União Soviética (atual Rússia), China Continental, França e Inglaterra) e têm o direito de vetar as resoluções deliberadas pelo Conselho, tornando-as inválidas. Além dos cinco permanentes, fazem parte do Conselho de Segurança dez membros temporários, eleitos pela Assembléia Geral da ONU, os quais têm direito a voz e a voto, mas não a veto, sobre questões encaminhadas ao Conselho.

No dia 2 de abril de 1982, o Conselho de Segurança, à pedido da Grã Bretanha, iniciou uma reunião para discutir a questão das Falklands/Malvinas, que deliberou uma moção solicitando a ambos os países que agissem com moderação³³⁷.

Quando eclodiu a Guerra entre argentinos e britânicos, a ação argentina foi considerada contrária ao Direito Internacional. No dia 3 de abril de 1982, um dia após a invasão argentina, os membros do Conselho de Segurança, sob pressão

³³⁵ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 6 de abril de 1982.

³³⁶ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. *Op. Cit.* 1988. pp. 1-97.

³³⁷ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 02 de abril de 1982.

britânica nos bastidores³³⁸, aprovam a Resolução nº. 502³³⁹, baseada na proposta inglesa, por dez votos a favor (Estados Unidos, Inglaterra, França, Irlanda, Guiana, Togo, Zaire, Uganda, Jordânia e Japão) a um (Panamá) e foram registradas quatro abstenções (URSS, China, Espanha e Polônia). Esta resolução exigia a retirada das tropas argentinas das ilhas e o início das negociações.³⁴⁰

“Deeply disturbed at reports of an invasion on 02 April 1982 by armed forces of Argentina.

Determining that there exists a breach of the peace in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas).

1. Demands an immediate cessation of hostilities;
2. Demands an immediate withdrawal of all Argentine forces from the Falkland Islands (Islas Malvinas);
3. Calls on the Governments of Argentina and United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to seek a diplomatic solution to their differences and respect fully the purpose and principles of the Charter of United Nations.” (*United Nation Security Council Resolution 502*. www.un.org. Acessado no dia 17 de outubro de 2005)

Em suas memórias, Margaret Thatcher afirmou que as negociações para a aprovação do texto britânico pelo Conselho de Segurança da ONU, foram muito complicadas, dependendo muito da habilidade do diplomata britânico Tony Parson e da influência do , então, presidente da França, Mitterrand³⁴¹, pois:

“...The debate was bitter and complex. We knew that old anti-colonialist bias of UN would incline some Security Council members against us, were it not for the fact that there had been a flagrant act of aggression by the Argentinians. I was particularly grateful to President Mitterrand...France used her influence in UN to swing others in our favour....” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands:Argentina invades the Falklands* [Memoir Extracts]. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Posteriormente, por influência das proposições de alguns membros do Conselho de Segurança e da Secretária Geral das Nações Unidas, votou-se a

³³⁸ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands:Argentina invades the Falklands* [Memoir Extracts]. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

³³⁹ Ver anexo 3.

³⁴⁰ *JornalO Estado de São Paulo* do dia 04 de abril de 1982.

³⁴¹ Ver em: THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands:Argentina invades the Falklands* [Memoir Extracts]. www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

resolução nº. 505 no Conselho de Segurança, que externou grande preocupação com a situação nas ilhas Falklands/Malvinas e solicitou o cumprimento da resolução anterior.³⁴²

“The Security Council.
Reaffirming its resolution 502 (1982)
Noting with deep concern that the situation in the region of Falkland Island (Islas Malvinas) has seriously deteriorated.
Concerns to achieve, as a matter of greatest urgency, a cessation of hostilities and an end to the present conflict between the armed forces of Argentina and the United Kingdom;
(...)
3. Urges the parties to the conflict to co-operate fully with the Secretary-General in his mission with view to ending the present hostilities in and around the Falkland Island (Islas Malvinas);” (*United Nation Security Council Resolution 505*. www.un.org. Acessado no dia 17 de outubro de 2005)

Lembramos que as proposições contrárias aos interesses de Londres, encaminhadas ao Conselho de Segurança, foram vetadas pelos representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos.

A partir da publicação da resolução nº. 502, tanto Londres quanto Buenos Aires utilizaram um subterfúgio jurídico, o artigo nº. 51 da Carta das Nações Unidas, para respaldar suas ações bélicas.³⁴³ Ambos os países alegaram ter o direito à legítima defesa, como justificativa para não cumprirem, integralmente, a resolução nº. 502.

“ARTIGO 51 - Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.” (*Carta da ONU* <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, acessado no dia 17 de outubro de 2005. Grifo do autor).

A ONU, como já observamos, não conseguiu desempenhar um papel de mediação relevante neste conflito, pois, no princípio, a mediação do conflito foi

³⁴² Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 27 de maio de 1982.

conduzida pelo Departamento de Estado norte-americano e, quando o secretário geral da ONU, Perez-Cuellar, assumiu as negociações, a situação estava visivelmente deteriorada, limitando as possibilidades do diálogo entre as partes. Além do mais, qualquer iniciativa de envio de tropas internacionais em operações de manutenção de paz deveria ser autorizada pelo Conselho de Segurança, no qual a Grã-Bretanha possui cadeira cativa e, portanto, direito a veto sobre as resoluções da Assembléia Geral, onde a Argentina tem assento. Assim sendo, quaisquer ações da diplomacia argentina na Assembléia Geral das Nações Unidas, que visasse à legalização de seus atos político-militares, poderia ser barrada pela diplomacia britânica no Conselho de Segurança.

O Brasil atuou nas Organizações das Nações Unidas como um mero observador dos desenrolar dos acontecimentos, embora tenha participado das sessões do Conselho de Segurança, sem direito a voto³⁴⁴. O representante brasileiro no Conselho de Segurança, em sua intervenção, fez uma exposição sobre a posição brasileira, citando, em seu discurso, telegramas e mensagens enviados, ao longo do conflito anglo argentino, pelo governo brasileiro aos diversos atores da Sociedade Internacional. O embaixador brasileiro externava as preocupações brasileiras em relação a rápida evolução das engrenagens da violência³⁴⁵, solicitando o cumprimento da resolução 502 do Conselho de Segurança, pois, segundo o representante brasileiro, todos os membros da Sociedade de Estados seriam afetados de alguma forma pelo conflito. Assim, conclamava ao Conselho de Segurança a adotar medidas mais efetivas³⁴⁶; E, reiterava sua posição do Estado brasileiro de solidariedade à Argentina, culpando o Reino Unido pelos fracassos nas negociações:

“ O governo brasileiro, da mesma forma com que apoiou, através do seu Chanceler, os esforços de paz do Secretário Geral, não pode deixar de deplorar profundamente a interrupção desses esforços por parte do Reino Unido... ” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores.

³⁴³ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 26 de abril de 1982.

³⁴⁴ Ver. SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, 1988.

³⁴⁵ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Intervenção do representante do Brasil junto à ONU, perante o Conselho de Segurança daquela organização, em 21 de maio* .. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 67-68

³⁴⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Intervenção do representante do Brasil junto à ONU, perante o Conselho de Segurança daquela organização, em 21 de maio* . Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 67-68.)

Intervenção do representante do Brasil junto à ONU, perante o Conselho de Segurança daquela organização, em 21 de maio . Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 67-68.)

Uma consideração deve ser feita em relação às afirmações de alguns estudiosos que transpõem o conflito das Falklands/Malvinas para o cenário da Guerra Fria.³⁴⁷ Nem a União Soviética nem a China Continental forneceram apoios diplomáticos e militares efetivos à Argentina, embora esta, segundo rumores na época, houvesse feito um pedido oficioso de ajuda bélica e econômica³⁴⁸ para os países do bloco socialista. Nas decisões do Conselho de Segurança, por exemplo, os países comunistas abstiveram-se nas decisões mais relevantes, como a votação da resolução nº. 502, o que demonstra os limites das relações entre Moscou e os demais Estados Latino-Americanos.³⁴⁹

Posteriormente, o jornal *Folha de São Paulo*, do dia 11 de maio de 1982, reproduziu os argumentos principais para a recusa do apoio de Moscou e de seus aliados a Buenos Aires. Primeiro ponto, os soviéticos consideravam a Guerra das Falklands/Malvinas uma aventura; segundo, o Exército Vermelho auxilia somente países amigos. A Argentina não se enquadrava nesse aspecto pelo seu fervoroso combate aos dissidentes de esquerda; terceiro, Moscou não intervém em área estratégica de Washington; por fim, os argentinos não teriam tempo hábil de aprender a utilizar as armas soviéticas. Ademais, alguns interlocutores da Casa Branca deixaram claro que os Estados Unidos não aceitariam passivamente uma interferência soviética no continente americano³⁵⁰. O Bloco Comunista, a despeito de não ter interferido diretamente no conflito das Falklands/Malvinas, capitalizou politicamente com o desgaste dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Argentina, decorrentes do conflito, demonstrando à comunidade internacional algumas das fraquezas da solidariedade ocidental.³⁵¹ Basta lembrarmos que a Argentina reatou

³⁴⁷ WALSH, Marcelo Vieira. Op. Cit. 1997, pp. 54-77.

³⁴⁸ Jornal O Estado de São Paulo de 05 de maio de 1982.

³⁴⁹ VARAS, Augusto. *A União Soviética e as relações internacionais do Cone Sul*. In: MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1986. p. 231.

³⁵⁰ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 1º de maio de 1982.

³⁵¹ Editorial. *A solidariedade inexistente* do Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 17 de junho de 1982.

laços econômicos e diplomáticos com Cuba no meio do conflito.³⁵² A China comunista, por sua vez, manteve-se num silêncio sepulcral em relação ao conflito.

O poder Executivo dos Estados Unidos, guiado pelos seus princípios básicos de política externa (Segurança, Comércio e Ideologia),³⁵³ teve de administrar um forte desgaste em sua imagem, por terem sido ineficazes os esforços norte-americanos para evitar o confronto e por ter apoiado a Inglaterra de forma discreta no início³⁵⁴ e mais claramente no final do conflito³⁵⁵. A atitude da Casa Branca desagradou às autoridades argentinas, que acreditaram terem sido traídas por seu principal aliado.

“... O Secretário do Planejamento da Presidência, José Miret, que inclusive participou das negociações com o Secretário de Estado Haig, declarou hoje, significativamente, que existem agora maiores ressentimentos contra os norte-americanos do que contra os ingleses...” (Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 04 de Maio de 1982,. Classificação 900.2 (F27) (B22) nº. 1063, caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.2-3.)

Por outro, a primeira ministra britânica, conforme os documentos do Margaret Thatcher Foundation, expressou algumas vezes sua insatisfação com algumas das posições norte-americanas, como, por exemplo, às vésperas do ataque das tropas britânicas a Port Stanley, quando Ronald Reagan telefonou para Margaret Thatcher, solicitando que a primeira ministra abortasse a operação para discutir a proposta brasileira de paz para a questão das Falklands/Malvinas:

“The document shows Thatcher determined to delivery a crushing victory to avenge British losses. Her response to the peace initiative left the president stammering on the transatlantic hot line. At one Stage a clearly heated Thatcher demanded to know what Reagan would do if Alaska had been invaded and the United States have suffer casualties recapturing it...” (IAN-GLOVER, James. Reagan asked Thatcher to Stop Falkland War. *Sunday Times*, 8 March 1992. citado em THATCHER Foundation, Margaret. Reagan phone Call to Thatcher (urges ceasefire). www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

³⁵² *Jornal da Tarde* do dia 12 de abril de 1982.

³⁵³ FERREIRA, Oliveiros. *Segurança, comércio e ideologia*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). *Estados Unidos: visões brasileiras*. São Paulo: IPRI, 2000. pp. 239-260.

³⁵⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 4 de abril de 1982.

³⁵⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 1º de maio de 1982.

Em outro trecho do mesmo artigo, o autor, cita trechos da transcrição da conversa telefônica, em que Thatcher demonstra sua irritação ante a insistência de Reagan:

“You are surely not asking me, Ron, after we’ve lost some of our finest young men, you are surely no saying, that after Argentine withdrawal, that our forces, and our administration, become immediately idle? I had to go immense distance and mobilize half my country. I just had to go.” (IAN-GLOVER, James. Reagan asked Thatcher to Stop Falkland War. *Sunday Times*, 8 March 1992. citado em THATCHER Foundation, Margaret. Reagan phone Call to Thatcher (urges ceasefire). www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

Notamos, também, que a administração Reagan sofreu fortes pressões do Congresso dos Estados Unidos³⁵⁶ e de uma grande parcela da opinião pública,³⁵⁷ que defendiam abertamente uma posição pró Londres, em razão dos laços de amizade entre os dois países. Posteriormente, com o fracasso da mediação do secretário Haig, o Executivo dos Estados Unidos adotou uma posição amplamente pró Reino Unido, fornecendo armas, informações, dinheiro e equipamentos em condições especiais às tropas britânicas. Além disso, apertou o embargo econômico e financeiro a Argentina³⁵⁸. Diversos funcionários do corpo diplomático norte-americano, que estavam lotados em Buenos Aires, foram retirados devido ao clima de animosidade, após o fracasso da mediação norte-americana³⁵⁹.

A decisão do Palácio de San Martín em invocar o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), no final de abril, poucas horas após a saída do secretário Haig de Buenos Aires e o clima de animosidade nas relações das autoridades argentinas e norte-americanas foram alguns dos elementos cruciais para o fracasso da mediação e o término das boas relações entre a Casa Rosada e a Casa Branca³⁶⁰, chegando o Estado argentino a retirar seu embaixador de Washington³⁶¹ e os Estados Unidos evacuar todo corpo diplomático não essencial de Buenos Aires. Conforme relatado num telegrama da embaixada

³⁵⁶ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 30 de abril de 1982.

³⁵⁷ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 26 de abril de 1982.

³⁵⁸ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 1º de maio de 1982.

³⁵⁹ Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 04 de Maio de 1982., Classificação 900.2 (F27) (B22) n°. 1063, caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.3.

³⁶⁰ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 1 de maio de 1982

³⁶¹ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 5 de maio de 1982

brasileira na Argentina, cuja cópia foi encaminhada pelo Itamaraty para a representação diplomática do Brasil em Washington; um alto funcionário informou ao adido militar brasileiro que durante a Guerra anglo-argentina, Buenos Aires conheceria os seus “verdadeiros amigos”.

“Ao término da entrevista, ao ser acompanhado à saída do edifício do Comando-Chefe da Armada por um alto assessor do contra almirante, dele ouviu que ‘ O conflito estava servindo para medir os verdadeiros amigos da Argentina’...” (Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 05 de abril de 1982, citado em um Telegrama do Itamaraty para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 05 de abril de 1982. Urgentíssimo, caráter Secreto. p. 2. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – RJ. Grifo do autor).

Certamente, os Estados Unidos não estava entre eles, aliás, conforme a palavra de altas autoridades do governo argentino³⁶², o Brasil era o seu principal aliado.³⁶³

Percebemos que, conforme se esgarçavam os laços das relações entre a Casa Branca e a Casa Rosada, os Estados Unidos buscaram uma aproximação com o Brasil³⁶⁴, tendo vindo ao país o subsecretario de Defesa norte-americano Frank Carlucci, que, após uma série de reuniões com membros do alto-escalão do executivo anunciou à imprensa a possibilidade de inaugurar “uma nova fase” nas relações brasileiro-norte-americanas³⁶⁵, chegando, a se referir que seriam reatados os laços militares com os Estados Unidos³⁶⁶, que estavam estremecidos desde o governo Geisel³⁶⁷.

Neste clima de reaproximação diplomática, o presidente Figueiredo, no mês de maio de 1982, em pleno desenvolvimento dos choques entre as forças inglesas e as tropas argentinas; empreendeu uma viagem aos Estados Unidos para uma conversa franca e direta sobre diversos temas, entre os quais estavam tópicos relativos ao comércio e desenvolvimento. Os desdobramentos do conflito das

³⁶² *Jornal da Tarde de São Paulo* do dia 21 de maio de 1982

³⁶³ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 02 de maio de 1982

³⁶⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 11 de maio de 1982

³⁶⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 28 de abril de 1982

³⁶⁶ *Jornal do Brasil* do dia 28 de abril de 1982

³⁶⁷ Para maiores informações ver: VIZENTINI, Paulo F.. *Op. Cit.* 1998 & CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *Op. Cit.*, 2002.

Falklands/Malvinas, e suas conseqüências, porém, dominaram as conversas entre as delegações dos dois países.

“...Essa visita infelizmente para nós, acabou sendo centrada no episódio das Malvinas, ficando em segundo plano o temário bilateral. Não poderia deixar de ser assim.... .” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* São Paulo. 1992, p. 105.)

Divulgou-se na imprensa que o Brasil estava disposto a “vender caro”³⁶⁸ um apoio maior a política externa dos Estados Unidos. Não encontramos, porém, nenhum elemento que confirmasse esta especulação. Além do mais, a despeito do diálogo franco³⁶⁹ entre norte-americanos e brasileiros durante a viagem de Figueiredo e sua comitiva, as desconfianças brasileiras em relação ao “grande irmão” do norte persistiam entre algumas autoridades brasileiras, como o ministro da aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos³⁷⁰.

Paralelamente ao jogo político da Organização das Nações Unidas, as Diplomacias de ambos os Estados(Argentina e Reino Unido) respaldaram suas posições políticas no Direito Internacional de organizações regionais, no qual, propositadamente, a outra parte não possuía voz e nem advogados para defender seus pontos de vista. Dessa forma, os organismos internacionais regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA)³⁷¹ e a Comunidade Econômica Européia (CEE),³⁷² foram utilizados na estratégia para legalizar sanções contra o adversário.

Novamente a assimetria de poder prevaleceu nas relações internacionais. Os países europeus integrantes da CEE e da Commonwealth³⁷³ solidarizaram-se com o Reino Unido, aprovando e implementando sanções comerciais e econômicas aos produtos, às empresas e ao governo argentinos, o que causou

³⁶⁸ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 9 de maio de 1982

³⁶⁹ *Jornal do Brasil* do dia 12 de maio de 1982

³⁷⁰ *Jornal do Brasil* do dia 5 de maio de 1982

³⁷¹ A Organização dos Estados Americanos foi estabelecida como forma de aumentar a cooperação entre os Estados membros (todos os países das Américas, exceto Cuba). O principal tratado dessa organização é o de segurança coletiva e de assistência recíproca, conhecido como TIAR.

³⁷² A Comunidade Econômica Européia foi um bloco político econômico integrado por diversos países europeus (Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Portugal, Espanha, Áustria, Dinamarca, Grécia e Luxemburgo). A Comunidade Econômica precedeu e foi essencial para a formação da União Européia.

uma crise econômica na Argentina, gerando um prejuízo de aproximadamente USD 500 milhões de dólares/dia.³⁷⁴

“O Comércio da Argentina com a CEE representa aproximadamente, uma quarta parte dos totais exportados e importados por este país. Isso significa que a decisão comunitária – seguida por outra, argentina, em represália – afetará uma importante corrente comercial... “ (Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 13 de Abril de 1982. Classificação 800 (070) (B29) n°. 2145, MSG. OF 00793A , caráter Confidencial p. 1.)

As sanções européias, especialmente o embargo sobre a venda e a entrega de material bélico, afetaram consideravelmente a capacidade de combate da Argentina, pois a maior parte dos equipamentos das Forças Armadas argentinas era fornecida por empresas européias. Assim, quando as sanções entraram em vigor, as tropas argentinas ficaram sem suprimentos (munições, peças de reposição, entre outros) para as armas mais modernas.³⁷⁵

Contudo, esta solidariedade européia dependeu de uma contrapartida (*trade off*) britânica em assuntos relacionados à Comunidade Econômica Européia. A Diplomacia inglesa foi obrigada a rever suas posições contrárias, referentes ao aumento de incentivos à Política Agrícola Comum e ao aumento do desembolso britânico ao financiamento dos Estados europeus com economias menos desenvolvidas.³⁷⁶ Entretanto, o apoio às sanções não foi unanimidade entre os países europeus ocidentais. A Irlanda, a Itália e a Dinamarca colocaram-se contra o embargo à Argentina.³⁷⁷

A Argentina buscou contornar as sanções impostas através de operações comerciais triangulares, ou seja, todo o comércio exterior (importação e exportação) argentino com os países, que lhe impuseram sanções comerciais, era feito por terceiros países, como o Brasil³⁷⁸, utilizando-se, para tanto, empresas de

³⁷³ Fazem parte da Commonwealth a Grã-Bretanha e demais ex-colônias inglesas, tais como: Austrália, Canadá, África do Sul, entre outros Estados.

³⁷⁴ Dados da Marril Lynch, apud GODOY, Antônio Carlos de. *A economia, a arma mais poderosa dos britânicos*. Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 20 de abril de 1982.

³⁷⁵ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 11 de abril de 1982.

³⁷⁶ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 15 de maio de 1982.

³⁷⁷ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 16 de maio de 1982.

³⁷⁸ Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 27 de Abril de 1982. Classificação 661.333 (B46) 832 (B29) (B46) n°. 2200. MSG OF0096565A, caráter Confidencial p. 1-3.

“fachada”, ou “intermediários”, sediados no terceiro país, para a realização da operação.

Estas operações triangulares, entretanto, não conseguiram evitar o agravamento dos problemas econômicos argentinos, causados pelas sanções. Por fim, a pressão britânica sobre as companhias de logística internacional e a proximidade dos portos argentinos do teatro de operações, fizeram com que os custos dos fretes e dos seguros internacionais aumentassem muito, devido ao chamado risco de guerra “*War Risk*”³⁷⁹, o que inviabilizou o comércio argentino com outros países.

“A partir do próximo dia 24, a Argentina iniciará oficialmente um novo enfrentamento externo, que se dará agora no plano de fretes marítimos, devido à decisão do “LLOYD’S Register Shipping” de cancelar as apólices de seguro para navios que participarem com esse país (Argentina) e se internem na zona de exclusão de 12 milhas determinada pelo governo do Reino Unido

O “LLOYD’S Register Shipping”, segundo estimativas, controla cerca de 95 por cento dos contratos existentes sobre o tráfego marítimo na Atlântico Sul...

Como, conseqüência, uma outra modalidade de pressão externa desenvolveu-se contra o comércio exterior deste país, afetando um setor onde a dependência argentina da bandeira exterior para o transporte desses produtos é significativa... “ (Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, n.º. 1223, retransmitido do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada de Londres, no dia 18 de maio de 1982. Classificação 650 (B29) 900.2 (F27) (B12), n.º. 920, caráter Confidencial p. 1.)

Na área do comércio internacional, o Brasil teve uma postura de aproveitar as oportunidades ocasionadas pelo conflito. As empresas brasileiras buscaram ocupar o espaço deixado pelas empresas argentinas, em especial na área do “agro-negócio”³⁸⁰, nos mercados dos países da Europa, decorrente das sanções econômicas impostas pela Comunidade Econômica Européia. Por outro lado, os fabricantes de produtos manufaturados brasileiros se preocuparam em avançar nos setores no mercado argentino³⁸¹, anteriormente ocupados pelas indústrias européias. Entretanto, as exportações brasileiras para os clientes argentinos encontraram algumas dificuldades pela falta de reservas em moeda forte da Argentina, em razão das autoridades do Banco Central argentino pressionarem os

³⁷⁹ Jornal *Folha de São Paulo* de 16 de maio de 1982

³⁸⁰ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 07 de abril de 1982. & Jornal *do Brasil* do dia 30 de abril de 1982.

³⁸¹ Jornal *O Estado de São Paulo* de 04 de maio de 1982

bancos argentinos à não remeterem moeda forte para o pagamento de faturas comerciais no exterior.

“A Associação dos Exportadores Brasileiros manifestou ao Banco Central do Brasil preocupação com o fato, comunicado por empresa exportadora brasileira, de que bancos argentinos, atendendo a instruções superiores, estariam se recusando a receber de importadores locais pesos argentinos necessários à liquidação de cambiais a prazo aceito contra apresentação de documentos de embarque...” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada em Buenos Aires, no dia 25 de maio de 1982. Classificação 830 (B46) (B29) n.º 1154, caráter Confidencial p. 1)

Também, houve empresas, como a INTERBRÁS e o Grupo Mendes Juniors, que lucraram , através de operações comerciais triangulares entre companhias argentinas e outros Estados, impedidas de comercializar diretamente pelas circunstâncias do conflito anglo-argentino, como demonstra um documento diplomático que relata a entrevista com o Subsecretário de Comércio argentino, J. R. Caminotti e o representante local da Mendes Juniors:

“Na Ocasão , Caminotti fez uma apreciação sobre os efeitos do bloqueio comercial aplicado à Argentina,, podendo, entretanto, ser necessário triangular as exportações de “Corned Beef” através de frigoríficos brasileiros habilitados para o mercado inglês. Mencionou ainda que a Argentina poderia igualmente necessitar esse tipo de apoio para lã e sucos de frutas cítricas se o boicote estender-se além dos 31 dias previstos.” (Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 27 de Abril de 1982. Classificação 661.33 (B46) 832 (B29) (B46) n.º 2200, MSG. OF 00965A , caráter Confidencial p. 1)

Algumas das negociações de operações triangulares de grande vulto, cujas empresas brasileiras foram às intermediárias, foram acompanhadas por membros do corpo diplomático brasileiro, como revela o telegrama³⁸²:

“...a Missão Econômica do Irã durante a visita ao Brasil, iniciou negociações, por intermédio da INTERBRÁS, de 150 mil toneladas de farelo de soja, 100 mil toneladas de óleo de soja, 70 mil toneladas de açúcar, 60 000 caixas de “corned beef” e 175 mil toneladas de produtos siderúrgicos, sob operação eventualmente vinculada à compra de petróleo. Há ainda boas perspectivas nos setores de produto avícolas e pecuários, papel e celulose e manufaturados. Por isso, agradeceria que

³⁸² Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada em Buenos Aires, no dia 25 de Maio de 1982. Classificação 800.3 (E9) (B46) 800.3 (E9) (B29) n.º 1155, caráter Confidencial p. 1.

Vossa Excelência procurar acompanhar, na medida do possível, outros desenvolvimentos em decorrência da visita daquela Missão a esse país, (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada em Buenos Aires, no dia 25 de Maio de 1982. Classificação 800.3 (E9) (B46) 800.3 (E9) (B29) n.º. 1155, caráter Confidencial p. 1)

Infelizmente, as relações comerciais brasileiras com os países banhados pelo Oceano Pacífico sofreram alguns efeitos negativos com o conflito, ocasionado pelo aumento do valor do frete e do seguro internacional de transporte³⁸³, chegando a inviabilizar alguns negócios³⁸⁴, pois algumas das principais rotas marítimas, que ligam os países da Ásia e da Oceania ao Brasil, passam pelo estreito de Magalhães.

As sanções britânicas também atingiram os bens do Estado argentino, e de seus funcionários, na Inglaterra, que foram tornados “indisponíveis”, até a resolução da crise das Falklands/Malvinas, o que causou um certo mal estar na “city” londrina³⁸⁵. A representação diplomática brasileira em Londres esforçou-se em reverter à situação, acertando que os “haveres” argentinos, como pessoal e serviços, fossem cobertos pela embaixada brasileira, que foi reembolsada, com um depósito do equivalente gasto em uma conta aberta em Paris.

“...comunico que o embaixador Alberto Dumont, chefe do Departamento das América do Sul do Palácio de San Martín, esclareceu-me que a embaixada argentina em Paris foi instruída no sentido de, em coordenação com a embaixada brasileira naquela capital providenciar a transferência para Londres de Fundos Destinados ao pagamento das remunerações relativas ao 2º trimestre dos funcionários argentinos que permanecem na capital britânica...” (Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores (D. A. A.), no dia 22 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n.º. 898, , caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

No campo financeiro, a atuação brasileira foi discreta, e, por vezes, guiados por interesses contraditórios. O Estado brasileiro possui no setor financeiro uma pequena margem de manobra. De um lado as autoridades brasileiras estavam

³⁸³ No Jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de maio de 1982, algumas autoridades já sinalizam com a necessidade da mudança de rotas comerciais, em caso de conflito.

³⁸⁴ Jornal *O Estado de São Paulo* de 19 de maio de 1982.

³⁸⁵ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores, no dia no dia 07 de Abril de 1982, citado em um telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires), no dia 07 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n.º. 378, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1

cientes da importância da praça financeira de Londres, onde, na época, se havia negociado 1/3 do total dos empréstimos internacionais, privados e públicos, tomados pelo Brasil³⁸⁶, e da dependência do país dos capitais externos para fechar as contas da balança de pagamentos. Segundo dados da época, o Estado brasileiro necessitava de 14 bilhões de cruzeiros, e havia conseguido, até aquele momento, 7 bilhões³⁸⁷. Além do mais, A Argentina tentou também fazer uma pressão econômica sobre o Reino Unido, ameaçando não pagar sua dívida externa de 32 bilhões de dólares, sendo 20 bilhões adquiridos em operações comerciais na praça financeira de Londres³⁸⁸, o que gerou boatos de crise financeira em Londres³⁸⁹, no entanto, não houve maiores problemas.

Em 12 de abril de 1982, autoridades do ministério do Planejamento brasileiro afirmam que estava sendo preparado um plano de ajuda econômica à Argentina³⁹⁰, sendo inclusive difundido pela imprensa brasileira, que o embaixador Roberto Campos já havia notificado as autoridades britânicas sobre o auxílio econômico³⁹¹, o que vinha ao encontro da notícia divulgada anteriormente com as diretrizes da ação internacional brasileira, em caso de conflito³⁹².

O anúncio por parte de algumas autoridades do governo brasileiro, de que o Estado brasileiro preparava um plano de ajuda econômica a Argentina foi feita anteriormente a viagem do ministro do planejamento, Delfim Netto, à Londres, cujos objetivos eram acalmar investidores e levantar empréstimos para o país. Assim, dias antes da viagem, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, junto com o Itamaraty desmentiram a notícia da ajuda econômica brasileira à Argentina, dada, inicialmente³⁹³. A viagem do ministro Delfim foi cuidadosamente planejada pela embaixada brasileira em Londres e pela assessoria do ministério do Planejamento,

³⁸⁶ *Jornal o Globo do dia 4 de abril de 1982*, citado em Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a de Embaixada de Londres, no dia 04 de maio de 1982, Classificação 900 (F27) (B22) 690.4 (B46) (F27) n.º. 779, caráter Confidencial p. 1.

³⁸⁷ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 27 de abril de 1982.

³⁸⁸ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 08 de abril de 1982

³⁸⁹ *Jornal da Tarde* do dia 14 de abril de 1982

³⁹⁰ *Jornal do Brasil* do dia 12 de abril de 1982.

³⁹¹ *Jornal do Brasil* do dia 12 de abril de 1982.

³⁹² *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 11 de abril de 1982.

³⁹³ *Jornal do Brasil* do dia 13 de abril de 1982.

tendo sido agendadas encontro com autoridades governamentais britânicas³⁹⁴, especialmente o Secretário de Comércio do Reino Unido, Lord Cofkfield, e representantes financeiros.

O grande temor brasileiro pelo que percebemos pelos telegramas da embaixada de Londres para o Ministério das Relações Exteriores, foi o medo da interrupção dos fluxos financeiros para o país, visto que um terço da dívida externa brasileira fora negociada por intermédio da *City*. A comunidade bancária internacional encontrava-se preocupada com o desenrolar da situação entre Grã Bretanha e Argentina, e seus reflexos no mercado do “euro-dolar”³⁹⁵. Ademais, como vimos, a imprensa divulgou números preocupantes referentes a necessidades do país para cobrir a balança de pagamentos em 1982³⁹⁶.

“...Informo. A city continuou exibindo sinais de nervosismo ante a crise das Malvinas, tendo inclusive alguns bancos brasileiros, com agências em Londres, revelado certa dificuldade em obter recursos para operações de rotina, ao que parece o Banco Real teria sido o mais atingido por tais dificuldades. Esta embaixada esta analisando a natureza e os fatores determinantes desse comportamento...” (Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores, no dia no dia 07 de Abril de 1982, citado em um telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires), no dia 07 de Abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) n°. 378, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

A viagem do ministro Delfim Netto para Londres e suas visitas aos bancos, acompanhada da presença do embaixador Roberto Campos, realizada entre os dias 14 e 19 de Abril de 1982, obteve um sucesso relativo, pois, os representantes brasileiros diminuíram o temor da escassez de crédito para o Brasil, ocasionados

³⁹⁴ Telegrama enviado da Embaixada de Londres para o Ministério das Relações Exteriores no dia 07 de Abril de 1982, Classificação 400 (B46) (F27) MSG OF 00359Z n°. 1822, caráter Confidencial p. 1; Telegrama enviado da Embaixada de Londres para o Ministério das Relações Exteriores no dia 08 de Abril de 1982, Classificação 400 (B46) (F27) MSG OF 003692 caráter Confidencial p. 1-2. & Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a de Embaixada de Londres, no dia 12 de Abril de 1982, Classificação 400 (B46) (F27) n°. 418, caráter Confidencial p. 1.

³⁹⁵ Telegrama enviado da Embaixada Brasileira nos Estados Unidos para o Ministério das Relações Exteriores, citado pelo telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a de Embaixada de Londres, no dia 05 de maio de 1982, Classificação 900 (F27) (B22) n°. 811, caráter Confidencial p. 1.

³⁹⁶ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 27 de abril de 1982.

pelos efeitos negativos da posição brasileira de apoio à Argentina, tendo conseguido tomar uma importante soma de empréstimos bancários³⁹⁷.

“Pude verificar, nos contatos bancários que manteve hoje o ministro do planejamento, a imagem razoavelmente favorável de que continua a desfrutar a política econômico-financeira do governo brasileiro, a despeito do nervosismo atual do mercado, em consequência da Crise das Malvinas...” (Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 15 de Abril de 1982. Classificação 400 (B46) (F27) n.º. 898, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

Ao longo do conflito das Falklands/Malvinas, o Itamaraty temeu claramente uma ação do governo britânico com relação à questão da dívida brasileira com a city londrina, que poderia prejudicar a economia brasileira:

“...parece claro tratar-se de um esforço concentrado da parte britânica de soltar notícias com insinuações potencialmente negativas para os interesses econômicos do Brasil. Não tenciono por enquanto providências quanto ao assunto junto à parte britânica. Estarei, entretanto, atento à evolução do assunto, e nesse sentido rogo faça Vossa Excelência o mesmo.” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Londres, no dia 04 de maio de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B46) 690.4 (B46) (F27) n.º. 779, , caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 3)

Apesar do Brasil ter conseguido alguns empréstimos internacionais, que estes foram insuficientes para cobrir o déficit da balança de pagamentos, conforme aponta o relatório do Banco Central de 1982, que descreve a guerra das Falklands/Malvinas como um dos motivos da redução do fluxo de crédito internacional ao Brasil, e a conseqüente crise financeira brasileira.

“ O ano de 1982 foi marcado por uma profunda mudança no comportamento do sistema financeiro internacional, que sofreu impactos negativos e cumulativos da guerra do Atlântico Sul e da eclosão da crise mexicana, que vieram se sobrepor a um quadro de perspectivas pessimistas sobre a economia mundial.” (BRASIL, Banco Central do Brasil. *Economia Brasileira*. Relatório do Banco Central do Brasil. Brasília. Ed. Departamento Econômico. Vol. 19. Fevereiro de 1983. n. 2.p. 17)

³⁹⁷ Telegrama enviado da Embaixada de Londres para o Ministério das Relações Exteriores no dia 15 de Abril de 1982, Classificação 400 (B46) (F27), caráter Confidencial p. 1-2

A Argentina, na arena política internacional, obteve, no decorrer da crise, o apoio diplomático dos países latino-americanos e de alguns Estados africanos e asiáticos, que eram muito influenciados pelas suas histórias de lutas pela independência e contra o colonialismo europeu. Porém, essa ajuda não se tornou uma ação efetiva em termos políticos, econômicos e militares, pois esses países, em sua grande maioria, dependiam da praça e do mercado de Londres para o fechamento de seus balanços de pagamentos.

A OEA (Organização dos Estados Americanos) foi o principal Fórum Multilateral em que a Diplomacia de Buenos Aires buscou apoio. Apesar dos apelos da Casa Branca, a Casa Rosada invocou o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), tentando atrair os países americanos à causa argentina, sendo parte de uma estratégia de rompimento do isolamento internacional argentino³⁹⁸.

No dia 05 de abril de 1982, o ministro das relações exteriores da Argentina, Sr. Nicanor Costa Mendes, compareceu a OEA e expôs a posição argentina, não descartando, na época, a invocação do TIAR. Em 08 de abril de 1982, três dias depois da declaração do chanceler da Argentina, o conselho permanente se reuniu extraordinariamente para discutir a moção oferecendo a mediação no litígio anglo-argentino. Entretanto, os membros da OEA decidiram por apoiar os esforços do secretário norte-americano³⁹⁹.

Em 19 de Abril de 1982, a Argentina solicita a convocação do órgão de consulta do TIAR⁴⁰⁰. A invocação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca pela Argentina foi realizada apenas 3 (três) horas após a partida do Secretário de Estado norte-americano de Buenos Aires⁴⁰¹, baseado no artigo 3º.

- “g) The American States condemn war of aggression: victory does not give rights;
- h) An act of aggression against one American State is an act of aggression against all the other American States.” (OAS Charter, www.oas.org. acessado dia 18 de outubro de 2005)

³⁹⁸ Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores no dia 29 de Abril de 1982. Caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1.

³⁹⁹ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 158.

⁴⁰⁰ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 162.

A invocação do TIAR com base nos dispositivos do artigo 3º, que contou com o apoio de dezoito países, tendo, incluindo o Brasil, três ainda abstenções⁴⁰². Esta invocação abriu uma longa discussão entre as diversas personalidades eminentes personalidades - políticas e acadêmicas - sobre quem seria o “verdadeiro” agressor. Na opinião da diplomacia brasileira, o agressor era a Grã Bretanha, sendo válida a invocação do TIAR pela Argentina:

“...o governo brasileiro associou-se as gestões de protesto feitos pela República da Argentina junto ao Governo inglês. Para nós, a situação foi desde o começo, vista como uma ocupação “de facto”. Com o passar do tempo, nenhum laudo arbitral, nenhuma sentença judiciária ou tratado veio dar validade jurídica à ocupação britânica ... dentro da solidariedade e cooperação interamericanas a que estamos obrigados e de somos defensores. Foi sob orientação desses princípios, característicos do TIAR, que a Argentina pediu a convocação desta Reunião...”(BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro na Comissão Geral da XX reunião de consulta, em Washington, em 26 de abril*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 65.)

A primeira sessão da XX reunião de chanceleres, para tratar da questão das Falklands/Malvinas à luz do TIAR, ocorreu em Washington, de dia 26 até 29 de abril de 1982; quando os países americanos, após longas discussões, votaram a proposta brasileiro-peruana⁴⁰³, a qual incitava a Argentina e ao Reino Unido a resolverem pacificamente o problema das Falklands/Malvinas, reconhecia a soberania argentina sobre o arquipélago, congelava o *status quo*⁴⁰⁴, e, por fim, deplorava a adoção das sanções econômicas por parte dos países integrantes da CEE⁴⁰⁵. A diplomacia argentina foi grata ao apoio brasileiro, sem o qual, a proposta favorável à Argentina não teria sido aprovado por ampla margem⁴⁰⁶. O teor do

⁴⁰¹ *Jornal da Tarde* do dia 20 de abril de 1982.

⁴⁰² Segundo SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. *Op cit* 1988., votaram a favor da proposta da análise pela reunião de consulta dos chanceleres dos países membros da OEA (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru., República Dominicana, Uruguai e Venezuela), abstiveram-se (Colômbia, Estados Unidos e Trinidad Tobago). Neste texto, na página 160, Souza afirma que grande parte, quase a totalidade, dos países americanos participantes da Commonwealth não haviam ratificado o tratado do TIAR.

⁴⁰³ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 170.

⁴⁰⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 28 de abril de 1982.

⁴⁰⁵ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 172- 173.

⁴⁰⁶ Ver: Telegrama enviado da Embaixada do Brasil de Londres para o Ministério das Relações Exteriores no dia 15 de Abril de 1982, Classificação 400 (B46) (F27), caráter Confidencial p. 1-2

texto final do encontro de chanceleres agradou a opinião pública e as autoridades argentinas:

“... a imprensa não deixou de assinalar que os países latinos americanos , com a sua ação solidária, modificaram o quadro de isolamento internacional da Argentina, que ficara patente , como bem sabe vossa excelência, quando da votação da resolução 502 no Conselho de Segurança da ONU...Em entrevista concedida em Washington a um canal de televisão local, o chanceler Costa Mendez ,... assinalou, também, seu grande contentamento pelo apoio recebido por parte dos países recebidos por parte dos países da América Latina...Essa manifestação de Costa Mendez espelha a opinião de influentes analistas locais de que a Argentina, nesta hora do Grande Teste, em que se revelariam seus verdadeiros amigos...” (Telegrama enviado da Embaixada em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 29 de Abril de 1982., caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

No encontro subsequente de consulta entre os chanceleres dos países membros do TIAR, na Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado entre os dias 27 e 29 de maio de 1982 , para se discutir a questão das Falklands/Malvinas, a despeito da posição extrema da Argentina, visto a deterioração das relações anglo-argentinas, a deliberação aprovada pela reunião de ministros das relações exteriores, baseada na proposta “moderada” apresentada pelo Brasil e pelo México; condenava o emprego da força pelo Reino Unido; reiterava a solicitação de fim das hostilidades; colocava a culpa nas autoridades de Londres pelo fracasso das negociações de paz; incitava os Estados Unidos a rever sua ajuda as forças da coroa inglesa; condenava as sanções da Comunidade Econômica Européia, e, por fim, incitava os Estados membros a apoiar a Argentina.⁴⁰⁷

“Em seguida a resolução solicitou aos Estados que integram o TIAR que prestem à Argentina ”o apoio que cada qual julgue apropriado, para presta-lhe assistência ante a grave situação, e que se abstenham de qualquer ato que possa prejudicar esse objetivo”, esclarecendo que “se for o caso, tal apoio poderá dar-se com a coordenação adequada...” (SOUZA, Ielbo Marcus Lobo.: *Op. Cit.*, 177)

⁴⁰⁷ SOUZA, Ielbo Marcus Lobo, *Op. Cit.* 1988. p. 176-717

Neste encontro da OEA, o Estado Brasileiro reiterou o desejo do cumprimento integral da resolução 502 do Conselho de Segurança e o apoio à Argentina da questão das Falklands/Malvinas. O representante brasileiro destacou, ainda, as ações do Brasil na arena externa para evitar o conflito anglo-argentino, em especial as comunicações enviadas para a Grã Bretanha, para a Argentina, para o Secretário Geral da ONU e para o Conselho de Segurança. Além de destacar a importância do tópico das Falklands/Malvinas nas discussões bilaterais entre os Estados Unidos e o Brasil, durante os encontros presidenciais em maio, nos Estados Unidos. Por fim, justificou a ação diplomática brasileira no sentido de moderar a resolução do encontro de chanceleres, que se realizou sem a presença do ministro das relações exteriores do Brasil⁴⁰⁸, demonstrando os limites do apoio brasileiro a causa argentina:

“A delegação brasileira abdicou de certas precisões conceituais e formais que, ao ver de meu Governo, contribuíram para melhor equacionar o problema a fim de angariar apoio mais amplo a decisão que acabamos de tomar.

...

Desejamos preservar para juízo da História e das novas gerações das Américas o legado de um Continente que institucionalizou, mediante tarefa quase centenária, os ideais originais de um sistema alicerçado no espírito da cooperação solidária e da solução pacífica de controvérsias.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Explicação do voto brasileiro na resolução nº. II da XX reunião do órgão de consulta do tiar, em 29 de maio*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 70.)

Em outras palavras, o Brasil não apoiou a proposta argentina por considerá-la demasiada extremada, o que colocaria em risco a existência da Organização dos Estados Americanos, pois poderia afastar politicamente seu principal membro, os Estados Unidos. Afinal, como afirmou Saraiva Guerreiro, a solidariedade brasileira não era absoluta⁴⁰⁹ para com a Argentina, e, que o Estado brasileiro não assumiria compromisso militar com o país vizinho⁴¹⁰

A Aladi (Associação Latino- Americana De Integração), com o apoio brasileiro, também condenou as sanções europeias, e, pediu o fim do embargo⁴¹¹

⁴⁰⁸ *Jornal Folha de São Paulo do dia 25 de maio de 1982.*

⁴⁰⁹ *Jornal Folha de São Paulo do dia 06 de maio de 1982*

⁴¹⁰ *Jornal Folha de São Paulo do dia 20 de abril de 1982*

⁴¹¹ *Jornal da Tarde dia 20 de abril de 1982.*

e a resolução pacífica da controvérsia das Falklands/Malvinas. Ressalta ainda que os países latino fizeram gestões contra o embargo da Comunidade Económica Europeia nos encontros do GATT (General Agreement on Trade and Tariffs), que não tiveram nenhum resultado prático.

Destacamos, também, que a Venezuela, o Peru e a Bolívia foram os países que mais defenderam e apoiaram abertamente o uso da força pelo Estado argentino. Coincidentemente, esses países possuíam litígios fronteiriços não resolvidos com Chile (Peru e Bolívia) e com a Inglaterra (Venezuela). Todos esses países pareciam aceitar o uso da força como forma de resolver os problemas fronteiriços, o que poderia transformar a América do Sul em uma zona intensa de conflitos de média intensidade. Destacamos, também, que a Diplomacia norte-americana não participou ativamente nos debates do conselho de chanceleres, não enviando os principais representantes às mesas de discussão,⁴¹² no intuito de esvaziar o encontro.

A invocação do TIAR e a radicalização das partes com o início do confronto bélico foram alguns dos motivos que determinaram o fim da mediação dos Estados Unidos sobre o assunto, o que gerou um profundo desgaste nas relações políticas entre a grande potência do norte e os demais países americanos, pois segundo Ayerbe:

“...colocou manifesto a parcialidade dos Estados Unidos na defesa do sistema interamericano, apenas válido quando se trata de respaldar ações favoráveis à sua política externa.” (AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a Construção da Hegemonia*. Editora UNESP: São Paulo, 2002...: 2002,p.210.)

Contudo, essa crítica não é inteiramente válida, pois o Sistema Interamericano de Defesa não foi arquitetado e construído como instrumento para combater ao colonialismo europeu nas Américas e nem como aliança ofensiva contra países do mundo ocidental, mas sim, como uma aliança defensiva contra uma potencial ameaça ao sistema interamericano, a qual foi identificada com o marxismo-leninismo⁴¹³.

⁴¹² Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 28 de abril de 1982.

⁴¹³ PINO, Ismael Moreno. *Derecho y Diplomacia em las relaciones interamericanas*. Ciudad de México, México. Fondo de Cultura Económica. 1999. p. 367.

No viés militar do conflito anglo-argentino, a esquadra britânica, designada para a missão de retomada das ilhas Falklands/Malvinas, foi composta por uma ampla diversidade de embarcações, entre as quais destacavam-se os porta-aviões Hermes e Invincible, os quais foram cruciais nas operações de reconquista. O esforço britânico de guerra contou com parte da marinha mercante britânica,⁴¹⁴ responsável pelo transporte de suprimentos, e com navios transatlânticos de luxo, que transportavam os militares, sendo todos requisitados pelo Estado inglês. A marinha real britânica estabeleceu uma linha de exclusão de 200 milhas (320 km) das ilhas Falklands/Malvinas, ameaçando empregar a força contra quaisquer navios argentinos, que estivessem dentro do limite estabelecido pelas autoridades de Londres⁴¹⁵.

A Força Tarefa realizou uma das operações logísticas mais impressionantes da história naval, tendo como principal ponto de apoio às operações militares e a base norte-americana de Ascensão, que se localiza na costa africana, há milhares de quilômetros da zona de conflito.

Os submarinos nucleares foram utilizados para manter a marinha argentina longe do teatro de operações do conflito, alguns navios foram afundados pelos submarinos britânicos, entre eles estava o cruzador Belgrano, em 03 de maio de 1982, causando um grande número de mortos. Aliás, o afundamento do cruzador Belgrano foi realizado fora da área de exclusão do conflito. As autoridades britânicas defenderam-se, afirmando que a decisão do ataque foi estritamente militar⁴¹⁶, pois:

“The whole group was sailing on the edge of Exclusion Zone. We had received intelligence about aggressive intentions of the Argentine fleet.... .” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Decision to sink the Belgrano* [memoirs extract] . www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

⁴¹⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 22 de abril de 1982 & *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 01 de junho de 1982 .

⁴¹⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 09 de abril de 1982.

⁴¹⁶ THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Decision to sink the Belgrano* [memoirs extract] . www.margarethatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

Após o naufrágio do cruzador Belgrano, a pressão internacional sobre a Grã Bretanha para a saída negociada aumentou, no entanto, não suficiente para demover a determinação do governo britânico em recuperar pela força o arquipélago das Falklands/Malvinas.

“However, the shocking loss of life caused us many problems because it provided a reason –or in some cases perhaps an excuse - for breaks in the ranks among the less committed of our allies: it also increased pressure on us at the UN...” (THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. *Falklands: Decision to sink the Belgrano* [memoirs extract] . www.margareththatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005)

A tropa de desembarque foi composta por forças treinadas e equipadas pela OTAN, além de forças de elite, entre elas os Kurkhas, que desempenharam um importante papel na retomada do arquipélago. O general Mario Benjamin Menendez, comandante chefe das forças de ocupação das ilhas Falklands/Malvinas, avaliou, em entrevista a revista *Veja* do 18 de agosto de 1982, posteriormente ao conflito, o desempenho das forças armadas britânicas:

“Realmente são profissionais muito bons, com equipamentos sofisticados, tecnologicamente avançados, como seria de esperar de forças que fazem parte da OTAN. Eles estavam preparados para enfrentar nada menos que a URSS.” (MENENDEZ, Mario Benjamin. *Moral da derrota*. Revista *VEJA* de 18 de agosto de 1982, p. 45.)

Por outro lado, a espinha dorsal da defesa argentina no arquipélago era composta pelos mais de 10 (dez) mil homens do Exército, na sua grande maioria recrutas sem experiência de combate prévia, e a da Aviação argentina, cujos equipamentos principais eram os aviões *Mirage* e *Skyhawks*. A grande protagonista no início do conflito, Marinha argentina, de tradição britânica⁴¹⁷, afastou-se da “zona de Guerra”⁴¹⁸. Os navios navegaram, num primeiro momento, ao longo da costa da Argentina, e, realizaram missões de patrulha próximas a área de exclusão. Depois do afundamento do cruzador *General Belgrano*, as principais naus de guerra argentina ficaram confinada aos portos, receando os ataques ingleses, em especial dos submarinos atômicos.

⁴¹⁷ *Jornal do Brasil* do dia 19 de abril de 1982

⁴¹⁸ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 12 de abril de 1982

A Marinha argentina e a aviação de carga não conseguiram estabelecer uma rota de suprimentos entre o continente e o arquipélago das Falklands/Malvinas⁴¹⁹ a salvo dos ataques britânicos, deixando um grande número de soldados, sediados nas ilhas, sem a devida alimentação, vestimentas e munições para enfrentar as intempéries climáticas⁴²⁰ e os combates intensos⁴²¹. Muitos soldados tiveram congelamento parcial de membros, o que refletiu na “moral” da tropa⁴²² e no número de baixas argentinas. As forças terrestres argentinas também não possuíam equipamentos nem treinamento para combates noturnos contras as tropas do Reino Unido, em razão de não terem tido a instrução e os materiais adequados para tais circunstâncias.

“Sobre a mesa de um coronel do comando-em-chefe do Exército,, na semana passada, repousava um recorte de jornal com a declaração de um soldado que dizia: “Eu voltaria com gosto para lutar pelas Malvinas – mas com um fuzil que funcionasse”. Sabe-se, hoje, que muitas armas enviadas às ilhas, principalmente fuzis e pistolas, estavam em péssimo estado.” (NADER, Alceu. *Rompe-se o dique*. Revista VEJA de 30 de junho de 1982, p. 36.)

Apesar da “relativa” proximidade territorial, quando comparado com a Grã Bretanha, e dos equipamentos modernos que a Força Aérea argentina possuía, não se conseguiu estabelecer uma supremacia aérea sobre a RAF (*Royal Air Force*), em razão das localizações das bases aéreas e da autonomia de vôo dos aviões argentinos, que permitiam cerca de 10 a 15 minutos de combate contra as Armas reais, dando à Força Tarefa britânica uma vantagem incomparável e determinante para o resultado do embate. Ademais, a tecnologia embarcada nas aeronaves britânicas era superior a existente nos aviões argentinos. Mesmo assim, os aviões argentinos lograram impor importantes danos a força tarefa, seja pelo afundamento de naus de guerra como, por exemplo, o “Sheffield”, em 04 de maio de 1982⁴²³, “Ardent”, “Antílope”⁴²⁴, a embarcações de transporte Atlantic Convey, entre outras; Seja pelas baixas britânicas ocasionadas durante o

⁴¹⁹ *Jornal do Brasil* do dia 16 de maio de 1982

⁴²⁰ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 01 de junho de 1982.

⁴²¹ *Revista Veja* de 30 de junho de 1982.

⁴²² *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 26 de maio de 1982

⁴²³ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 05 de maio de 1982.

⁴²⁴ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 25 de maio de 1982.

desembarque britânico pelas desesperadas missões aéreas argentinas, cujo objetivo era evitar a construção de uma “cabeça de ponte” nas ilhas. Há quem afirme que caso a arma aérea da Argentina tivesse mais e melhores equipamentos e uma logística um pouco favorável, a história do conflito poderia ser outra, que não a vitória britânica.

A operação militar britânica de retomada das ilhas contou com as seguintes fases: A primeira foi à ocupação da ilha Geórgia do Sul no dia 25 de abril de 1982⁴²⁵; A segunda foi o prolongado cerco às ilhas Falklands/Malvinas, utilizando-se a aviação para bombardeio das posições argentinas, e, o desembarque de comandos nas ilhas, em operações de sabotagem e reconhecimento⁴²⁶, contando com o apoio da dos kelpers para as ações⁴²⁷; A terceira foi o desembarque marítimo das forças terrestres britânicas no Estreito de San Carlos, no dia 21 de maio de 1982⁴²⁸, distante das principais linhas de defesas argentinas. Embora a “cabeça de praia britânica” ter sido fortemente castigada pela força aérea argentina, tendo inclusive ataques suicidas⁴²⁹, não conseguiu destruí-la⁴³⁰; A quarta foi o ataque, com forte apoio aéreo, aos flancos da tropa de defesa. A quinta foi à tomada de Porto Stanley⁴³¹, após o vencimento do ultimato britânico⁴³².

No dia 14 de junho de 1982, o comandante das Forças Armadas argentinas nas ilhas, General Menendez⁴³³, assinou os termos de rendição, um dia após as tropas britânicas ocuparem a capital do arquipélago Falklands/Malvinas, encerrando um triste episódio da história sul-americana. Assim, a bandeira da *Union Jack* (bandeira símbolo da Grã-Bretanha) voltou a tremular solitária nas ilhas Falklands/Malvinas, após 74 (setenta e quatro) dias de conflito.

No âmbito militar, a ajuda brasileira à Argentina foi mais ampla, tendo, no início do embate anglo-argentino, negado o pedido da embaixada britânica de

⁴²⁵ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 26 de maio de 1982

⁴²⁶ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 16 de maio de 1982

⁴²⁷ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 18 de maio de 1982

⁴²⁸ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 22 de maio de 1982

⁴²⁹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 25 de maio de 1982

⁴³⁰ *Jornal do Brasil* do dia 24 de maio 1982

⁴³¹ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 07 de junho de 1982.

⁴³² *Jornal do Brasil* do dia 03 de junho de 1982.

⁴³³ *Jornal do Brasil* do dia 15 de junho de 1982.

utilizar sua influência junto à Argentina⁴³⁴ e de utilização dos portos brasileiros pelas belonaves integrantes da força tarefa britânica⁴³⁵, o que vinha ao encontro da pressão da Argentina⁴³⁶, mas, desagradando os funcionários do Foreign Office⁴³⁷. O Brasil, somente, acolheu uma embarcação britânica integrante da força tarefa que carregava feridos em Estado grave, os quais fariam um tratamento médico e hospitalar no Rio de Janeiro⁴³⁸. A permissão, segundo o Itamaraty, foi por motivos humanitários⁴³⁹.

“3. O governo brasileiro decidiu, por motivos humanitários, conceder a autorização para o ingresso do HMS Herald no Porto do Rio de Janeiro.” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, no dia 17 de maio de 1982. 900.2 (F27) (B22) 940 (B29) (F27). n.º 1073, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

No decorrer do conflito, as forças armadas brasileiras tomaram uma atitude estranha. De um lado, a marinha mobilizou grande parte de suas embarcações e realizou um exercício nos mares do sul do Brasil, para demonstrar força, acompanhando a distância a passagem da força expedicionária britânica pelo Atlântico Sul⁴⁴⁰. O exército aquartelou parte do seu contingente do 3º Exército, para quaisquer eventualidades⁴⁴¹. Por outro, as altas autoridades militares, como o ministro da marinha, Almirante Maximiliano da Fonseca, afirmavam que o país não teria condições materiais⁴⁴² de se defender em caso de ataque ao litoral brasileiro⁴⁴³, o que expressava claramente uma grave falha no plano de Defesa Nacional. Afinal, como afirmou o editorial do *Jornal do Brasil*, *Frente Exposta*, do dia 15 de maio de 1982.

⁴³⁴ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 15 de abril de 1982.

⁴³⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 15 de abril de 1982.

⁴³⁶ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Itamaraty, no dia 05 de abril de 1982, citado no telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 05 de abril de 1982. caráter Secreto Urgentíssimo. p. 1-2. Disponível na pasta Antônio Azeredo, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – (RJ).

⁴³⁷ *Jornal Folha de São Paulo* do dia 26 de abril de 1982.

⁴³⁸ Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Londres, no dia 19 de maio de 1982. Classificação 940(B29)(F27) 900.2 (F27) (B22) n.º. 906. caráter Confidencial p. 1.

⁴³⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1992. p. 111

⁴⁴⁰ *Jornal do Brasil* do dia 15 de maio de 1982.

⁴⁴¹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 02 de maio de 1982.

⁴⁴² *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 07 de maio de 1982 & *Jornal da Tarde* do dia 05 de junho de 1982.

⁴⁴³ *Jornal do Brasil* do dia 15 de maio de 1982.

“Um ex-ministro da Marinha brasileira chegou a afirmar que não havia problema no Atlântico Sul; que para protegê-lo existia o TIAR, e o que escapava das possibilidades do TIAR, seria resolvido pelos EUA... .” (EDITORIAL. *Fronteira Exposta*. Jornal do Brasil do dia 15 maio de 1982)

O interessante é notar que mesmo com os diversos aspectos novos na área da segurança nacional apresentados pelo conflito das Falklands/Malvinas, persistia nas autoridades brasileiras a idéia de não modificar o plano de Defesa Nacional⁴⁴⁴. Cabe-nos destacar que altas patentes das forças armadas brasileiras erraram nas suas previsões dos desdobramentos do conflito das Falklands/Malvinas. O ministro da aeronáutica, Délio Jardim, por exemplo, admitiu para o repórter do jornal do Brasil do dia 12 de maio de 1982 que: “ errei em gênero, número, e grau, nas minhas previsões”.

Retornando ao conflito, a força aérea brasileira, dentre as Armas, foi a que teve maior trabalho durante o conflito das Falklands/Malvinas. Primeiramente, o comando aéreo brasileiro foi obrigado a desmentir os boatos da presença de aviões militares britânicos em aeroportos brasileiros⁴⁴⁵.

“O Ministro da Aeronáutica informou que não há notícia da presença de avião militar britânico em Viracopos ou em qualquer outro ponto do território nacional. A mesma informação já teria sido transmitida ao Adido da Aeronáutica a essa embaixada” (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, no dia 03 de abril de 1982. 900.2 (F27) (B22) 210 (B29) (F27). nº 274 , caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

Poucos dias depois, aviões da FAB interceptaram um avião, oriundo de Cuba, que entrou no espaço aéreo brasileiro sem permissão, após o acompanhamento da aeronave por jatos de combate brasileiros até uma base de aérea:

“Essa decisão foi tomada de conformidade com a norma de não se conceder autorização de sobrevôo do território nacional a aeronaves de países com os quais o Brasil não mantém relações diplomáticas.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Aeronave cubana ingressa no espaço aéreo brasileiro*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 71.).

⁴⁴⁴ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 08 de maio de 1982

Depois de alguns protestos⁴⁴⁶ e desculpas, não muito convincentes, de representante de Cuba, e da verificação por autoridades brasileiras, que o avião transportava o primeiro embaixador cubano em Buenos Aires, após o reatamento dos laços diplomáticos entre Argentina e Cuba. O governo brasileiro autorizou o prosseguimento do avião até seu destino, desde que, a aeronave não retornasse pelo espaço aéreo brasileiro, apesar do Brasil não possuir, na época relações diplomáticas com Cuba.

“Tendo em vista que o avião transportava o Embaixador junto ao Governo da República Argentina, e o Vice Decano do Corpo Diplomático naquele país, o Governo brasileiro decidiu – após a realização de vistoria no aparelho – autorizar o prosseguimento do vôo em direção ao seu destino previsto, sob a condição de que o retorno não se faça através do espaço aéreo brasileiro.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Aeronave cubana ingressa no espaço aéreo brasileiro*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 71.).

Há informações de que aviões de carga com destino a Argentina, carregados de armamentos, utilizaram o Brasil, como ponto de reabastecimento. O ministério das relações exteriores defendeu-se, atribuindo a culpa à Aeronáutica:

“...Aconteceu, porém, que a Aeronáutica interpretou a “emergência” de forma excessivamente lata e aviões “emergência” passaram a pousar em uma base aérea (no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina), regularmente...”. (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty.São Paulo. Editora Siciliano. p. 112).

A questão dos aviões, intitulada: “Emergência programada”- pois possuíam dia certo da semana para acontecer⁴⁴⁷- foi somente solucionada com a intervenção direta do presidente da república, que ordenou a cessão destas “atividades paralelas” .

“...como os fatos afetavam outros ministérios , pedi ao presidente para reafirmar a posição. A regularidade das “emergências” acabou e as aterrissagens escassearam.”. (GUERREIRO, Ramiro Saraiva.

⁴⁴⁵ Telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires do dia 03 de abril de 1982, Classificação 210(B29) (F27) 900.2 (F27) (B22) nº. 274. caráter Confidencial p. 1.

⁴⁴⁶ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Aeronave cubana ingressa no espaço aéreo brasileiro*. Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982. p. 71

⁴⁴⁷ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty.São Paulo. Editora Siciliano. p. 113.

Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo. Editora Siciliano. p. 113).

Por fim, o caso mais famoso e trabalhoso⁴⁴⁸ foi de um avião bombardeiro britânico, do tipo Vulcan, que, devido a problemas técnicos, após ter realizado uma missão no arquipélago das Falklands/Malvinas, foi obrigado a entrar no espaço aéreo brasileiro, sendo interceptado por aviões de combate brasileiros⁴⁴⁹.

“O Comando de Defesa Aérea (COMDA) determinou a imediata interceptação, que foi realizada, com sucesso, por aeronaves F-5E, sediadas na base Aérea de Santa Cruz. Tratava-se de um Vulcan, da Royal Air Force, com problemas técnicos, tendo sido o mesmo escoltado até o pouso na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro.” (Nota Oficial do Ministério da Aeronáutica para o Itamaraty, no dia 05 de junho de 1982, citado no telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 05 de abril de 1982. caráter Secreto Urgentíssimo. p. 1-2. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – (RJ)).

O Vulcan, sob escolta brasileira, seguiu para o Rio de Janeiro, onde ficou alojado para reparos, e, até que as autoridades brasileiras decidissem, o que fariam com o avião. Os tripulantes do avião britânico ficaram sob guarda no alojamento dos oficiais brasileiros da base do Galeão. A diplomacia brasileira teve de administrar uma forte pressão do Reino Unido⁴⁵⁰ e da Argentina. A diplomacia argentina solicitou ao governo brasileiro a detenção do avião e de sua tripulação até o fim das hostilidades :

“...vengo a solicitarle a Vuestra Excelencia en nombre Del Gobierno argentino, que la mencionada aeronave de guerra, que regresaba Del Teatro de Operaciones Del Atlântico Sur, luego de cumplir una mision hostil, así como su tripulación, sean internados em território brasileño, conforme los disposiciones estabelecidas em Reglas de La Haya 1923y Resoluciones adoptadas por la XX REunión Del Organo de Consulta Del Tratado Interamericano de Assistencia Recíproca..”. (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo. Editora Siciliano. p. 111).

O Itamaraty, por sua vez, procurou ganhar tempo, com a solicitação de um parecer jurídico sobre a questão, até que o conflito ganhasse seus contornos finais.

⁴⁴⁸ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.* 1992, p. 111.

⁴⁴⁹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 04 de junho de 1982.

“...Naturalmente, os embaixadores em Brasília dos dois países solicitaram, o inglês pela liberação imediata do avião, o argentino pela sua retenção até o fim da guerra. Para ganhar uns poucos dias, disse-lhe que teria de pedir o parecer do consultor jurídico...”. (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Londres, no dia 05 de junho de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22) 940 (B29) (F27) n.º. 779, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

No final, com os preparativos das forças britânicas para o lançamento da ofensiva final frente às tropas argentinas, o governo brasileiro decidiu liberar o avião britânico para que seguisse seu destino⁴⁵¹. Condição, no entanto, a partida do aeroplano ao desarmamento do avião britânico, e, a promessa verbal dos diplomatas do Reino Unido, que o avião não seria empregado militarmente contra as tropas argentinas.

“...Restituímos o avião, depois de uma demora de tempo prudencial, mas completamente desarmado e com o compromisso (aliás, difícil de controlar) de que não seria usado na guerra das Malvinas...”.(GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty.São Paulo. Editora Siciliano. p. 111).

O Itamaraty utilizou-se uma brecha legal da II resolução da XX reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, a qual permitia que cada Estado pudesse dar “o apoio que cada qual julgue apropriado”⁴⁵². No final, a justificativa brasileira para a restituição da aeronave se embasou na conferência de Chicago⁴⁵³, que trata sobre a questão da aviação internacional, e reza:

“ARTIGO 25

Aeronaves em perigo

Os Estados Contratantes se comprometem a proporcionar todo auxílio possível às aeronaves que se achem em perigo em seu território e a permitir, sujeito ao controle de suas próprias autoridades, que os donos das aeronaves, ou as autoridades do Estado Contratante onde estejam registradas prestem o auxílio que as circunstâncias exigirem. Todos os Estados Contratantes, ao empreenderem a busca de aeronaves perdidas,

⁴⁵⁰ *Jornal da Tarde* do dia 07 de junho de 1982.

⁴⁵¹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 10 de junho de 1982.

⁴⁵² Souza, Ielbo Marcus Lobo. *Op. Cit.* 1988. p. 177

⁴⁵³ Entrevista realizada pelo autor com o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro no Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 2005.

colaborarão de conformidade com as medidas coordenadas que tenham sido recomendados por ocasião oportuna em virtude desta Convenção.

....

ARTIGO 89
Guerra e condições de emergência

Em caso de guerra, as disposições desta Convenção não afetarão a liberdade de ação de qualquer dos Estados contratantes atingidos, seja como beligerante ou neutro. O mesmo princípio será aplicado no caso de qualquer Estado contratante que declarar um estado nacional de emergência e que comunique o fato ao Conselho. (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Decreto nº 21713, de 26 de Agosto de 1946* .http://www2.mre.gov.br/dai/m_21713_1946.htm, acessado no dia 09 de fevereiro de 2006).

Outro tema espinhoso lidado pela diplomacia brasileira, como vimos, foi à venda de armas as forças armadas da Argentina, a qual encontrou uma série resistência por parte das autoridades, dos políticos e da opinião pública da Grã Bretanha, tendo o embaixador Roberto Campos, de explicar a posição brasileira em Londres.

“...Quando Pym se queixou de que o Brasil se afastara da posição de neutralidade ao fornecer à Argentina aviões Bandeirantes com instalações de radar, respondi-lhe que o Brasil não teria dificuldades em fornecê-los também, imparcialmente, à Inglaterra, se esta estivesse interessada em obter aquilo que a imprensa inglesa chamava depreciativamente de Awacs dos pobres...(Os dois aviões-radar de longo alcance conhecidos na época eram o Nimrod inglês e o Awacs americanos),” (CAMPOS, Roberto.: *Op. Cit.* 1994, p. 1006)

Constatamos pela análise de um telegrama que a representação diplomática brasileira em Londres foi pega de surpresa pela a decisão de Brasília em vender armas, rogando instruções para como proceder junto às autoridades governamentais e a imprensa no Reino Unido⁴⁵⁴.

As instruções do Itamaraty, para a embaixada brasileira em Londres, eram:

“(a) em primeiro lugar, manifestar estranheza quanto ao fato sem si da convocação, à qual respondeu pelo dever elementar de cortesia para com as autoridades locais, mas sem que isso de algum modo signifique sentir-se o governo brasileiro a qualquer título devedor de satisfações ou explicações sobre o assunto;

(b) o Brasil, por tudo o que representam suas relações com a Argentina, não tem porque responder negativamente a interesses daquele país em aqui adquirir material de emprego militar brasileiro;

⁴⁵⁴ Telegrama da Embaixada do Brasil em Londres para o Ministério das Relações Exteriores do dia 01 de maio de 1982, Classificação 900.2 (F27) (B22) nº. 1154. caráter Confidencial p. 1.

(c) não há sanções decretadas pela ONU à Argentina, não tendo pois qualquer cabimento expressão de preocupação ou desagrado em face de notícias sobre alegados fornecimentos de material militar pelo Brasil à Argentina;

Para sua exclusiva informação VE, comunico que o Brasil estará vendendo à Argentina, proximamente, em atendimento a pedido daquele país, e dependendo ainda de finalização de entendimentos, dois ou três aviões Bandeirantes de patrulhamento marítimo”. (Telegrama enviado do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Londres, no dia 01 de maio de 1982. Classificação 665 (B46) (B29) n.º 722, caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1)

Apesar da política brasileira de “não comentar” sobre a venda de armas brasileiras, a imprensa divulgou amplamente a venda de três aviões de patrulhamento brasileiro⁴⁵⁵, que estavam em uso pelas forças armadas brasileiras⁴⁵⁶. Além de sondagens argentinas para a compra de outras armas - como tanques e munições⁴⁵⁷ - , as quais, seriam intermediadas pelas forças armadas brasileiras.

Saraiva Guerreiro comentou que nas reuniões com os representantes argentinos para as negociações de venda de armas, as autoridades da Argentina solicitaram uma grande gama de armamentos, muitos dos quais o Brasil não possuía, e, de uso restrito.

“...Em algumas ocasiões, houve sondagens sobre possível fornecimento de armas sofisticadas ...Felizmente, não tínhamos tais armas (exocets de aviação, radar picket, etc) e foi possível negarmos-nos a atender às sondagens, alegando honestamente que não dispúnhamos de tais equipamentos. Cedemos um ou dois bandeirantes, “banderulhas” na gíria da Aeronáutica. Eram aviões muito úteis para fins essencialmente de defesa do litoral.., ” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva.: *Op. Cit.* 1992, p. 111)

Entretanto, há quem diga, que o Brasil participou mais ativamente na Guerra entre Argentina e Grã Bretanha, tendo, inclusive, militares brasileiros se envolvido em missões aéreas a serviço da Força Aérea Argentina (FAA). No entanto, não encontramos nenhum documento que corrobora neste sentido.

⁴⁵⁵ Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 01 de maio de 1982.

⁴⁵⁶ Jornal *Folha de São Paulo* do dia 12 de maio de 1982

⁴⁵⁷ Jornal *da Tarde* do dia 14 de maio de 1982

“...Com efeito, o Brasil cedeu-lhe alguns aviões EMB 111,, fabricados pela Embraer e já em uso pela Força aérea a fim de que patrulhassem o litoral e acompanhassem a movimentação da esquadra britânica. Era evidente que, inclusive os próprios oficiais brasileiros tiveram de pilotar tais aparelhos em seus vôos de rastreamento, sobre o Atlântico Sul, uma vez que tempo não houve para treinar, adequadamente, uma tripulação argentina. Em outras palavras, militares brasileiros, ao que tudo indicava, envolveram-se, sigilosamente, na Guerra das Malvinas. E esta participação direta e indireta maior proporção só não alcançou, com o fornecimento também de aviões de caça Xavantes, foguetes do Sistema Balístico Ar-Terra (SBAT 70) de 2,75 polegadas, tanques entre outros apetrechos bélicos, devido à curta duração do conflito..” (BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas Relações Brasil-Argentina (1930-1992)*. Editora Ensaio: São Paulo, 1993. p. 245).

No plano político interno brasileiro, assistiu-se a um intenso debate promovido pela imprensa escrita entre acadêmicos, jornalistas, entre outras personalidades. Todos opinando sobre a questão das Falklands/Malvinas, a ação da diplomacia brasileira e seus potenciais desdobramentos. Notamos, pela leitura dos jornais da época, uma ampla liberdade de imprensa no que tange ao tema⁴⁵⁸. Alguns jornais, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, criticaram duramente as ações argentinas, chamando-as de “uma guerra de operetas”⁴⁵⁹ e as posições brasileiras, designando-as de “Solidariedade Nefasta”⁴⁶⁰. Outros meios de comunicação, como “*A Folha de São Paulo*”, davam discreto apoio à diplomacia brasileira em editoriais, como: “*O Itamarati e as Malvinas*”⁴⁶¹ e a “*Solidariedade e Autonomia*”⁴⁶². Na visão de Saraiva Guerreiro, o papel da imprensa foi:

“ Havia na imprensa um atitude crítica, o que era compreensível por causa do uso da força por iniciativa da Argentina e por que a ditadura militar naquele país provocara repulsa numa imprensa que, no Brasil, já era livre...” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva.: *Op. Cit.* 1992, p. 103)

A cobertura da imprensa internacional no conflito foi muito prejudicada por ambas as partes litigantes (Argentina e Reino Unido), que interessavam em divulgar a sua “verdade” dos fatos. A Grã Bretanha reservou alguns lugares na

⁴⁵⁸ Para maiores informações ver: MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

⁴⁵⁹ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 03 de abril de 1982

⁴⁶⁰ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 04 de maio de 1982

⁴⁶¹ *Jornal Folha de e São Paulo* do dia 21 de abril de 1982

força tarefa para correspondentes de guerra, na sua maioria jornalistas britânicos, os quais, aparentemente, trabalhavam sem grande interferência dos militares do Reino Unido.

Na Argentina, a situação era diferente, os correspondentes internacionais foram vigiados e intimidados pelas autoridades, e suas “ajudantes”⁴⁶³, a divulgar a “verdade” da Argentina. Alguns jornalistas sofreram seqüestros e ameaças a sua integridade física.

“Essa intimidação direta rendia seus frutos. Os jornalistas estrangeiros tiveram medo. Um medo justificado, pois os militares não vacilaram em usar os parapoliciais para obrigar os repórteres a não ver, não olhar e não escutar...”

(CABRAL, Antônio, MARTINEZ, Hugo, WILSON, Marcos & GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: A História de uma derrota*. São Paulo. EMW Editores Ltda,1983 p. 75).

O caso de seqüestro de repórter brasileiro mais famoso foi o do jornalista Rui Lara Mesquita, membro da família - que dirigia o Jornal O Estado de São Paulo - , o qual se encontrava em Ushuaia fazendo uma reportagem jornalística⁴⁶⁴. A embaixada brasileira, após conhecimento do fato pelo telefonema da redação do Estado, comunicou o fato a diversas autoridades argentinas⁴⁶⁵. Pouco tempo depois, o jornalista foi encontrado, e sob o acompanhamento de autoridades locais argentinas, afirmou, a seu pai e ao correspondente do jornal o Estado de São Paulo na Argentina, Hugo Martinez, que passara o “tempo desaparecido” com companhia feminina⁴⁶⁶. Posteriormente, na embaixada do Brasil em Buenos Aires, revelou a verdade a pedido do embaixador Carlos Duarte:

⁴⁶² Jornal *Folha de São Paulo* do dia 12 de junho de 1982

⁴⁶³ CABRAL, Antônio, MARTINEZ, Hugo, WILSON, Marcos & GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: A História de uma derrota*. São Paulo. EMW Editores Ltda,1983.p.77.

⁴⁶⁴ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 24 de abril de 1982,. Classificação 900.2 (F27) (B22) . MSG (OF00925A), caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.1-2.

⁴⁶⁵ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 24 de abril de 1982,. Classificação 900.2 (F27) (B22) . MSG (OF00925A), caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.1-2.

⁴⁶⁶ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 24 de abril de 1982,. Classificação MSG (OF00926Z), caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.1-2.

“Disse-me que havia sido seqüestrado por indivíduos que não soube precisar a que organismo civil, ou militar pertenciam, e que, depois de sofrer rude tratamento, que não chegou, porém a violência física, fora finalmente liberado. Antes de ser deixado em liberdade, os seus captores o ameaçaram de morte, caso no Brasil revelasse o lhe passara.

Diante do seu relato, decidi hospedar o mencionado jornalista na embaixada, até a sua partida hoje. ”. (Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 26 de abril de 1982. MSG (OF 009427), caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1).

Em outros casos os órgãos de repressão argentino foram um pouco mais “sutis” com jornalistas brasileiros, como, por exemplo, o do correspondente do jornal O Estado de São Paulo na Argentina, Hugo Martinez, cuja a integridade física foi ameaçada⁴⁶⁷; e, do jornalista José Casado, da Gazeta Mercantil, que foi colocado sob “proteção policial”, sem ter sido requisitado por ele ou pelos funcionários da Embaixada do Brasil, sob a justificativa de “proteção” do jornalista contra “forças espúrias de origem incerta”⁴⁶⁸. Ambos os casos não tiveram conseqüências mais graves.

Alguns membros da sociedade brasileira foram tocados pela questão do embate anglo-argentino, tanto que houve milhares pessoas, que se inscreveram como voluntários para lutar na guerra das Falklands/Malvinas pela Argentina⁴⁶⁹. O caloroso debate no bojo de parte da sociedade brasileira, não foi reproduzido no Congresso Nacional, onde os políticos encontravam-se focados nas eleições de novembro. A temática das Falklands/Malvinas aparecia nas declarações dos legisladores, que comentavam no palanque do plenário as notícias de periódicos nacionais, sem a devida importância. Muitas vezes, nos anais do Congresso, os discursos de parlamentares sobre os assuntos ligados a guerra das Falklands/Malvinas⁴⁷⁰ aparece, ao lado, de declarações de deputados solicitando a implantação do Plano de Classificação de Cargos no Território do Amapá⁴⁷¹. Basicamente, todos os partidos, por meio da imprensa escrita, pronunciaram

⁴⁶⁷ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 11 de maio de 1982

⁴⁶⁸ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 14 de maio de 1982., Classificação 690.8 (B46), caráter Confidencial. Urgentíssimo. p.1-2.

⁴⁶⁹ *Jornal do Brasil* do dia 30 de Abril de 1982.

⁴⁷⁰ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. N° 8, v. 8, de 21 de maio a 1° de junho de 1982. p. 4103-4105

⁴⁷¹ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. N° 8, v. 8, de 21 de maio a 1° de junho de 1982. p. 4102.

confiantes na capacidade do Itamaraty em lidar com a questão do embate militar anglo-argentino.

No decorrer do conflito, o Senado convidou uma vez o ministro Saraiva Guerreiro, para esclarecer a ação diplomática brasileira. O convidado, por sua vez, postergou a sua ida até do limite legal⁴⁷². No encontro realizado⁴⁷³, Saraiva Guerreiro comentou superficialmente sobre as questões dos parlamentares, que utilizaram a questão mais para autopromoção do que para um debate sério. Entretanto, neste encontro o chanceler brasileiro explicitou um ponto importante da formação da sua percepção da realidade, que norteava a ação brasileira diante ao conflito das Falklands/Malvinas:

“Sublinhei que, ante um conflito tão grave, os brasileiros tem de pensar e agir segundo uma perspectiva histórica – e assim tem feito o governo – Não apenas no dia de hoje ou de amanhã, mas em termos de longo prazo, em daqui a dez ou vinte anos, no que será a região em que desejamos viver no futuro, um a região em que o Brasil e seus vizinhos tenham um relacionamento descontraído e sem ressentimentos. Este elemento é muito importante, que o governo brasileiro tem bem presente.” (Telegrama do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Washington, no dia 20 de maio de 1982. caráter Secreto Urgentíssimo. p. 2. Disponível na pasta Antônio Azeredo da Silveira, no subitem Embaixada em Washington, do CPDOC da FGV – (RJ)).

Vimos, assim, que o Brasil apoiou a Argentina contra o Reino Unido na Guerra das Falklands/Malvinas, não sendo sua posição nem omissa, nem neutra. Assim, podemos nos perguntar: Quais os motivos que levaram o Brasil, e a apoiar a Argentina, contrariando algumas de suas principais tradições de condução de política internacional?

A primeira, e principal, razão é o interesse do Brasil manter as excelentes relações com a Argentina, inaugurada pelo Acordo Tripartite em 1979, pois, a diplomacia brasileira considerava Buenos Aires como “país chave”⁴⁷⁴ para o sucesso da política sul-americana brasileira. Esta perspectiva é corroborada pela visão das autoridades do Estado brasileiro de que o Brasil partilhava de uma identidade latino-americana, que, alguns meios de comunicação chamavam de

⁴⁷² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1992. p. 112.

⁴⁷³ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 06 de maio de 1982

⁴⁷⁴ Ver: VIZENTINI, Paulo F.. *Op. Cit.* 1998. .

“sudamericanidad”⁴⁷⁵. Ademais, havia uma percepção “terceiro mundista” muito forte e arraigada nas autoridades do Itamaraty, a qual observava, pela evolução da conjuntura internacional, um agravamento nas relações entre os países capitalistas desenvolvidos e os outros países capitalistas, também conhecidas como relações Norte-Sul, o gerava um atrito entre os dois pólos, o que, nesta visão, abriria uma série de oportunidades para um país intermediário, como o Brasil.

A política internacional brasileira, desde o governo Geisel, apoiava, mais abertamente, a luta anticolonial. Assim, quando Saraiva Guerreiro afirmou, de improviso, que o Brasil apoiava a Argentina na questão das Falklands/Malvinas desde 1833, difundiu a idéia que o litígio anglo-argentino tinha um cunho amplamente colonial. Portanto, o Brasil, por apoiar a descolonização, e por considerar a questão das Falklands/Malvinas, como um tema relativo à questão colonial, deveria por tradição e por uma política de Estado apoiar a Argentina. Também, nesta lógica das autoridades brasileiras considerava que a primeira agressão foi feita pela Grã Bretanha em 1833, e, que o Estado argentino estava apenas respondendo a uma agressão anterior. Assim, nesta percepção quem estava praticando a “guerra de conquista” eram as forças reais britânicas. Logo, o Brasil, em razão de sua constituição, que veda a guerra de conquista, não deveria em nenhuma hipótese apoiar a ação militar do Reino Unido.

Desdobramento do conflito das Falklands/Malvinas

Podemos, também, questionar quais foram os principais desdobramentos da crise das Falklands/Malvinas para a Argentina, para o Brasil e para a Grã Bretanha? Responderemos brevemente a estas perguntas.

A derrota das tropas argentinas nas Falklands/Malvinas abriu o caminho para a mudança rápida de regime político⁴⁷⁶. Em apenas um ano e alguns meses depois da Union Jack tremular solitária no arquipélago das Falklands/Malvinas, a Argentina retornava ao Estado democrático de direito, com a eleição e a posse de

⁴⁷⁵ *Jornal O Estado de São Paulo* do dia 25 de abril de 1982 citado in MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *Op. Cit.*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 181.

Raul Alfonsín na presidência, em 1983⁴⁷⁷. Além do mais, ao término do conflito anglo-argentino, a economia argentina estava em uma condição terrível, pois, gastou milhões numa aventura militar; perdeu alguns dos seus principais mercados consumidores de seus produtos, Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia; e; teve fechado os canais internacionais de financiamento privado e público. Nas relações exteriores, a Argentina passou a ser considerado um pária pela comunidade internacional, por não ter agido de boa fé e ter, com sua tentativa de (re) conquista territorial do arquipélago das Falklands/Malvinas, abalando dois princípios basilares da sociedade internacional pós 1945, o da resolução pacífica de controvérsias e o da não utilização do emprego, ou da ameaça de uso, da força nas questões internacionais. A Casa Rosada, já no regime democrático, passou anos para tentar recuperar um pouco do prestígio perdido em, apenas, 74 dias de conflito⁴⁷⁸.

A guerra para a Grã Bretanha custou muito dinheiro e tempo, porém, na arena internacional, o país saiu fortalecido com um prestígio e respeito maiores do que havia iniciado o conflito, demonstrando que Londres, ainda, poderia desempenhar um papel importante no palco das relações interestatais. Ademais, o grupo político que apoiava a primeira ministra, Margaret Thatcher, saiu prestigiado, dominando a arena política britânica por muitos, e muitos anos.

“Em termos políticos para Margaret Thatcher, a recompensa da vitória foi mais do que proporcional ao risco...” (CAMPOS, Roberto.: *Op. Cit.* 1994, p. 1007)

O Brasil sofreu algumas conseqüências colaterais do conflito, como o agravamento da conjuntura internacional e a redução parcial de créditos do mercado financeiro internacional, o que veio a colaborar com quadro de crise de 1982, quando o Estado Brasileiro viveu uma de suas piores crises econômicas de sua história⁴⁷⁹. Na esfera internacional, a Guerra das Falklands/Malvinas lançou a

⁴⁷⁶ Para maiores informações, ver: TULCHIN, Joseph S. *Regimes Autoritários e Política Externa: o Caso da Argentina*. In MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, CONVÍVIO, 1986.

⁴⁷⁷ Para maiores informações, ver: MARAÑÓN, JIMMY BURNS. *Op Cit.*p.330.

⁴⁷⁸ Para maiores informações, ver: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). *Argentina. Visões Brasileiras*. São Paulo, IPRI, 2000.

⁴⁷⁹ BRASIL, Banco Central do Brasil. *Economia Brasileira*. Relatório do Banco Central do Brasil. Brasília. Ed. Departamento Econômico. Vol. 19. Fevereiro de 1983. n. 2

Argentina nos braços do Brasil, dando uma maior força à política latino-americana, iniciada pelo presidente Geisel. Ademais, o conflito arranhou a imagem internacional de Washington na América Latina, o que permitiu que alguns dos países médios da região, como Brasil e México, ocupassem, temporariamente, o espaço que pertencia aos Estados Unidos.

Contudo, as relações anglo-brasileiras sofreram pequenos desgastes⁴⁸⁰, devido às cicatrizes da guerra. Porém, nada de muito grave, que não terem sido revertido com o determinado tempo⁴⁸¹:

“As relações com a Grã Bretanha sofreram um pouco, superficialmente, porque, por algum tempo, enquanto as feridas argentinas eram muito recentes, pareceu-nos imprudente a realização de visitas de altas personalidades, sobretudo as que poderiam ter cargos militares. Tal cuidado pôde ser pouco a pouco abandonado nos anos seguintes.” (GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1992. p. 113.)

Ademais, o sistema interamericano e a sua principal instituição internacional, a OEA, saíram do conflito do Atlântico Sul, quase em ruínas, não gozando, até hoje, o respeito e a importância, que um dia já teve.

“...A OEA perdeu legitimidade porque perdeu representatividade. E o TIAR perdeu viabilidade porque os inimigos deixaram de ser comuns no âmbito interamericano.” (JAGUARIBE, Helio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano*. Paz e Terra: IPES: Rio de Janeiro, 1985. p. 30.)

Atualmente, a questão das ilhas Falklands/Malvinas continua aberta e indefinida, sendo as negociações entre a Argentina e a Grã Bretanha, até o momento, infrutíferas, sem avançar no cerne da questão – a soberania do arquipélago. As marcas e as cicatrizes da guerra de 1982 são apontadas como as principais razões para o não avanço dos entendimentos.

⁴⁸⁰ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Op. Cit.*, 1992. p. 113.

⁴⁸¹ BARBOZA, Mario Gibson. *Op. Cit.*, 1992. p. 316.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação de mestrado, apresentamos a evolução da crise das Falklands/Malvinas, que colocou o Brasil numa situação inesperada e delicada frente a dois países “amigos”. Percebemos que a diplomacia brasileira adotou uma postura favorável à Argentina no litígio anglo-argentino sobre o arquipélago das Falklands/Malvinas. Esta posição foi baseada principalmente numa declaração improvisada do ministro das relações exteriores brasileiro, Ramiro Saraiva Guerreiro, surpreendido pela ação argentina, a qual foi contrária aos princípios e as normas básicas do direito internacional, que regem a vida na Sociedade Internacional. A motivação principal da postura brasileira foi de não estragar a boa fase das relações com o país platino, inaugurada com a resolução do problema do aproveitamento hidroelétrico da Bacia do Rio da Prata com o Acordo Tripartite (1979). Por outro lado, a ação brasileira tinha um limite claro, o de não desagradar à city londrina, que financiava uma grande parte da economia nacional. Caso houvesse a cessão, mesmo que parcial, dos fluxos monetários internacionais para o Brasil, poderia ocasionar sérios problemas econômicos e sociais no país. A posição brasileira favorável a Argentina surpreendeu os autoridades argentinas, que não esperavam esta atitude do Estado brasileiro devido a dependência do Brasil da praça financeira de Londres.⁴⁸²

A atitude brasileira, ainda que discreta, em apoiar, de diversas formas, a ação militar argentina foi um ato contrário aos princípios (juridicismo e pacifismo) que regem a condução da política internacional do Brasil, desde a República. Ademais, a ação diplomática colocou em risco o princípio do *uti possidetis*, o qual norteou todo o processo de definição de fronteira com os países limítrofes, pois, a Grã Bretanha possuía a posse ininterrupta das ilhas Falklands/Malvinas por quase 150 anos consecutivos, o que poderia abrir um precedente perigoso para o Brasil, no que se refere a limites territoriais. Um outro aspecto trazido à tona pelo choque anglo-argentino foi às fragilidades do Brasil, seja na área da defesa nacional, seja nos aspectos econômicos.

Na opinião do autor, a posição coerente com a história e as tradições do Itamaraty seria a neutralidade absoluta, com uma veemente condenação da ação armada da Argentina, e da reação bélica britânica, que colocaram em risco a estabilidade da região. Além do mais, o Brasil deveria ter evitado uma maior repercussão da questão das Falklands/Malvinas nas instâncias multilaterais, em especial na OEA. O Estado brasileiro poderia, ainda, ter-se apresentado como um canal de mediação, desde o início do conflito anglo-argentino.

Não isentamos a responsabilidade britânica de, antes do conflito, por não ter demonstrado, e não demonstra, a disposição necessária para negociar a questão das Falklands/Malvinas com a Argentina, seja no âmbito bilateral, seja na esfera da Organização das Nações Unidas. Contudo, o ato de força empreendido pelo Estado argentino, que foi uma violação dos princípios e das normas do direito internacional.

A guerra entre o Reino Unido e a Argentina poderia ter tido conseqüências mais graves ao Brasil, do que, realmente, teve. A fortuna ajudou, e muito, o Estado brasileiro, porém a sorte nem sempre estará do lado brasileiro. É por tudo isso que a sociedade e os órgãos estatais devem traçar, e defender, um projeto de longo prazo de Estado para o Brasil, primando pelos interesses da sociedade brasileira. Somente assim, O Estado brasileiro será respeitado.

⁴⁸² *Jornal da Tarde* do dia 29 de abril de 1982.

Bibliografia

Livros

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Editora Vozes: Petrópolis - Rio de Janeiro, 1984.

ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*. Editora Universidade de Brasília:Brasília, 2002.

ARAÚJO JORGE, Arthur Guimarães de. *O litígio anglo-argentino sobre as ilhas Malvinas: à margem do livro de Paul Groussac*. In: Vários. *Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 – 1919)*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a Construção da Hegemonia*. Editora UNESP: São Paulo, 2002.

BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. *A dívida externa brasileira do milagre ao fundo*. In: STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas Relações Brasil-Argentina (1930-1992)*. Editora Ensaio: São Paulo, 1993.

_____. *Relações Brasil – EUA No Contexto da Globalização*. Editora SENAC: São Paulo, 1997.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro. Editora Record, 1992.

BARRETO, Carlos Eduardo (org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo, Editora Max Limonad Ltda., 1984.

BARROS, Alexandre. *A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores*. In: MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo, IOSP, 2000

BUENO, Clodoaldo. *A Política Multilateral Brasileira*. IN CERVO, Amado Luis. *O desafio internacional*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1994.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Editora UnB e IPRI: Brasília, IOSP: São Paulo, 2002.

CABRAL, Antônio, MARTINEZ, Hugo, WILSON, Marcos & GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: A História de uma derrota*. São Paulo. EMW Editores Ltda, 1983.

CAMPOS, Roberto. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro. Edições Top books. 1994

CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática*. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985

CARR, Edward H. *Vinte anos de Crise 1919-1939*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASAS, Juan Carlos. *Um novo Caminho para América Latina: Modelos e Mudanças e as Razões que vêm dando certo*. Ed. Record. Rio de Janeiro – RJ. 1993.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2 ed. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2002.

_____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001

_____. *Relações Internacionais do Brasil*. IN CERVO, Amado Luis. O desafio internacional. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. *A Política do Exterior da Argentina: 1945 – 2000*. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). *Argentina. Visões Brasileiras*. São Paulo, IPRI, 2000.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Observações sobre a Visão Argentina da Política Internacional de 1945 até hoje*. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). *Argentina. Visões Brasileiras*. São Paulo, IPRI, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Editora Martins Fontes: São Paulo, 1996.

DANESE. Sérgio. *Diplomacia Presidencial: História e Crítica*. Editora TOPBOOKS.

DEUTSCH, Karl W. . *Análise das Relações Internacionais*. Universidade de Brasília: Brasília, 1982.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004

FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas, para quê?*. Edições GRD: São Paulo, 1988.

_____. *Segurança, Comércio e Ideologia*. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). *Estados Unidos.. Visões Brasileiras*. São Paulo, IPRI, 2000.

GEISEL, Ernesto. *Ernesto Geisel*. D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org). Rio de Janeiro. Editora FGV-RJ. 1997.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. Editora Siciliano: São Paulo, 1992.

HIST, Monica. *Transição Democrática e Política Externa: A Experiência do Brasil*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda., 1999.

HOBBS, Eric. *Era dos Extremos, o Breve Século XX (1914-1991)*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

JAGUARIBE, Hélio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e o Brasil Ante a Desarticulação do Sistema Interamericano*. Paz e Terra: IPES: Rio de Janeiro, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. *Presente e Futuro das Relações Brasil-Estados Unidos*. In HIST, Mônica (org.). *Brasil-Estados Unidos na Transição Democrática*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

KANAF, Leo. *La Batalla de la Malvinas*. Tribuna Abierta: Buenos Aires, 1982.

KISSINGER, Henry. *A Diplomacia das Grandes Potências*. Livraria Francisco Alvez S/A & Universidade Editora: Rio de Janeiro, 1999.

KISSINGER, Henry. *Years of Renewal*. New York - USA: Ed. Simon & Schuster, 1999.

LIPSET, Seymour M. *Consenso e Conflito: Ensaios de Sociologia*. Lisboa, Portugal. Ed. Gradiva. 1992.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

MARAÑÓN, Jimmy Burns. *La Tierra que Perdió sus Herores*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S. A.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul*. ANNABLUME: São Paulo, 1996.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil- Paraguai, 1955 – 1980*. Campinas – SP. Ed. Papyrus, 1987

MONETA, Carlos J.. *O conflito das Malvinas: Análise do Processo de Tomada de Decisões do Regime Militar Argentino*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986

MOREIRA, Marcílio Marques. *Diplomacia, Política e Finanças: De JK a Collor: 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Ed. Objetiva. Rio de Janeiro, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. *Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Editora UnB e IPRI: Brasília, IOSP: São Paulo, 2002.

NYE, Joseph & KEOHANE, Robert. *Power and Interdependence*. New York -USA. Ed. Longman. 1989.

NYE, Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano*. Porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo. Editora UNESP. 2002.

PARANHOS, José Maria da Silva, Barão de Rio Branco. *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*. In: Vários. *Revista Americana: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 – 1919)*. Brasília: Ed. Fac-Smilar: Ed. Senado Federal, 2001.

PINO, Ismael Moreno. *Derecho y Diplomacia em las relaciones interamericanas*. Ciudad de México, México. Fondo de Cultura Económica. 1999.

QUELLET, Ricardo Luis. *História de las Islas Malvinas*. Buenos Aires – Argentina. Ed. Escuela Superior de Guerra Aérea. 1982.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma Relação Triangular*. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Crescimento e Modernização e Política Externa, Setenta Anos de Política Externa Brasileira*, volume 1. Cultura/USP: São Paulo, 1996.

RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil, 1531 – 1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SELCHER, Wayne. Desenvolvimentos *Estratégicos recentes no Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo. Ed. Cortez, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Editora Paz e Terra S/A: Rio de Janeiro, 2000.

SKIDMORE, Thomas E.. *A abertura do autoritarismo: origens e dinâmica*. In. STEPHAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1985

SOUTO, Cíntia Vieira. *A Diplomacia do Interesse Nacional: A Política Externa do Governo Médici*. Editora UFRGS: Porto Alegre-RS. 2003.

TULCHIN, Joseph S. *Regimes Autoritários e Política Externa*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986.

VARAS, Augusto. *A União Soviética e as Relações Internacionais do Cone Sul*. In MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S.. *A América Latina e a Política Mundial*. CONVÍVIO. São Paulo, 1986.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Editora da Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 1998.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Editora Gradiva: Lisboa, Portugal, 2002.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília, Editora UnB e IPRI, São Paulo, IOSP, 2002.

Tese de Doutorado

PEREIRA, Maurício Broinizi. *O Complexo Industrial-Militar Brasileiro: O Projeto Brasil Potência e os Programas de Construção da Autonomia Tecnológica e Estratégica das Forças Armadas (1964/1994)*. Tese de Doutorado em História Econômica, USP, São Paulo, 1996.

Dissertações de Mestrado

FERRES, Virginia Perez. *Rivalidade, Tensão, Integração. Análise da Política Externa Argentino-Brasileira no contexto da Bacia do Prata (1974-1979)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2004.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, PUC-SP, São Paulo, 1987.

MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. *A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Ielbo Marcus Lobo. *A questão das ilhas Falklands/Malvinas: o conflito de 1982 e as repercussões no sistema internacional*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

WALSH, Marcelo Vieira. *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. (Dissertação de Mestrado). Brasília. Universidade de Brasília. 1997.

Fontes

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. N° 8, v. 8, de 21 de maio a 1° de junho de 1982

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ao deixar o cargo, Silveira analisa política externa do governo Geisel*. Resenha de Política Exterior do Brasil n 20. 1979.

_____. *A posse do Presidente João Figueiredo*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 21. 1979.

_____. *Saraiva Guerreiro anuncia as metas do Itamaraty*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 21. 1979.

_____. *Figueiredo: política externa visa à paz, à independência, e ao desenvolvimento*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 24. 1980.

_____. *Na assinatura de atos, Figueiredo destaca a cooperação brasileiro-argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 24. 1980.

_____. *Declaração conjunta relata os entendimentos entre o Brasil e a Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 25. 1980.

_____. *Saraiva Guerreiro explica a visita do presidente Figueiredo à Argentina*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 25 .1980.

_____. *Em Brasília, o chanceler britânico, Lord Carrington*. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 26 .1980.

_____. *Visita de Videla amplia e consolida o entendimento Brasil- Argentina.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26. 1980.

_____. *Saraiva Guerreiro, na esg: diplomacia exige cuidadoso realismo”* Resenha de Política Exterior do Brasil nº. 26. 1980.

_____. *Chanceler brasileiro no seminário sobre integração latino americana.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 27. 1980.

_____. *Saraiva Guerreiro, na Argentina, fala sobre “a atitude externa do Brasil”* Resenha de Política Exterior do Brasil nº. 27. 1980.

_____. *Ramalho Eanes a Figueiredo: olhamos o Brasil como potência emergente.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 28. 1981.

_____. *No comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil-Argentina em Paso de los Libres.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29. 1981.

_____. *O encontro Figueiredo-viola em Paso de los Libres.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29. 1981.

_____. *Chanceler brasileiro profere palestras em Chatham house e na Canning House.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31. 1981.

_____. *No Brasil, o vice –presidente norte-americano, George Bush.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31. 1981.

_____. *No Brasil, o vice-presidente norte-americano, George Bush.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 31 .1981.

_____. *Chanceler argentino mantém contatos em Brasília.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 32. 1982.

_____ João Baptista. *Mensagem do presidente João Figueiredo ao Congresso Nacional.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 32. 1982.

_____. *Chanceler argentino mantém contatos em Brasília.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 32. 1982.

_____ João Baptista. *A visita do presidente João Figueiredo aos Estados Unidos da América.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 33. 1982.

_____. *Aeronave cubana ingressa no espaço aéreo brasileiro.* Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982.

_____. *Intervenção do representante do Brasil junto à ONU, perante o Conselho de Segurança daquela organização, em 21 de maio.* Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982

_____. *Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro na Comissão Geral da XX reunião de consulta, em Washington, em 26 de abril.* Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982.

_____. *Explicação do voto brasileiro na resolução nº. II da XX reunião do órgão de consulta do tiar, em 29 de maio.* Revista de Política Exterior do Brasil. Nº 33, abril, maio e junho de 1982

_____. *Saraiva Guerreiro expõe, na ESG, as linhas da Política Externa Brasileira.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 34. 1982.

_____. *Saraiva Guerreiro ao grupo latino-americano da ONU: Precisamos buscar um novo caminho.* Resenha de Política Exterior do Brasil nº 34. 1982.

_____. *Conferência na Escola Superior de Guerra*. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 34. 1982.

_____. *Decreto nº 21713, de 26 de Agosto de 1946*. http://www2.mre.gov.br/dai/m_21713_1946.htm, acessado no dia 09 de fevereiro de 2006

IAN-GLOVER, James. Reagan asked Thatcher to Stop Falkland War. *Sunday Times*, 8 March 1992. citado em THATCHER Foundation, Margaret. Reagan phone Call to Thatcher (urges ceasefire). www.margaretthatcher.org acessado 21 de dezembro de 2005.

Organização dos Estados Americanos. *OAS Charter*, www.oas.org. acessado dia 18 de outubro de 2005.

Organização das Nações Unidas. *Carta da ONU* <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>, acessado no dia 17 de outubro de 2005.

_____. *United Nation Security Council Resolution 505*. www.un.org. acessado no dia 17 de outubro de 2005.

THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands: Argentina invades the Falklands [Memoir Extracts]. www.margaretthatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005.

_____. *The Downing Street Years* (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands: Decision to sink the Belgrano [

memoirs extract] . www.margaretthatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005

_____. The Downing Street Years (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia [memoirs extract] . www.margaretthatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005.

_____. The Downing Street Years (1993). citado em THATCHER Foundation, Margaret. Falklands: A crisis in the War Cabinet and the recapture of South Georgia [memoirs extract] . . www.margaretthatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005.

THATCHER Foundation, Margaret. Reagan Letter to Thatcher (Galtieri intends to use force) [NSC Draft.] . www.margaretthatcher.org acessado no dia 21 de dezembro de 2005.

Artigos

ARON, Raymond.. *Inglaterra Agiu para salvar a honra*. Jornal O Estado de São Paulo de 09 de maio de 1982

BRIGADÃO, Clóvis & PROENÇA JR., Domicio. *A Projeção da Política Externa do Brasil: a Questão da Segurança*. Revista Contexto Internacional, IRI e PUC-Rio: Rio de Janeiro, jan/jun 1988.

CAMARGO, Sônia. *Os novos amigos: Brasil e Argentina atravessam a ponte*. . Revista Contexto Internacional, IRI e PUC-Rio: Rio de Janeiro. Ano 1 Número 2 Julho- Dezembro de 1985

CAMARGO, Sonia de. *Caminhos que se juntam e se separam: Brasil e Argentina, uma visão comparativa*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, jul/set de 1986.

CARDOSO. Fernando Henrique. *Os anos Figueiredo*. Revista Novos Estudos. N. 1 Dezembro de 1981.

COMPARATO. Fábio Konder. *Segurança Nacional*. Revista Novos Estudos. N. 1 Dezembro de 1981.

FERREIRA, Oliveiros S.. *A Geopolítica do Brasil revisitada*. Revista Política e Estratégia, São Paulo, 1984. vol. II n.1

FERRES, Virginia Perez. *A Solução do Conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80*. Revista Projeto História: São Paulo, nº 29, tomo 2. Dez/04.

GONÇALVES, Williams da Silva. & MYAMOTO, Shiguenolli. *Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n° 12, 1993.

GODOY, Antônio Carlos de. *A Economia, a Arma mais Poderosa dos Britânicos*. OESP do dia 20 de Abril de 1982.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Linhas Básicas de Implementação da Política Externa Brasileira*. UFMG: Belo Horizonte, jan. 1983.

HUREL. Andrew. *Os Estados Unidos e a Segurança no Atlântico Sul*. Contexto Internacional: Rio de Janeiro, Ano 4 , no. 7. Jan-Jun 88.

LAFER, Celso. *A Política Externa Brasileira e a Crise no Atlântico Sul: Reflexões sobre as Malvinas*. Novos Estudos, CEBRAP: São Paulo, nov. 1982.

_____. *As Eleições de Novembro e a Política Exterior Brasileira*. UFMG: Belo Horizonte, jul. 1983.

_____. *A Nova Ordem Internacional num Sistema Internacional em Transformação*. UFMG: Belo Horizonte, jul. 1982.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Ejes analíticos y conflicto de paradgmas em la política exterior brasileña*. América Latina/ Internacional. Argentina. Volumen 1 N° 2 Otoño- Invierno 1994.

_____. *Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria*. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Vol. 39. n° 3. 1996.

LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gelson. *A Trajetória do Pragmatismo – Uma análise da Política Externa Brasileira..* DADOS - Revista de Ciências Sociais. Vol. 25. nº 3. 1982.

MARGHERITIS, Ana. *Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-argentino.* Contexto Internacional: Rio de Janeiro, volume 13, no. 1.

O'DONNELL, Guillermo. *A Argentina antes e um pouco depois da Malvinas.* Novos Estudos Cebrap: São Paulo, volume 1, 4. p. 13, nov. 82.

PINHEIRO, Letícia. *A Omissão Pragmática.* A Diplomacia Brasileira na Guerra das Malvinas. Revista Política e Estratégia: São Paulo, volume out/dez de 1986.

SANTOS, Norma Breda. *A Geopolítica Argentina.* Revista Política e Estratégia: São Paulo, jan/mar de 1987.

TULCHIN, Joseph. *A Guerra das Malvinas: Conflito Inevitável que Nunca Deveria ter Ocorrido.* Revista Política e Estratégia: São Paulo, out/dez de 1986.

VÁRIOS. *História de las Relaciones Exteriores de la Argentina (1806 – 1989).* ESCUDÉ, Carlos & CISNERO, Andrés (org.) . 2000. IN http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm. (acessado no dia 02 de janeiro de 2006).

Jornais

O Estado de São Paulo

A Folha de São Paulo

O Jornal do Brasil

O Jornal da Tarde

Revistas

Veja

Tecnologia e Defesa

Sites

www.cia.gov

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/fk.html>

www.defesa.gov.br

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>

[encarta.msn.com/map_701510254/Ascension \(island\).html.](http://encarta.msn.com/map_701510254/Ascension_(island).html)

<http://www.falklands-malvinas.com/>

<http://www.mindef.gov.ar/>

www.mre.gov.br

www.oas.org

www.relnet.com.br

www.thatcherfoundation.com

www.un.org

http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm

Anexo 1
Mapa das Falklands/Malvinas



Fonte : <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/fk.html>

Acessado no dia 30 de Outubro de 2005.

Anexo 2

Ilha de Ascensão



Fonte : [encarta.msn.com/map_701510254/Ascension_\(island\).html](http://encarta.msn.com/map_701510254/Ascension_(island).html).

Acessado no dia 30 de Outubro de 2005.

Anexo 3

Resolução do Conselho de Segurança 502 (1982)

Resolution 502 (1982)

of 3 April 1982

The Security Council,

Recalling the statement made by the President of the Security Council at the 2345th meeting of the Council on 1 April 1982⁵⁹ calling on the Governments of Argentina and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to refrain from the use or threat of force in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

Deeply disturbed at reports of an invasion on 2 April 1982 by armed forces of Argentina,

Determining that there exists a breach of the peace in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas),

1. *Demands* an immediate cessation of hostilities;
2. *Demands* an immediate withdrawal of all Argentine forces from the Falkland Islands (Islas Malvinas);

Decision

On 5 May 1982, following consultations of the Council, the President of the Council announced that he had been authorized to issue the following statement⁶⁰ on behalf of the members of the Council:

"The members of the Security Council express deep concern at the deterioration of the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas) and the loss of lives.

"The members of the Security Council also express strong support for the efforts of the Secretary-General with regard to his contacts with the two parties.

"The members of the Security Council have agreed to meet for further consultations tomorrow, Thursday, 6 May 1982."

⁶⁰ S/15047.

Fonte : www.un.org

Acessado no dia 17 de outubro de 2005

Anexo 4

Resolução do Conselho de Segurança 505 (1982)

QUESTION CONCERNING THE SITUATION IN THE REGION OF THE FALKLAND ISLANDS (ISLAS MALVINAS)

Decisions

At its 2360th meeting, on 21 May 1982, the Council decided to invite the representatives of Antigua and Barbuda, Argentina, Australia, Brazil, Ecuador, Mexico, Uruguay and Venezuela to participate, without vote, in the discussion of the item entitled:

“Question concerning the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas):

“(a) Letter dated 4 May 1982 from the Permanent Representative of Ireland to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/15037);⁶⁹

“(b) Letter dated 20 May 1982 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council (S/15099);⁶⁹

“(c) Letter dated 21 May 1982 from the Permanent Representative of Panama to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/15100)”.⁶⁹

At its 2362nd meeting, on 22 May 1982, the Council decided to invite the representatives of Bolivia, Canada, Colombia, Cuba, El Salvador, Equatorial Guinea, Guatemala, Honduras, New Zealand, Nicaragua, Paraguay and Peru to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2363rd meeting, on 23 May 1982, the Council decided to invite the representatives of Belgium and Indonesia to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2364th meeting, on 24 May 1982, the Council decided to invite the representatives of Greece, Kenya, the Lao People's Democratic Republic and Liberia to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2366th meeting, on 25 May 1982, the Council decided to invite the representatives of Chile, the Federal Republic of Germany, India, Italy and the Netherlands to participate, without vote, in the discussion of the question.

At its 2368th meeting, on 26 May 1982, the Council decided to invite the representative of Yugoslavia to participate, without vote, in the discussion of the question.

⁶⁹ *Ibid.*, Thirty seventh Year, Supplement for April, May, and June 1982

Resolution 505 (1982)

of 26 May 1982

The Security Council,

Reaffirming its resolution 502 (1982),

Noting with the deepest concern that the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas) has seriously deteriorated,

Having heard the statement made by the Secretary-General at its 2360th meeting, on 21 May 1982, as well as the statements made in the debate by the representatives of Argentina and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland,

Concerned to achieve, as a matter of the greatest urgency, a cessation of hostilities and an end to the present conflict between the armed forces of Argentina and the United Kingdom,

1. *Expresses appreciation* to the Secretary-General for the efforts that he has already made to bring about an agreement between the parties, to ensure the implementation of resolution 502 (1982), and thereby to restore peace to the region;

2. *Requests* the Secretary-General, on the basis of the present resolution, to undertake a renewed mission of good offices, bearing in mind resolution 502 (1982) and the approach outlined in his statement of 21 May 1982;

3. *Urges* the parties to the conflict to co-operate fully with the Secretary-General in his mission with a view to ending the present hostilities in and around the Falkland Islands (Islas Malvinas);

4. *Requests* the Secretary-General to enter into contact immediately with the parties with a view to negotiating mutually acceptable terms for a cease-fire, including, if necessary, arrangements for the dispatch of United Nations observers to monitor compliance with the terms of the cease-fire;

5. *Requests* the Secretary-General to submit an interim report to the Security Council as soon as possible and, in any case, not later than seven days after the adoption of the present resolution.

Adopted unanimously at the 2368th meeting.

Decisions

At its 2371st meeting, on 2 June 1982, the Council decided to invite the representatives of Argentina and Brazil to participate, without vote, in the discussion of the item entitled “Question concerning the situation in the region of the Falkland Islands (Islas Malvinas): letter dated 31 May 1982 from the Chargé d'affaires a.i. of the Permanent Mission of Panama to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/15145)”.⁶⁹

At its 2372nd meeting, on 3 June 1982, the Council decided to invite the representative of Honduras to participate, without vote, in the discussion of the question.

Anexo 5

Documento do Margaret Thatcher Foundation

~~SECRET~~

WHITE HOUSE SITUATION ROOM

PAGE #) SECSTATE WASHDC 6916 DTG: 011600Z APR 82 PSN: 020911
 SIT352 DATE 06/08/82 TOR: 091/16:32

 DISTRIBUTION: REP1 /001

SECSTATE WASHDC 6916

DTG: 011600Z APR 82 PSN: 02091

WHTS ASSIGNED DISTRIBUTION:

SIT: WHLR JP SIT EOB
 EOB:
 WWSR COMMENT:

MESSAGE ANNOTATIONS:

NO MESSAGE ANNOTATIONS

MESSAGE:

IMMEDIATE
 DE RUEHC #6916 0911612
 O 011600Z APR 82 ZFF6
 FM SECSTATE WASHDC

TO AMEMBASSY LONDON IMMEDIATE 2396

INFO AMEMBASSY BUENOS AIRES IMMEDIATE 4679
 WHITE HOUSE IMMEDIATE 7315
 BT

~~SECRET~~ STATE 886916

MODIS
 E.O. 12865: RDS-1,3 3/31/12 (BREMER, L. PAUL, 111)
 TAGS: AR,UK,PBOR
 SUBJECT: PRESIDENTIAL MESSAGE TO MRS. THATCHER ON
 FALKLAND ISLAND DISPUTE

1. ~~SECRET~~ ENTIRE TEXT.

2. EMBASSY SHOULD DELIVER IMMEDIATELY THE FOLLOWING
 MESSAGE FROM THE PRESIDENT TO PRIME MINISTER THATCHER:
 QUOTE: DEAR MARGARET, I HAVE YOUR URGENT MESSAGE OF
 MARCH 31 OVER ARGENTINA'S APPARENT MOVES AGAINST THE
 FALKLAND ISLANDS. WE SHARE YOUR CONCERN OVER THE DIS-
 TURBING MILITARY STEPS WHICH THE ARGENTINES ARE TAKING
 AND REGRET THAT NEGOTIATIONS HAVE NOT SUCCEEDED IN
 DEFUSING THE PROBLEM.

ACCORDINGLY, WE ARE CONTACTING THE ARGENTINE GOVERNMENT
 AT THE HIGHEST LEVELS TO URGE THEM NOT TO TAKE MILITARY
 MEASURES WHICH WOULD MAKE A JUST SOLUTION MORE DIFFICULT
 TO ACHIEVE. AS YOU REQUESTED, WE ARE ALSO ASKING FOR AS-
 SURANCES FROM THEM THAT THEY WILL SHOW RESTRAINT AND

MESSAGE (CONTINUED):

NOT INITIATE HOSTILITIES.

I WANT YOU TO KNOW HOW WE HAVE VALUED YOUR COOPERATION ON
 THE CHALLENGES WE BOTH FACE IN MANY DIFFERENT PARTS OF THE

WORLD. WE WILL DO WHAT WE CAN TO ASSIST YOU HERE.

SINCERELY, RON. UNQUOTE HAIG

DECLASSIFIED

NLS E96-102 #11

BY AAJ NARA, DATE 3/24/00

~~SECRET~~

Fonte: [http://www.margaretthatcher.org/archive/displaydocument.asp?](http://www.margaretthatcher.org/archive/displaydocument.asp?docid=109265)

docid=109265 :

Acessado no dia 23 de outubro de 2005

Anexo 6**Balanço Final da Guerra das Falklands/Malvinas**

Guerra das Falklands/Malvinas
• duração do conflito: 74 dias
• duração dos combates: 33 dias
• britânicos mortos: 255
• argentinos mortos: 649
• habitantes das ilhas mortos: 3

Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020313_malvcronoguerraag.shtml